


Norbert Trenkle

**Emancipação social em
tempos de crise**

Reflexões sobre a teoria da crise, as alternativas
ao capitalismo e a crítica do valor

Edição brasileira: Krisis 2025

Seleção de textos por Marcos Barreira

**Tradução de Marcos Barreira,
com a colaboração de Javier Blank nos textos 4 e 6.**

Rio de Janeiro, 2025

editora: krisis.com.br

CC BY-NC 3.0 BR

Emancipação social em tempos de crise

Reflexões sobre a teoria da crise,
as alternativas ao capitalismo e a crítica do valor

Norbert Trenkle

Marcos Barreira (tradução)

krisis

Rio de Janeiro, 2025

Norbert Trenkle (1959) é editor da revista *Krisis - Kritik der Warengesellschaft*, onde publicou diversos artigos. É autor, junto com Ernst Lohoff, de *A grande desvalorização. Por que a especulação e a dívida estatal não são as causas da crise* (Unrast-Verlag, 2012). É coautor do *Manifesto contra o trabalho* (*Krisis / Igra Kniga*, 2020 [1999]).

Apresentação

Os textos do grupo Krisis e da “Crítica do valor” (*Wertkritik*) são conhecidos no Brasil há algum tempo, principalmente o *Manifesto contra o trabalho*, publicado na Alemanha em 1999, com várias edições em língua portuguesa.¹ Este livro reúne textos de Norbert Trenkle, um dos fundadores do grupo Krisis, com reflexões sobre a teoria da crise, as alternativas ao capitalismo e o estado atual da crítica do valor. A primeira parte contém textos de caráter teórico, escritos ao longo dos últimos dez anos, e a segunda parte reúne textos menos extensos, publicados em várias revistas.

No Brasil, Trenkle publicou artigos nas revistas *Praga – estudos marxistas e Margem esquerda*, da Boitempo Editorial e na coletânea *O fenômeno migratório no limiar do terceiro milênio: desafios pastorais*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. Outros textos do grupo Krisis estão disponíveis na página “Krisis em português”, no endereço eletrônico: <https://krisis.com.br/>

Este livro também é fruto da reflexão coletiva em torno da abordagem da crítica do valor. Gostaria de agradecer em especial aos colegas Francisco Gabriel da Alexandria Pires, Gabriel Carvalho e Adriano Camargo dos Santos.

Marcos Barreira,
Rio de Janeiro, 2025

¹ Grupo Krisis, *Manifesto contra o trabalho*, Krisis – Igra Kniga [tradução de Javier Blank e Marcos Barreira], 2020.

Índice

Emancipação social em tempos de crise	5
Teses sobre a liquidação do capitalismo	
O outro Marx	24
Por que a teoria de Marx permanece atual mesmo sem uma nova luta de classes	
Sociabilidade insociável	36
A contradição entre indivíduo e sociedade como cerne da teoria social crítica	
Licença para matar o clima	57
Por que a crença no imposto de carbono é ilusória e não pode haver »economia de mercado ecológica«	
Os produtos da imaginação do sr. Alain de Benoist	69
Notas sobre a tentativa de apropriação da crítica do valor pela direita	
Adiante na regressão	80
Para uma crítica do nacionalismo de esquerda	
Miséria informalizada	99
Sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil	
Ruptura qualitativa	106
Sobre a atualidade da crítica radical do trabalho	
Bater a meta com mais equilíbrio	109
A crítica do trabalho da geração Y	
Falsa oposição	113
É preciso buscar um novo universalismo emancipatório contra Putin	
Armadilhas da transição energética	117
Uma mudança na tecnologia não pode evitar a crise climática	
Um acordo para ilusões verdes	120
Contribuição ao debate sobre o »Green New Deal«	
O crítico como economista	124
Crítica a uma interpretação acadêmica de Marx	

Emancipação social em tempos de crise¹

Teses sobre a liquidação do capitalismo

1.

Quando, há mais de 25 anos, o socialismo real colapsou, havia um consenso no público liberal-democrático de que o sistema social baseado na economia de mercado e na democracia triunfara na batalha histórica do «conflito de sistemas». Francis Fukuyama decretou sua célebre sentença sobre o «fim da história», que correu o mundo, enquanto a esquerda tradicional perdia o chão sob seus pés. Poucas vozes críticas contrariaram esse clima de euforia. Alguém sugeriu com humor que, em vez de sair vitorioso, o Ocidente seria apenas o último dos derrotados. Longe de promover um bem-estar capitalista geral, o capitalismo desenfreado, sem oposição de um sistema antagônico, desenvolveu sua força destrutiva livre de qualquer inibição. Na perspectiva crítica do valor, tal como era formulada no contexto da revista *Krisis*, a questão era colocada em termos muito diferentes.² De acordo com nossa análise, o socialismo de Estado que chegou ao fim não era de modo algum um sistema social alternativo; ele foi somente um regime de modernização recuperadora sob o signo do autoritarismo estatal e que atingiu seus limites históricos, pois sua estrutura esclerosada e inerte não era capaz de acompanhar os novos padrões de produtividade da Terceira Revolução Industrial. Ao mesmo tempo, interpretamos o colapso daquele regime como o início de uma crise fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que sufocava a hiperprodutividade por ele mesmo desencadeada (cf. Stahlmann 1990; Kurz 1991). Esse diagnóstico foi amplamente questionado

¹ Publicado com o título: Die Abwicklung des Kapitalismus (A liquidação do capitalismo) em: Widerspruch. Münchner Zeitschrift für Philosophie, n° 61/2015, pp. 37–54.

² O primeiro número de *Krisis* apareceu em 1990, em continuidade com a antiga revista *Crítica Marxista*, publicada desde 1986. Ela existiu como publicação regular até 2010, contando 33 volumes [NdT].

e, durante algum tempo, parecia refutado por um imponente desenvolvimento social real. Mesmo com o atraso de um quarto de século, o sistema mundial capitalista começa agora a desmoronar em uma velocidade incrível. Para compreender as causas e a natureza dessa dinâmica desenfreada, é necessário, antes de tudo, lançar um olhar retrospectivo sobre esse desenvolvimento que ocorreu nas últimas duas décadas e meia.

2.

Pouco depois da ruptura histórica de 1989, o otimismo eufórico arrefeceu. A invasão do Kuwait por Saddam Hussein abalou a arquitetura geopolítica do Oriente Próximo e Médio e assim a questão de uma »nova ordem mundial«, após o fim do confronto entre blocos, voltou à ordem do dia; a intervenção subsequente do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, resultou em uma estabilização muito precária e efêmera. Pouco depois, com a desintegração sangrenta da Iugoslávia³, a guerra chegou às portas da União Europeia, enquanto nacionalismo e separatismo prosperavam em outros países da Europa e do mundo. Também economicamente, a primeira metade da década de 1990 não era nada promissora. O antigo bloco do Leste afundava, os países do Terceiro Mundo sofriam com o peso de uma dívida terrível e com as políticas de ajuste liberais impostas pelo FMI e o Banco Mundial, enquanto o desemprego estrutural em massa nos centros capitalistas aumentava. Ao mesmo tempo, os novos focos de conflito e guerra civil, associados ao ocaso econômico dos países do antigo bloco do Leste, causaram grandes movimentos migratórios que, por sua vez, conduziram a Europa a reações defensivas históricas, preparando o caminho para uma política brutal de isolamento liderada pela Alemanha. Mais de um político liberal, dos que acabavam de celebrar a vitória do Ocidente, de repente desejava a reconstrução do muro (cf. Trenkle, 1993).

³ Para uma análise da desintegração da Iugoslávia a partir do ponto de vista resumido aqui, cf Ernst Lohoff (1996).

3.

Se no final dos anos 1990 e na década de 2000 a situação econômica pôde ser estabilizada, foi, sobretudo, graças a um *boom* da economia mundial, para o qual foi determinante uma gigantesca expansão dos mercados financeiros, i.e., a acumulação maciça de capital fictício. Esse *boom* parecia refutar amplamente todos os diagnósticos de um »colapso da modernização« como crise fundamental do sistema mundial capitalista. Também o fato de esse crescimento econômico não estar limitado às metrópoles capitalistas tradicionais encorajou muitos dos chamados países emergentes. Especialmente na China, Brasil e Índia, bem como alguns países do Sudeste Asiático, cujos programas de desenvolvimento dos anos 1960 e 1970 naufragaram, experimentou-se um *boom* sem precedentes sob a »acumulação impulsionada pelos mercados financeiros« que os converteu em gigantes econômicos. Mesmo certo número de países africanos e da América Latina que, no final dos anos 1990, eram considerados os grandes perdedores da globalização, conseguiram, após a virada do século, a partir dessa conjuntura econômica, vender suas matérias-primas e produtos agrícolas, cuja demanda no mercado mundial disparou. Em virtude da exportação de matérias primas, até a Rússia pôde erguer-se, tanto econômica como politicamente e, sob o regime ditatorial de Putin, ampliar sua influência nos eventos geopolíticos.

4.

A recuperação da economia mundial, no entanto, teve um caráter completamente diferente daquele do *boom* fordista do pós-guerra. Se o fordismo se baseou na valorização de capital mediada pela exploração em grande escala da força de trabalho na produção industrial em massa, ou seja, na apropriação de valor resultante do trabalho passado, a nova dinâmica econômica foi impulsionada pela enorme antecipação de valor futuro. Há razões estruturais para essa mudança fundamental. A crise do modelo de acumulação fordista, nos anos 1970 e 1980, ocorreu porque a aplicação da ciência à produção, na esteira da Terceira Revolução Industrial, tornou-se a principal força produtiva, fazendo com que o

mecanismo clássico de valorização do capital colidisse com seus limites históricos. Diante da expulsão maciça e absoluta de trabalho na produção imediata, a criação de valor na produção tornou-se insuficiente para manter vivo o fim em si mesmo do movimento permanente de multiplicação do dinheiro. Desse modo, foi afetado o mecanismo funcional de base do modo de produção capitalista (cf. Lohoff/Trenkle, 2012).

5.

Uma saída temporária para essa crise foi encontrada graças à acumulação em grande escala de capital fictício. Há sempre produção de capital fictício quando títulos de propriedade, tais como títulos de dívida ou ações, são colocados em circulação ou quando sobem os preços dos títulos já em circulação. Esses títulos são promessas de pagamento negociáveis e representam um determinado tipo de mercadoria com características muito peculiares, as mercadorias de segunda ordem (cf. Lohoff/Trenkle, 2012). Por meio da sua venda é possível aumentar o capital investido, sem recurso à força de trabalho e sem o »desvio« pela produção de mercadorias no mercado de bens.

Como isso é possível? Com a aquisição de promessas de pagamento negociáveis, o dinheiro não é simplesmente transferido de um vendedor ao comprador. Na transferência do credor ao devedor, i.e., do comprador para o emissor das ações, há uma duplicação temporária do montante de dinheiro envolvido. Ao lado do capital inicial, agora nas mãos do emissor de crédito ou do destinatário das ações, entra em cena, sob a forma do título de propriedade, a sua imagem especular autonomizada, que representa valor futuro. Pelo tempo em que o título de propriedade for válido, ou seja, ao longo de sua duração, produz-se uma acumulação de capital sem acumulação de valor (Lohoff, 2014).

Longe de ser algo novo, esse estranho mecanismo de duplicação sempre foi um elemento da lógica funcional de base do modo de produção capitalista. Na crise fundamental da valorização, determinada pela eliminação absoluta da força de trabalho devido à Terceira Revolução Industrial, porém, ele assumiu uma

característica completamente nova, na qual todo o sistema se apoia: se converteu no motor da dinâmica da economia global. Há muitos anos a opinião pública se escandaliza com o alarmante aumento do capital financeiro, considerando-o uma »aberração« responsável pelos diversos fenômenos de crise. A realidade é que, sem a acumulação de capital autonomizada nos mercados financeiros, o sistema mundial produtor de mercadorias já teria sucumbido há pelos menos três décadas. Sem a »produção« em massa de capital fictício não haveria *boom* industrial em países como China, Índia, Brasil, etc., nem os antigos países do socialismo real teriam se reerguido. A Terceira Revolução Industrial teria se estrangulado em sua própria produtividade, tornando supérflua em grande escala a força de trabalho e destruindo os fundamentos da valorização do capital.

6.

Essa dinâmica com base no capital fictício apresentou diferenças significativas a partir do *boom* fordista do pós-guerra. A mais importante é que a acumulação de capital já não depende, em primeiro lugar, do dispêndio da força de trabalho, uma vez que o crescimento do dinheiro ocorre, em grande parte, diretamente nos mercados financeiros. Os vendedores de força de trabalho perderam, assim, muito do poder de negociação, até aqui baseado na dependência da acumulação de capital em relação a eles. No plano estrutural, a posição do trabalho sempre foi mais fraca que a do capital, já que a sobrevivência dos assalariados depende apenas da venda permanente da força de trabalho. Essa situação podia ser atenuada, especialmente nos períodos de maior demanda, graças à organização sindical e política. Na era do capital fictício, em que a acumulação de capital se baseia sobretudo na venda de promessas de pagamento negociáveis, i.e., em mercadorias de segunda ordem, o sistema de coordenadas sociais das relações de força se modificou em benefício do capital. A razão disso é que hoje em dia o capital está na posição cômoda de quem pode »produzir« por conta própria os produtos básicos da acumulação nos mercados financeiros, de modo que resta

à mercadoria força de trabalho apenas uma importância secundária no que diz respeito à contribuição para o incremento de capital (cf. Trenkle, 2015b).

A ampla racionalização nos setores-chave do mercado mundial e a simultânea globalização enfraqueceram sensivelmente o poder de negociação dos assalariados, que podem ser substituídos a qualquer momento por sistemas automatizados ou pelos baixos salários em qualquer parte do mundo. Daí resulta logicamente a precarização, a pressão sobre os salários e uma obsessão crescente pela eficiência.

Ao mesmo tempo, a produção de bens para o mercado, que durante o fordismo foi o meio principal do movimento de fim em si mesmo da multiplicação do dinheiro, passou por uma transformação funcional no interior do sistema. Decisivo para a valorização do capital era o dispêndio de força de trabalho na produção de automóveis, geladeiras, máquinas e ferramentas etc., enquanto a criação de capital fictício permanecia essencialmente vinculada à dinâmica de valorização. Ela poderia ser financiada com antecedência mediante empréstimos ou ações, por exemplo, grandes investimentos em fábricas e infraestruturas, nos quais a antecipação do valor futuro estava coberta pelo emprego da força de trabalho na produção de bens para o mercado. Essa relação mudou na era do capital fictício. Agora a chamada economia real não é mais o motor da multiplicação do dinheiro, já que esta é altamente dependente da acumulação de títulos de propriedade nos mercados financeiros. Se esse dispositivo travar, tal como em 2008, também seca imediatamente o fluxo de dinheiro destinado ao investimento ou à compra de bens de consumo e a economia real ingressa em uma crise da qual ela só pode sair com um novo impulso na »produção« de capital fictício. A produção de bens de mercado é sistemicamente funcional apenas enquanto oferece um ponto de referência para expectativas de lucro que os compradores de títulos de propriedade usam como orientação; ela proporciona, assim, uma sensação de materialidade ao »mercado de fantasia« sem a qual não ocorre a antecipação de valor futuro (cf. Lohoff/Trenkle, 2012).

7.

A indiferença em relação ao conteúdo da produção, uma das características básicas do modo de produção capitalista, é levada ao extremo. Em nenhum outro momento isso ficou tão claro como na grande crise financeira, quando governos e bancos centrais forneceram centenas de bilhões para salvar os setores financeiro e bancário, considerados (com alguma razão) de »importância sistêmica«, e quebrando, em seguida, os setores sociais e de saúde. Também o aumento exorbitante dos preços dos imóveis, que em muitos lugares fez da habitação um bem de luxo, se deve à dinâmica do capital fictício, que capitalizou as expectativas de lucros futuros; algo semelhante ocorreu com a valorização das matérias-primas, recursos naturais e terras agrícolas (Lohoff, 2015). Não por acaso, nos últimos anos, muitas lutas sociais foram desencadeadas por pessoas expulsas de seus bairros, por causa da mercantilização do espaço público, dos despejos de casas após a crise imobiliária e da apropriação da terra e dos recursos naturais por parte das corporações globais.

A era do capital fictício moldou a sociedade não só em termos econômicos, mas também sociais e políticos. Ela teve início com o desmantelamento da estrutura do Estado social e da regulação fordista, desde o ajuste neoliberal da sociedade, com uma pressão sempre intensa sobre o mundo do trabalho flexibilizado e a mercantilização de todas as relações sociais. O resultado previsível foi o acirramento da concorrência geral e uma progressiva atomização dos laços sociais. Tudo isso anda de mãos dadas com a revitalização do nacionalismo, que parece satisfazer o desejo regressivo de pertencimento a uma coletividade aparentemente protetora, combinando-se com ideologias racistas e social-darwinistas de exclusão ou se alastrando como separatismo regionalista tacanho, seja belicoso e sangrento ou político. Pela mesma razão, o fundamentalismo religioso proliferou em todo o mundo e sob diversas formas – não apenas no islamismo, embora este último, devido à natureza específica do fracasso da modernização recuperadora no Oriente Próximo e Médio, tenha desenvolvido um potencial particularmente agressivo e brutal (Trenkle, 2015a).

8.

Ao mesmo tempo, despontou uma nova força de esquerda, na forma de movimento crítico da globalização, diferente em dois aspectos da esquerda que a precedeu. De um lado, suas estruturas transnacionais em rede, não hierárquicas, refletem as mudanças na forma do mundo, o que, sem dúvida, é um avanço em relação ao »internacionalismo« obsoleto, que ainda mantinha a nação como referência; de outro, as críticas e objetivos do movimento crítico da globalização, pelo menos em suas tendências principais, permanecem presos ao sistema de referências da lógica capitalista. A crítica é dirigida sobretudo ao neoliberalismo e ao domínio do capital financeiro, responsabilizando-os pela crise e pelas distorções socioeconômicas; portanto, a alternativa consiste no mito de um retorno ao capitalismo regulado de bem-estar, que devolveria à »economia real« um papel central.

A pesar dessa crítica redutora (ou talvez por causa dela) o movimento de crítica da globalização ajudou a modificar o clima social: o discurso hegemônico neoliberal foi cada vez mais questionado e ainda foi possível deter, pelo menos em parte, o dismantelamento do Estado social e as privatizações ou mesmo cancelar algumas medidas. Em muitos países da América Latina, na primeira década do milênio, partidos de esquerda conseguiram chegar ao governo e usaram a margem de distribuição aberta pelo *boom* do capital fictício para implementar uma série de melhorias sociais, legais e políticas para populações até então marginalizadas e desprotegidas.

9.

Com a crise financeira de 2008, no entanto, foi atingido o limite da era do capital fictício. O grande colapso do sistema financeiro internacional e da economia mundial atrelada a ele só foi evitado por meio de uma quantidade enorme de pacotes de salvamento estatais em favor do setor bancário e financeiro e da inundação do mercado com crédito barato dos bancos centrais. Foi nessa situação que a esquerda crítica da globalização se mostrou totalmente impotente.

A demanda por mais controle sobre os mercados financeiros e o fortalecimento da economia real se fez ouvir, após a crise, nos principais meios de comunicação oficiais e isso foi feito pelos governos; paralelamente, ocorreu uma mudança no clima social: o neoliberalismo, na defensiva, perdeu sua hegemonia para um novo tipo de keynesianismo. Na realidade, tratava-se apenas da música de fundo ideológica global dos programas de estímulo estatais, que tinha como objetivo, antes de tudo, sanear os bancos e retomar a acumulação fictícia a qualquer custo. As ideias políticas da esquerda crítica da globalização revelaram-se, assim, totalmente ilusórias. Não houve contenção do capital financeiro e nem o fantástico »retorno à economia real«, mesmo com esse mantra evocado por todos os espectros políticos. Não por falta de vontade política: simplesmente não existia qualquer base econômica para tal retorno. Devido ao nível exorbitante de produtividade que, por sua vez, resulta da dinâmica contraditória do capitalismo, o processo autorreferencial do capital não pode continuar por meio do emprego de força de trabalho na produção, mas depende a qualquer preço da acumulação de capital fictício.

10.

Os partidos de esquerda se viram obrigados a aceitar o plano de resgate para o setor bancário e financeiro ou mesmo a colaborar ativamente em sua execução, evitando o colapso da economia mundial. Só então eles perceberam que o desenvolvimento econômico tornou-se cada vez mais dependente da intervenção do banco central, que, por sua vez, não teve alternativa a não ser inundar o mercado financeiro com um fluxo gigantesco de dinheiro quase sem juros. Isso porque, após 2008, a acumulação de capital fictício no setor privado já não engatou e desde então, na prática, teve de ser subsidiada permanentemente pela política monetária (ver Lohoff/Trenkle 2012, p. 258 e segs.). A capacidade dos governos de controlar a política econômica, por outro lado, era extremamente limitada.

Além disso, o crescimento da dívida estatal, que alcançou níveis estratosféricos, especialmente nos países mais afetados pela crise, tendo em vista a socialização das perdas dos setores bancário e financeiro, confirmou mais uma vez a insanidade da linha dura neoliberal e sua política de austeridade. A situação mais grave ocorreu na Europa, onde alguns países, notadamente a Alemanha, emergiram como ganhadores na crise e agora impõem uma austeridade brutal e insensata aos países do sul europeu. O tratamento dado à Grécia foi especialmente amargo. Mesmo o governo do Syriza, eleito em reação a esse estado de coisas, se converteu, ante a chantagem dos sádicos da austeridade alemães, em executor das políticas contra as quais havia lutado ativamente.

11.

Os dissidentes de esquerda que criticam essa guinada chegaram a conclusões ideológicas ainda piores: estão alimentando a fantasia de que a solução é um retorno à «soberania nacional», abandonando a zona do euro, a UE e outros contextos supranacionais. Essa ideia é, de fato, completamente ilusória, pois, de um lado, uma separação da rede de conexões globais é simplesmente impossível; de outro, teriam apenas consequências catastróficas para os países que se esforçassem para implementá-la. No entanto, ela reflete a tendência perigosa e crescente de isolamento nacionalista, que, após a crise do euro - e agora também por causa das políticas díspares sobre o problema dos refugiados - arrisca desintegrar a União Europeia. A consequência dessa política «radical de esquerda» (propagada pelos dissidentes do Syriza, o grupo Lafontaine-Wagenknecht e outras esquerdas na Europa) não seria a restauração da soberania econômica e social dos países, mas um isolamento agressivo juntamente com o empobrecimento interno. Isso abriria caminho para regimes autoritários de crise semelhantes aos que já podem ser vistos na Rússia e na Hungria; a Polônia também parece ter seguido o mesmo caminho.

Esse nacionalismo regressivo, ao mesmo tempo, se mistura sistematicamente com os piores tipos de teoria da conspiração, nas quais os poderes misteriosos

externos e forças secretas sempre sabotam políticas em defesa do »trabalho honesto« e contra a especulação. É a outra face de uma ilusão política totalmente infundada que só pode explicar seu fracasso através de personificações projetivas obscuras. Não por acaso, todos os estrategistas de frentes transversais podem facilmente construir a partir disso uma ponte para o antissemitismo aberto e o extremismo de direita.

12.

Essa oscilação entre submeter-se aos ditames da austeridade ou à regressão nacionalista alimentada por teorias da conspiração resulta da fixação na lógica básica da sociedade produtora de mercadorias. A esquerda que aceita sem pestanejar que a riqueza é produzida na forma de mercadorias, que, por sua vez, é apenas um meio para o fim da acumulação capitalista, pode ter apenas um programa para influenciar e controlar politicamente a dinâmica capitalista, de modo que a riqueza produzida nessa forma capitalista seja redistribuída com critérios de justiça social. Durante o *boom* do fordismo, essa política contava com uma legitimidade relativa e, em essência, ajudou a melhorar consideravelmente, pelo menos em alguns aspectos, as condições de vida e de trabalho de grande parte da população nos centros capitalistas. Na era do capital fictício, porém, ela se tornou uma perversa caricatura de si mesma. Isso porque, como já mencionei, é necessária uma quantidade sempre maior de recursos para manter em movimento a acumulação de capital, enquanto declina a quantidade de riqueza na forma de mercadorias que pode ser redistribuída socialmente. Em outras palavras: o que »realmente conta« é quase ridículo em comparação com os recursos e meios financeiros que devem ser gastos no funcionamento e na manutenção da máquina capitalista.

Enquanto for possível manter em movimento a acumulação de capital fictício, isso não só induzirá um crescimento mais ou menos forte na economia real (Lohoff, Trenkle, 2012, p. 147 e segs.), mas também vai gerar maior influxo de taxas e impostos, que podem dar ao Estado alguma margem de manobra

financeira – e de modo algum é irrelevante o modo como ela é usada. Na disputa política, porém, a resposta atual da esquerda é extremamente limitada. Ela se orienta pelos padrões keynesianos clássicos: estímulo conjuntural mediante ampliação do poder aquisitivo das massas, programas públicos de investimento e, ao mesmo tempo, uma distribuição mais justa da riqueza. Comparada ao fanatismo da austeridade neoliberal, essa alternativa é sem dúvida melhor, pois tem como objetivo a melhoria ou pelo menos a estabilização das condições sociais de grande parte da população. No entanto, ela é precária em ao menos dois aspectos.

Em primeiro lugar, tais programas de estímulo econômico só podem ter êxito, pelo menos no curto prazo, caso ganhem a famigerada confiança dos atores do mercado financeiro, que mantêm o dinheiro nos respectivos países. Não há dúvida de que os atores do mercado são, em geral, mais pragmáticos do que os ideólogos neoliberais na esfera política, uma vez que eles só se interessam pelo dinheiro, quaisquer que sejam os meios; apesar disso, a dependência imediata do capital fictício reduz fortemente o alcance da ação política. Podem ser implementadas basicamente as medidas que prometem ou que pelo menos não impedem êxitos econômicos de curto prazo e imediatistas. Por exemplo, medidas de política social ou de saúde, voltadas »apenas« às necessidades da população, levam rapidamente à redução da credibilidade do país, colocando em xeque todo o projeto de política econômica. Mesmo os governos »de esquerda« amiúde têm suas preocupações sociais e ecológicas quebradas quando surgem oportunidades para a criação de novos campos de investimento de capital.⁴

⁴ O exemplo do governo dos Kirchner na Argentina é instrutivo. Tirou o país da miséria econômica antes de tudo e com razão ao se recusar a pagar os empréstimos acumulados de investidores financeiros privados. Em segundo lugar, isso só foi possível porque grande parte desse país enorme e escassamente povoado foi transformada em plantações de monocultura de soja e outros produtos, a fim de gerar as receitas cambiais necessárias via exportação. Embora isso tenha ajudado a estimular a economia do país e a melhorar o sistema social, as consequências são catastróficas do ponto de vista ecológico e da saúde da população rural. Além disso, essa estratégia de política econômica está chegando agora ao seu limite, o que provavelmente explica a derrota do partido dos Kirchner.

Em segundo lugar, mesmo esses projetos neokeynesianos encontrarão brutalmente seus limites o mais tardar com o próximo grande impulso da crise no mercado financeiro. Ninguém pode prever quando isso vai acontecer, mas é certo que ele ocorrerá e que será muito mais grave que a crise financeira e econômica de 2008. Como o ciclo atual do capital fictício alimenta os mercados com dinheiro sem custos dos bancos centrais, é bastante provável que este seja amplamente desvalorizado e que se produza uma hiperinflação global. Ainda que tal cenário não ocorra de imediato, os bancos centrais, eles próprios apoiados em montanhas de dívidas irrecuperáveis com outros bancos e Estados, terão muita dificuldade em absorver o impulso da crise com os meios adotados até aqui. E os governos já não poderão lançar programas de estímulo colossais como da última vez, já que, pela mesma razão, endividaram-se até o pescoço. Além disso, em uma situação crítica, seria difícil um acordo de intervenção de crise global por parte dos grandes Estados; as forças nacionalistas prevaleceriam, colocando em marcha uma dinâmica centrífuga de corrida pela delimitação e incitação mútua, que dissolveria não apenas as alianças internacionais, mas igualmente a associação supranacional da União Europeia. Com uma concorrência política negativa do salve-se quem puder, como se pode ver no fluxo de refugiados e no processo de desintegração armada no Oriente Médio, foi alcançada uma etapa qualitativamente nova e com dimensões extremamente perigosas do processo de crise.

13.

A situação é ainda mais dramática para a continuidade de uma esquerda que apregoa seus conceitos keynesianos como se fossem a última novidade e que amarra suas próprias mãos sem perceber. Novas possibilidades de ação só serão abertas com a perspectiva de superação do modo de produção e de vida capitalista, que já não pode ter nada em comum com o merecidamente extinto »socialismo real«. Seu conteúdo pode ser apenas a produção, apropriação e distribuição da riqueza material-sensível e a reorganização das condições da vida social para

além da produção de mercadorias, da valorização do capital e da administração estatal. Isso requer novas formas, procedimentos e instituições de discussão e de planejamento social, nas quais os indivíduos livremente associados possam decidir sobre o que lhes diz respeito, sem que seu horizonte de ação seja ditado pelas restrições reificadas e cada vez mais destrutivas da lógica da mercadoria e da »financiabilidade«. É claro que tais formas de associação livre de indivíduos em cooperação não podem surgir do dia para a noite, mas devem ser desenvolvidas e testadas em um processo de transformação social mais amplo. A questão que se coloca é onde identificar os possíveis pontos de partida que teriam relação com esse processo.

No que diz respeito ao desenvolvimento das forças produtivas e do conhecimento social, há possibilidades de um modo de produção descentralizado, mas conectado em termos globais e tecnicamente eficiente, organizado de acordo com critérios da razão sensível-material e compatível com a preservação dos fundamentos da natureza. Alguns exemplos já existem, como o fornecimento descentralizado de energia a partir de fontes renováveis; sob as condições atuais, porém, tais potenciais não podem se desenvolver porque a lógica capitalista tende a centralizar e formar grandes unidades de valorização, de modo que os projetos poupadores de recursos e a produção ecológica são compensados pelo aumento da produção voltada para a acumulação de capital (efeito rebote). Algo semelhante também ocorre com as tecnologias modernas de informação e comunicação que, dada sua capacidade de poupar trabalho, impulsionam o processo fundamental de crise do capitalismo, tornando cada vez mais pessoas »supérfluas« e destruindo as estruturas da vida social. Se fossem utilizados no sentido da produção da riqueza material e da satisfação das necessidades concretas-sensíveis, por outro lado, ajudariam a realizar um velho sonho da humanidade: o de uma sociedade na qual todos têm o suficiente para levar uma boa vida e dispor do tempo.

Uma tarefa muito difícil será desenvolver novas formas não hierárquicas de discussão e deliberação social, necessárias para realmente desenvolver tais possibilidades (para essa discussão, ver Meretz 2005). Essa tarefa só pode ser

efetivada no contexto de um amplo setor alternativo e auto-organizado que rompa de modo consciente com a lógica da produção de mercadorias. Tentativas nessa direção já existem e se formam eventualmente no contexto das lutas sociais, sobretudo em situações de crise. Há exemplos na Grécia, onde surgiu em todos os âmbitos da vida social (saúde, habitação, cultura, produção, etc.) um grande número de iniciativas e redes auto-organizadas em resposta à crise e à política brutal de empobrecimento. Essas tentativas (tanto na Grécia como na Espanha, Argentina e outros lugares) sempre sofrem com pouco acesso a recursos sociais; além disso, sua ação é limitada por regulações legais e burocráticas e pela repressão estatal. Como não podem se desenvolver como alternativa social vigorosa, elas parecem uma »linha de defesa« improvisada para lidar com as consequências da política de austeridade. É aqui que se abrem novas alternativas de ação para uma esquerda que entende a si própria como força emancipatória à altura do tempo atual: ela deve fazer o possível para melhorar as condições materiais, legais e sociais das novas formas de solidariedade auto-organizada e emancipatória, a fim de criar as bases de uma alternativa ao modo de produção e de vida capitalista e com a perspectiva de superá-lo.

14.

Alianças eleitorais como Syriza e Podemos, surgidas nos movimentos de protesto social, poderiam desempenhar um papel importante aqui e se destacar como alternativa real à política convencional dos partidos da esquerda. Isso, no entanto, requer uma mudança radical de perspectiva e uma nova autocompreensão. Tanto Syriza quanto Podemos estão prestes a se transformar em partidos perfeitamente convencionais, que procuram colher o legado da velha social-democracia. Muito rapidamente, reproduziu-se a divisão clássica do trabalho, que marcou os últimos 150 anos, entre movimento social e partido político, que consiste essencialmente no primeiro se deixar reduzir a um estado de inferioridade e de impotência em relação ao segundo. O plano da generalidade social é, portanto, deixado à representação parlamentar, que promete traduzir as demandas dos

movimentos sociais em projetos de reforma política, programas de ação estatais e regulamentações legais. Em última análise, isso é o mesmo que reconhecer não só a produção da riqueza capitalista como forma social geral, mas também que os partidos, como »candidatos ao governo«, supostamente seriam cada vez mais forçados a se acomodar aos fatos, enquanto os movimentos sociais se dissolvem ou saem da cena.

Na época do movimento de ascensão capitalista, a autolimitação dos movimentos sociais e o abandono dos rudimentos de auto-organização ainda estavam em sintonia com reformas sociais ou jurídicas que conduziram a melhorias relativas nas condições de vida ou que, pelo menos, faziam disso uma promessa plausível. Hoje, no entanto, quando o reformismo, no antigo sentido do termo, já não tem perspectiva, é preciso uma guinada radical. Os movimentos sociais emancipatórios já não devem enxergar a si próprios como etapa de transição para a construção de partidos ou como organizações de base das suas representações parlamentares, aceitando que sejam tomadas em seu nome no plano político as decisões socialmente relevantes. Em vez disso, devem se enxergar como atores sociais relevantes que lutam com todos os meios para ampliar as estruturas solidárias, a auto-organização social, a fim de reduzir gradualmente a condição de inferioridade que leva, de um lado, à delegação de todas as tarefas públicas essenciais ao Estado e, de outro, à economificação de quase todas as relações sociais.

15.

Nas condições do processo de crise capitalista, um movimento emancipatório não pode simplesmente abandonar e ignorar o plano da política e do Estado. A orientação de conteúdo das lutas nesse terreno, apesar disso, deve ser completamente diferente do que tem sido até agora. Por um lado, é preciso canalizar o máximo de recursos materiais e financeiros para o setor auto-organizado (edifícios, meios de produção, etc.) e melhorar as condições básicas para que este se consolide e se desenvolva; mas, ao mesmo tempo, é essencial defender o padrão

existente de direitos sociais contra quem pretende eliminá-los. Mesmo que o setor de auto-organização social cresça e se fortaleça, o Estado ainda será um ator central por algum tempo, com capacidade para definir e garantir as condições gerais de vida no capitalismo de crise. Portanto, é claro que a luta contra a privatização dos serviços públicos, contra a redução dos benefícios sociais ou das medidas estatais de controle será de extrema importância.

Os pressupostos dessa luta mudam fundamentalmente quando são combinados com uma nova perspectiva emancipatória de superação da sociedade capitalista. Antes de tudo, porque dessa forma ela perderia seu caráter puramente defensivo, que a caracteriza enquanto tenta apenas renovar o venerável Estado social e regulatório, ainda que não acredite nele. Mesmo como luta defensiva, ela pode ser mais efetiva se colocar de modo consistente a satisfação geral das necessidades concretas-sensíveis no centro, em vez de ser justificada a partir de considerações de política econômica derivadas de um keynesianismo mofado. Ela ganha, assim, em capacidade de propagação, ajudando a superar a fragmentação particularista de diferentes lutas de interesses muitas vezes concorrentes e, ao invés disso, une forças. Em segundo lugar, um setor de auto-organização social fortalecido é também uma base prática para disputar os conflitos sociais, pois oferece não apenas garantia material, mas também sua própria infraestrutura de apoio solidário, bem como espaços de refúgio contra a repressão. Isso significa que as lutas salariais e trabalhistas, que permanecem importantes enquanto a maioria da população continuar, de algum modo, dependente da venda da força de trabalho, podem se tornar novamente mais solidárias e exitosas do que as atuais.

16.

Esta orientação da emancipação social implica uma relação com o Estado e com a política completamente diferente da que prevaleceu na esquerda tradicional. O leninismo, em particular, acreditava que qualquer forma de auto-organização se subordinava ao objetivo da conquista do poder de Estado para, em seguida,

desaparecer ou ser dissolvida pela força. Hoje em dia, pelo contrário, o centro das ações políticas deve ser a criação e o desenvolvimento do setor auto-organizado como base da superação do modo de produção e de vida capitalista. É nessa perspectiva que as lutas devem ser conduzidas no plano político-estatal. Para Lenin e o marxismo tradicional, a morte do Estado era apenas um sonho distante. O conteúdo atual da emancipação social consiste na retração gradual do Estado na sociedade.

Tal orientação decorre diretamente da nossa situação histórica. No início do século XX, o Estado estava iniciando um desenvolvimento que se afirmaria em muitas partes do mundo como a universalidade abstrata que regulava quase todas as áreas e interesses da vida social. Desse modo, ainda podia parecer decisivo conquistar o poder de Estado por meio de eleições ou de uma revolução e, a partir dele, transformar a sociedade.

Hoje sabemos não só que essa estratégia fortaleceu o domínio capitalista, como muitas vezes teve consequências terríveis. Nas condições da crise fundamental do capitalismo, ademais, o que ocorre diante dos nossos olhos é a perda do caráter de universalidade abstrata do Estado. Em alguns casos, ele se desintegra e deixa o campo livre para o domínio de organizações criminosas e gangues, com as quais, pelo menos uma parte do aparelho estatal forma alianças rentáveis; em outros, abdica de todas as tarefas necessárias à garantia das condições gerais de vida, preservando apenas as funções repressivas usadas para organizar a exclusão social. Os dois processos tendem a se confundir e, no pior dos casos, conduzem a uma dinâmica centrífuga entre forças regressivas concorrentes, que, por sua vez, se transforma em guerra civil latente ou aberta. Portanto, a luta atual pela emancipação social é essencialmente uma luta por alternativas à crescente destruição dos fundamentos materiais da vida e contra a desintegração regressiva da sociedade no processo de crise capitalista. Ser de esquerda hoje significa lutar pela deposição emancipatória do Estado e da produção de riqueza capitalista.

Bibliografia

Kurz, Robert (1991): *Der Kollaps der Modernisierung*, Frankfurt 1991.

Lohoff, Ernst (1996): *Der dritte Weg in den Bürgerkrieg. Jugoslawien und das Ende der nachholenden Modernisierung*, Horlemann-Verlag, Bad Honnef 1996.

Lohoff, Ernst (2014): *Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. Der Fetischcharakter der Kapitalmarktwaren und sein Geheimnis*, Krisis 1/2014,
www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/

Lohoff, Ernst (2015): *Wenn Reichtum Reichtum vernichtet. Der inverse Kapitalismus und seine Grenzen*, in: *agora* 42, 3/2015.
www.krisis.org/2015/wenn-reichtum-reichtum-vernichtet/

Lohoff, Ernst/Trenkle, Norbert (2012): *Die große Entwertung. Warum Spekulation und Staatsverschuldung nicht die Ursache der Krise sind*, Münster 2012.

Meretz, Stefan (2015): *Commonismus statt Sozialismus*, in: Marxistische Abendschule Hamburg (Hg.): *Aufhebung des Kapitalismus*, Hamburg 2015.

Stahlmann, Johanna (1990): *Die Quadratur des Kreises. Funktionsmechanismus und Zusammenbruch der sowjetischen Planökonomie*, in: *Krisis* 8/9, Erlangen 1990.
www.krisis.org/1990/die-quadration-des-kreises/

Trenkle, Norbert (1993): *Der demokratische Mauerbau. Elendsmigration und westlicher Abgrenzungswahn*, in: *Krisis* (Hg): *Rosemaries Babies*, Bad Honnef 1993.

Trenkle, Norbert (2015a): *Gottverdammte modern. Warum der Islamismus nicht aus der Religion erklärt werden kann*
www.krisis.org/2015/gottverdammte-modern/

Trenkle, Norbert (2015b): *Arbeit in Zeiten des fiktiven Kapitals*
www.krisis.org/2015/die-arbeit-in-zeiten-des-fiktiven-kapitals/

O outro Marx¹

Por que a teoria de Marx permanece atual
mesmo sem uma nova luta de classes

Em vista da enorme desigualdade na distribuição da riqueza social, fala-se sempre mais, tanto nas ciências sociais quanto na mídia e no debate político, de um »retorno da sociedade de classes«. Nas ciências sociais, esse termo significa o aumento da discussão sobre a divisão social e suas causas, analisadas a partir de várias perspectivas teóricas e empíricas.² No entanto, pode-se observar também um renascimento midiático e político do conceito marxista tradicional de classe.³ Enquanto o investidor e multibilionário Warren Buffet proclamava cinicamente em 2006: »há uma guerra de classes, certo, mas é a minha classe, a dos ricos, que trava essa guerra e estamos ganhando«,⁴ políticos de esquerda como Bernie Sanders e Jeremy Corbyn tentavam novamente mobilizar a »classe trabalhadora« contra o »capital«.

Essa referência ao conceito marxista de classe e ao paradigma da luta de classes pode inicialmente parecer plausível, mas, após uma análise mais atenta, a aparência se desfaz. As divisões sociais de hoje têm pouco a ver com a contradição de classes postulada por Marx e Engels no *Manifesto do Partido*

¹ Publicado em Soziopolis, 09.06. 2020. Versão revisada e ampliada da palestra: The other Marx. Why the Communist Manifesto is obsolete, na conferência "Communist Manifesto: History, Legacy, Critique" (Praga, 7 de junho de 2019).

² Desde a grande crise financeira e econômica, surgiu um número quase incontrolável de publicações sobre esse tema. Alguns exemplos: Thomas Piketty, *Das Kapital im 21. Jahrhundert*, Munique, 2014; Didier Eribon, *Rückkehr nach Reims*, Berlim 2016; Oliver Nachtwey, *Die Abstiegs-gesellschaft*, Berlim 2016; Heinz Bude/Philipp Staab (eds.), *Kapitalismus und Ungleichheit. Die neuen Verwerfungen*. Frankfurt am Main / Nova York, 2016.

³ Por exemplo, Slavoy Žižek, *Der neue Klassenkampf*, Berlim 2015; Sebastian Friedrich / Redaktion Analyse & Kritik (ed.), *Neue Klassenpolitik*, Berlim 2018.

⁴ Warren Buffet em entrevista com Ben Stein em: *New York Times*, 26 de nov. de 2006, www.nytimes.com/2006/11/26/business/yourmoney/26every.html?_r=0 (7 de junho de 2020).

Comunista e, assim, já não podem ser entendidas adequadamente por meio das categorias da teoria marxista das classes. De qualquer forma, esse sempre foi apenas um lado da teoria de Marx. E se isso ainda caracteriza a percepção geral hoje, é porque essa teoria se tornou politicamente eficaz nos séculos XIX e XX e, portanto, foi ela que teve alguma notoriedade. Há, no entanto, outro lado da teoria, que Marx desenvolveu em particular na sua obra principal, *O Capital*, e nos respectivos estudos preparatórios (*Grundrisse, Para a crítica da economia política*, etc.). O foco aqui não é a crítica do capitalismo como sociedade de classes, mas como o sistema social baseado na produção de mercadorias se torna independente das pessoas e as confronta, de forma reificada, como »segunda natureza«. É esse lado da teoria de Marx que ainda é muito atual - ou melhor, especialmente hoje - porque tem uma explicação plausível não apenas para a crise progressiva da sociedade capitalista, mas também para as divisões sociais, políticas e econômicas associadas a ela. Quanto ao outro lado, que se concentra no paradigma da luta de classes, há muito se tornou obsoleto; se hoje ele vive um renascimento, tal se deve mais à necessidade nostálgica da esquerda do que ao seu potencial analítico.

Os dois lados da teoria

Para justificar essa tese, examinaremos primeiro o núcleo da teoria das classes de Marx. Nessa teoria, a oposição entre capital e trabalho é uma contradição antagônica, ou seja, uma oposição inconciliável de dois princípios sociais contraditórios que resulta da exploração da força de trabalho na base da acumulação de capital. Uma vez que o capital está sujeito à pressão permanente e ilimitada para se multiplicar, ele transforma gradualmente a grande massa de pessoas em assalariados e cria a força social que abole o sistema capitalista (Marx os chamou de coveiros do capitalismo). Nessa perspectiva, porém, o trabalho não é apenas uma antítese interna e sistêmica do capital; em vez disso, é elevado, no sentido histórico-filosófico, a um poder supra-histórico criador de todos os valores e considerado a »essência« da história humana. Ele ocupa, assim, o lugar

que Hegel reservou ao »Espírito«. Portanto, a emancipação social é concebida como o vir a si mesmo dessa suposta essência, como libertação do trabalho em face da dominação e da exploração e como realização de uma sociedade baseada no trabalho geral. Nessa visão, o ponto de vista do trabalho é idêntico ao ponto de vista da emancipação e a classe operária representa, »em si«, o além do capitalismo no interior do próprio capitalismo.⁵

No século XIX, essa tese ainda podia parecer plausível, mas mesmo assim era fundamentalmente errada, como se pode ver em retrospectiva. Em primeiro lugar, a oposição entre capital e trabalho nunca foi uma contradição antagônica de dois princípios inconciliáveis, mas sempre uma oposição imanente de interesses dentro de *um único* sistema de referência social, que, até certo ponto, também poderia ser regulado, como ficou demonstrado na era do *boom* fordista; em segundo lugar, o papel central do trabalho na sociedade como »criador de todos os valores« não é, de forma alguma, um princípio supra-histórico da sociedade em geral, mas antes uma característica historicamente específica do modo de produção capitalista.⁶

O que distingue essencialmente esse modo de produção de todos os demais até aqui – considerando-se um nível analítico muito básico – é a fragmentação da sociedade em indivíduos isolados que se relacionam apenas externamente uns com os outros por meio da produção de mercadorias.⁷ Em outras palavras: as pessoas criam seu contexto *social* produzindo coisas *privadamente* e de forma anônima umas para as outras. Seu trabalho privado despendido ganha, assim,

⁵ Moishe Postone, *Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft*, Freiburg 2003, p. 111 e segs. Essa tese foi elaborada em termos filosóficos e ganhou notoriedade por meio de Georg Lukács no ensaio de 1923 »Die Verdinglichung und das Bewusstsein des Proletariats«, em: *Geschichte und Klassenbewusstsein*, Darmstadt 1988, pp. 170-355). Para uma crítica, ver Moishe Postone, *Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft*, pp. 122 e segs., e Norbert Trenkle, *Die metaphysischen Mucken des Klassenkampfes*, em: *Krisis* 29 (2005), pp. 143-159. É evidente que aqui »o materialismo histórico« representa apenas a inversão da filosofia idealista da história e não sua superação.

⁶ Moishe Postone, *Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft*, p. 229 e segs.

⁷ Norbert Trenkle, *Sociabilidade insociável*, neste volume.

um significado muito especial: para os indivíduos isolados há um único meio, um modo específico, de se socializar. O seu trabalho não lhes interessa por causa do lado material-concreto, ou seja, a produção de um determinado valor de uso; o que interessa é, antes, o lado abstrato, que representa a generalidade abstrata do trabalho como mediação social e se expressa no valor de troca das mercadorias. É secundário se os bens são produzidos por conta própria ou se a força de trabalho é vendida como mercadoria em troca do seu valor na forma de salário.

O mais importante é que a produção de riqueza no capitalismo assume uma forma historicamente específica. Assim como os indivíduos se interessam apenas pelo lado abstrato-social do trabalho despendido, a produção na sociedade como um todo está orientada apenas para essa abstração expressa em valor. Em outras palavras, produção de »riqueza abstrata«, de riqueza que abstrai completamente todas as propriedades material-concretas das coisas produzidas e das respectivas condições de produção. No entanto, se os indivíduos usam seu trabalho como meio para adquirir outras mercadorias, uma lógica diferente se aplica na sociedade como um todo. Aqui, a finalidade da produção é imediatamente o próprio valor. O objetivo da produção é transformar uma determinada soma de valor em ainda mais valor, ou seja, para acumular capital; pois o capital nada mais é que a autorreferencialidade do valor, valor que só se mantém se for repetidamente lançado no ciclo econômico para se multiplicar. O valor expressado nas mercadorias se torna, assim, independente de seus produtores e se impõe sobre eles e sobre o contexto social como um todo. É o que Marx chama de fetichismo da produção de mercadorias.

O trabalho é, portanto, uma categoria essencial e central da sociedade capitalista. Ele não está em oposição externa à categoria do capital; está na sua base e é até idêntico a ele em um nível fundamental. O valor, de fato, nada mais é do que a forma reificada do trabalho abstrato passado, que embora seja uma loucura, é uma *loucura socialmente real*. Não se trata de negar o conflito de interesses entre capital e trabalho. O que importa é enfatizar que ele faz parte de uma relação social comum e que, sendo assim, não é antagônico no sentido marxista tradicional.

O fim da conciliação de interesses

É da natureza do problema que esse conflito de interesses tenha se resolvido muitas vezes com dureza e de forma violenta. Uma vez que o impulso de valorização do capital depende do uso extensivo da mercadoria força de trabalho, é de seu interesse reduzir ao máximo o valor dessa mercadoria (expresso no salário). Inversamente, os assalariados querem vender sua força de trabalho da forma mais cara possível para ter acesso à riqueza social, o que significa comprar os bens de consumo de que se precisa para viver. Em última análise, é um conflito distributivo, uma disputa sobre como o valor que se expressa nas mercadorias é dividido entre capital e trabalho.

Como esse conflito pertence a um contexto social comum, ambas as partes, apesar de toda oposição, também têm um interesse comum em manter a produção de riqueza abstrata. É por isso que geralmente respeitam as regras do jogo ditadas por essa forma de riqueza. Isso significa dar continuidade à acumulação de capital. Do contrário, nem o capital cumpre seu objetivo de fazer do dinheiro mais dinheiro, nem os vendedores da força de trabalho terão o dinheiro para ganhar a vida. Esse ponto em comum básico é a razão pela qual, em vez de levar a uma ruptura do capitalismo, a oposição entre capital e trabalho ao longo do século XX encontrou formas de mediação dos diferentes interesses e de regulação política da relação entre eles.

De uma perspectiva histórica, o auge da reconciliação regulada de interesses entre capital e trabalho foi a era fordista. Isso não é coincidência, pois nessa época o capital se expandiu a uma taxa historicamente sem precedentes e, portanto, precisava constantemente de mais força de trabalho. Por outro lado, isso permitiu a venda da mercadoria força de trabalho em condições relativamente boas e um grau de participação na riqueza das mercadorias até então impensável. O rompimento dessa constelação histórica não ocorreu apenas com o colapso do chamado socialismo, como se afirma com frequência hoje. Em vez disso, pode ser situado uma década e meia antes. Ele foi desencadeado pelo fim do *boom* fordista e pelo início da Terceira Revolução Industrial, que levou a um salto qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas. Como Marx já havia

previsto nos *Grundrisse*,⁸ a ênfase passou da força produtiva do trabalho para a força produtiva do conhecimento, resultando na supressão em massa do trabalho na produção. Isso melhorou a posição de poder dos capitais, permitindo-lhes reduzir salários e piorar as condições de trabalho, mas eles também perderam a massa de trabalho na produção, que é o fundamento da própria valorização. Daí resultou uma profunda crise da valorização do capital que durou até a década de 1980.⁹

Apesar de todas as medidas neoliberais brutas para diminuir o poder dos sindicatos e desregulamentar as condições de trabalho, não havia como renovar a base produtiva da valorização do capital para sair da crise. Isso não foi possível porque, uma vez atingido um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, ele não pode mais ser revertido. Não há retorno a uma constelação na qual o capital se valoriza com base no trabalho em massa na produção. No lugar dela, a desregulação neoliberal e a transnacionalização dos mercados financeiros abriram as portas a uma nova era de acumulação de capital que não tinha mais como base principal a valorização do capital. O uso da força de trabalho e a absorção da mais-valia na produção de mercadorias deu lugar à acumulação de capital fictício.¹⁰

A era do capital fictício

O capital fictício nada mais é do que uma antecipação de valor *futuro*, ou seja, valor ainda não produzido, mas que já produz efeitos aqui e agora. Os meios técnicos para tal são os títulos financeiros (ações, títulos, futuros, etc.), que garantem o direito a uma determinada quantidade de dinheiro e sua ampliação através de juros ou dividendos. A »produção« em massa desses instrumentos financeiros e sua negociação nos mercados financeiros permitiram quatro décadas

⁸ Karl Marx, *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, em: Marx-Engels-Werke vol. 42, Berlim 1983, p. 599 e segs.

⁹ Ernst Lohoff/Norbert Trenkle, *Die große Entwertung*, Münster 2012, p. 75 e segs.

¹⁰ Lohoff/Trenkle, *Die große Entwertung*.

de multiplicação de capital, embora a base para a produção ampliada de mais-valia há muito tenha deixado de existir. A crise fundamental da valorização do capital, que tem origem na década de 1970, nunca foi resolvida. Pelo contrário, ela foi e continua a ser encoberta e deslocada (*verdrängt*) pela acumulação maciça de capital fictício nos mercados financeiros, pela »acumulação de capital sem acumulação de valor«. ¹¹ Essa antecipação de valor futuro não pode continuar indefinidamente, pois o enorme acúmulo de promessas futuras não cumpridas leva a crises financeiras crescentes, com efeitos devastadores sobre os ciclos »econômicos reais« e os serviços públicos. Essa foi, no entanto, a força motriz por trás da enorme dinâmica de expansão capitalista que levou à imposição definitiva do modo de produção e do modo de vida capitalista em todo o planeta.

Ao mesmo tempo, a relação entre capital e trabalho mudou tão profundamente nesta era do capital fictício que mesmo o conflito de interesses imanente entre essas duas categorias perdeu sua posição social central. À primeira vista, tal afirmação pode causar surpresa, pois é claro que a grande maioria da população mundial nunca foi tão dependente do trabalho assalariado e da produção de mercadorias. De modo paradoxal, porém, o capital se tornou amplamente independente da exploração da mercadoria força de trabalho, precisamente porque a ênfase da acumulação se deslocou para a esfera do capital fictício. É claro que isso não significa que a exploração da força de trabalho acabou. Isso seria absolutamente contrafactual. A produção de mais-valia, porém, há muito deixou de ser o motor da acumulação de capital e se tornou, ela própria, uma variável que depende da dinâmica do capital fictício nos mercados financeiros. ¹² Em nenhum outro lugar isso é mais evidente do que no setor de construção, o setor atualmente mais dinâmico da »economia real«. Os investimentos são feitos aqui unicamente enquanto a especulação imobiliária, que é uma referência central

¹¹ Ernst Lohoff, *Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation*, in: Krisis (2014), 1, www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/ (7.6.2020).

¹² Norbert Trenkle, *Die Arbeit hängt am Tropf des fiktiven Kapitals*, in: Krisis (2016), 1, www.krisis.org/2016/die-arbeit-haengt-am-tropf-des-fiktiven-kapitals/ (7.6.2020).

para a acumulação de capital fictício, continua em curso. Só assim as pessoas têm a oportunidade de vender seu trabalho. O reverso disso é que em muitas regiões, especialmente nas grandes cidades e aglomerados urbanos, já não se pode ter uma moradia devido à explosão dos preços dos imóveis.

A dependência das atividades econômicas reais, incluindo o dispêndio de trabalho, em relação à dinâmica dos mercados financeiros é um fenômeno geral na era do capital fictício. Isso se aplica à produção industrial, bem como ao setor terciário, que só fornece a maioria dos empregos atuais porque é alimentado pela renda e pelos lucros gerados sobretudo pelo capital fictício por meio da antecipação de valor futuro. O preço dessa dependência é alto para o trabalho. Como não há mais, da parte do capital, uma dependência primordial de força de trabalho em seu movimento de acumulação, ele pode ditar em grande parte os termos da sua venda. Eis a principal razão para a precarização e intensificação geral do trabalho, que são acompanhadas por uma profunda perda do poder dos sindicatos e partidos trabalhistas.¹³ Há também uma enorme concentração de riqueza, porque o capital fictício se multiplica nos mercados financeiros de modo autorreferenciado, sem se incomodar com desvios por meio da exploração da força de trabalho na produção de mercadorias.

Apesar dessa mudança na dinâmica de acumulação da valorização na produção e nos mercados financeiros, a exploração implacável dos recursos naturais avança em ritmo acelerado. De um lado, isso se deve à globalização e à imposição geral do modo de produção e de vida capitalista, mesmo em regiões que, até três ou quatro décadas atrás, ainda pertenciam à periferia capitalista.¹⁴ De outro, é precisamente o enorme aumento da produtividade na esteira da Terceira Revolução Industrial que impulsiona a exploração das bases naturais da vida. A culpa não é das novas tecnologias em si, mas do deslocamento em massa de força de trabalho dos setores centrais da produção industrial, que contradiz os imperativos da

¹³ Norbert Trenkle, *Workout. Die Krise der Arbeit und die Grenzen der kapitalistischen Gesellschaft*, www.krisis.org/2018/workout-die-krise-der-arbeit-und-die-grenzen-der-kapitalistischen-gesellschaft/ (7.6.2020).

¹⁴ Ulrich Brand / Markus Wissen, *Imperiale Lebensweise*, München 2017.

produção de riqueza abstrata. Isso ocorre porque a redução maciça do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de cada mercadoria individual também leva a uma redução na parcela de valor representada nas mercadorias, como pode ser visto, por exemplo, na queda dos preços de muitos produtos que antes possuíam caráter exclusivo. O gasto material para a produção dessas mercadorias, contudo, não é afetado por esse fato e tende a permanecer o mesmo ou pode até aumentar; mas, como o valor, ou seja, a riqueza abstrata, é o único objetivo da produção capitalista, as empresas tentam compensar as perdas relativas aumentando a produção absoluta de mercadorias. Elas precisam consumir, assim, quantidades crescentes de recursos. É necessário um uso cada vez maior de materiais para manter o nível já alcançado de produção de riqueza abstrata. Sob as condições da produção de riqueza abstrata, o potencial de produtividade que poderia ser usado em outras circunstâncias sociais para uma ampla redução das horas de trabalho e para organizar a produção segundo as necessidades se transforma em um risco para a humanidade. Por um lado, aceleram a destruição ecológica, por outro, tornam cada vez mais pessoas »superfluas«¹⁵, impossibilitando-as de vender sua força de trabalho e mergulhando-as na miséria. Os principais movimentos migratórios da atualidade são apenas uma expressão de tais desenvolvimentos.

Crítica e emancipação

Da mesma forma que o conflito entre trabalho e capital perdeu sua posição social central, os conceitos tradicionais de emancipação baseados no ponto de vista do trabalho também estão em crise. Até o início do século XX, as lutas sociais ainda podiam se concentrar na categoria do trabalho. Diferente do que afirmavam os teóricos do marxismo tradicional, ela não apontava para além do capitalismo; mesmo assim, era essencial para a luta pelo reconhecimento pleno dos vendedores da força de trabalho como sujeitos-mercadoria na sociedade capitalista. Com a imposição geral da produção mercantil, porém, vender a

¹⁵ Zygmunt Baumann, *Verworfenes Leben*, Bonn 2005.

força de trabalho se tornou a regra social no mercado de trabalho, que constitui o quadro de referência principal da concorrência geral. Embora não tenha desaparecido, o conflito de interesses entre capital e trabalho foi, em grande parte, encoberto pela concorrência entre vendedores da força de trabalho pela sua parte da riqueza mercantil. Isso é agravado pela necessidade das pessoas de lutar mais e mais para permanecer nesse quadro de referência, ou seja, para não se tornarem inteiramente »supérfluas«. O trabalho perde, assim, sua posição central como categoria de integração e uniformização social forçada e se torna uma força motriz da desintegração social. A invocação enfática do »ponto de vista do trabalho« e da »classe trabalhadora« perde qualquer ponto de referência na realidade social.

A crise que resulta da crítica tradicional do capitalismo deixou um vazio ainda não preenchido por uma nova perspectiva de emancipação social. Esse fato não deve nos tentar a retirar do armário a venerável teoria das classes. Ela foi descartada, com toda razão, pois já não oferecia respostas adequadas para as crises e contradições sociais atuais. Não adianta inflar o conceito de luta de classes até ele englobar todos os conflitos e movimentos sociais relevantes atualmente, desde a resistência à apropriação de terras (*land grabbing*) na América Latina até os movimentos pela moradia e as lutas queer-feministas nos centros capitalistas ou ainda a ação climática global.¹⁶ Dessa forma, o conceito de classe é ampliado para além de algo reconhecível e perde toda nitidez analítica. É verdade que há algo em comum entre todas essas lutas e conflitos muito diferentes; mas isso não consiste em um interesse comum superior (e certamente não é um »interesse de classe«) e só pode ser determinado negativamente, por meio da crítica. Os protestos e os movimentos sociais surgem de maneiras diferentes nas linhas de conflito traçadas pela dinâmica imperial da riqueza abstrata. Essa conexão permanece invisível caso não exista um conceito crítico da forma historicamente

¹⁶ É assim que a »nova política de classe« tenta reabilitar o conceito de classe, p.e., em Sebastian Friedrich, *Neue Klassenpolitik*, Redaktion Analyse & Kritik (Herausgeber), 2018.

específica de produção da riqueza. De um ponto de vista empírico, seus efeitos são muito diferentes nos vários âmbitos e dimensões sociais.

Quatro linhas de conflito hoje são especialmente virulentas nos centros capitalistas: o preço elevado das moradias, as mudanças climáticas, a precarização das condições de trabalho e a imigração. Todas resultam diretamente da forma específica de progressão da produção de riqueza abstrata na era do capital fictício e da tentativa de adiar novamente os limites para os quais o capitalismo é empurrado. É vã a tentativa de reduzir todos esses conflitos ao denominador comum de um interesse geral, já que ele simplesmente não existe. Em muitos casos, acontece o inverso: os interesses nas várias linhas de conflito são diametralmente opostos. Por exemplo, quando precarizados nos centros capitalistas temem a deterioração das condições de trabalho e o aumento dos preços das moradias como resultado da imigração ou quando medidas de política climática, como o imposto sobre o CO₂, ameaçam os empregos e aumentam o custo da gasolina, do aquecimento e da eletricidade. Em vez de unidade, há um conflito entre crítica e resistência.

Uma tarefa importante da teoria social crítica hoje é mostrar que as várias linhas de conflito e contradições resultam da dinâmica desencadeada pela produção de riqueza abstrata. O objetivo é trazê-las a um *denominador negativo* comum. Se isso for bem-sucedido, fornecerá pontos de orientação para uma prática emancipatória que pode reunir linhas de conflito aparentemente díspares e iniciar um processo de transformação fundamental no curso do qual a sociedade se reinventa. A perspectiva geral e unificadora seria uma forma consistente de contenção (*Zurückdrängung*) da produção de mercadorias, bem como de apropriação do potencial social, para além da lógica do mercado e do Estado. Para a solução da »questão da habitação«, por exemplo, isso significaria questionar a propriedade privada da terra e, ao mesmo tempo, desenvolver novas formas de organização cooperativa da moradia e do ambiente doméstico. Uma transformação consequente do setor de energia exigiria sua transferência para estruturas comunitárias e auto-organizadas. E uma redução radical das horas de trabalho, há muito na agenda devido à produtividade extremamente alta, só será possível se a subsistência em boas condições se desvincular da renda.

O discurso de classe sempre pergunta principalmente sobre «quem», pois ele quer identificar o suposto ator da emancipação. A negação determinada da produção abstrata de riqueza, por outro lado, fornece elementos sobre «o quê», ou seja, o conteúdo do processo de emancipação social. A questão dos atores desse processo permanece, então, secundária. Como não existem *a priori*, eles podem se formar apenas nas várias linhas de conflito. O *Manifesto do partido comunista* serve de referência aqui só no que diz respeito ao seu formidável ímpeto revolucionário. Para um exame substantivo da emancipação e seus obstáculos, é preciso recorrer a «outro Marx», ou seja, a uma parte da teoria de Marx ainda amplamente ignorada pelo marxismo tradicional.

Sociabilidade insociável¹

A contradição entre indivíduo e sociedade
como cerne da teoria social crítica

1.

A questão fundamental da sociologia, como Georg Simmel a formulou certa vez, «o que torna possível a sociedade?» (Simmel 1908, p. 42), lança uma luz importante tanto sobre o objeto de observação quanto sobre a posição do observador. O que parece ser uma questão fundamental a respeito do caráter da «sociedade em geral», na verdade, surge somente quando se tem em conta a natureza peculiar e historicamente específica da sociedade burguesa-capitalista, que se caracteriza por uma contradição fundamental entre indivíduo e sociedade. Uma indicação da natureza histórica dessa contradição é que ela só foi abordada a partir do início da modernidade. Desde então, ocupa com frequência o pensamento da filosofia social e das ciências sociais. Thomas Hobbes formulou a famosa frase «o homem é o lobo do homem». Para ele, as pessoas são «por natureza» indivíduos egoístas que apenas seguem suas inclinações ou aversões particulares e estão sempre ansiosas por fazer valer as próprias vantagens e interesses sobre outros indivíduos atomizados. Segundo Hobbes, a sociedade só é possível pela submissão dos indivíduos a um aparelho de Estado todo-poderoso que determine de modo soberano as regras de convivência e impeça que o choque geral de interesses particulares degenerem na guerra de todos contra todos. Embora esse ponto de vista radical (classificado como «pessimista» ou «realista» em relação à «natureza humana») tenha recebido tanta aprovação quanto rejeição, a melodia básica que ele estabelece de uma oposição elementar entre indivíduo e sociedade moldou desde então, em muitas variações, as partituras da filosofia social moderna e da ciência social.

¹ Teses para um seminário em Karlsruhe sobre a crítica ao capitalismo, em abril de 2019

Mandeville é provavelmente o primeiro a formular a ideia de que a busca egoísta de interesses particulares não ameaça o contexto social, mas, pelo contrário, resulta acidentalmente no bem comum da sociedade. Assim, o autor estabeleceu um padrão de pensamento característico da teoria econômica liberal, pelo menos desde Adam Smith, que retomou essa ideia e desenvolveu-a sistematicamente. No entanto, a contradição entre indivíduo e sociedade também caracteriza o pensamento filosófico fora do discurso econômico. Kant, por exemplo, transfere essa contradição, designada de forma reveladora como antagonismo, para o próprio »homem« e a designa adequadamente com o conceito de »sociabilidade insociável« (*ungeselligen Geselligkeit*). Com isso, ele quer nomear a »tendência« das pessoas »a entrar em sociedade que está ligada a uma oposição geral que ameaça constantemente dissolver essa sociedade. Essa disposição é evidente na natureza humana. O homem tem uma inclinação para *associar-se* porque se sente mais como homem num tal estado, pelo desenvolvimento de suas disposições naturais. Mas ele também tem uma forte tendência a *separar-se* (isolar-se) porque encontra em si ao mesmo tempo uma qualidade insociável que o leva a querer conduzir tudo simplesmente em seu proveito, esperando oposição de todos os lados, do mesmo modo que sabe que está inclinado a, de sua parte, fazer oposição aos outros«. (Kant, 1784, p. 20 e segs.). Segundo Kant, esse »antagonismo« é uma das forças motrizes essenciais da história humana, na medida em que leva os homens a realizações culturais. Para além da razão no sentido do imperativo categórico, Kant também considera indispensável um Estado forte para controlar as forças relutantes e conduzir as pessoas na direção correta.

2.

Marx também coloca a contradição entre indivíduo e sociedade no centro do seu pensamento e faz dela o ponto de partida da sua teoria crítica da sociedade capitalista. Em contraste radical com os economistas burgueses e os pensadores iluministas, Marx não tem dúvidas de que a divisão da sociedade em indivíduos isolados não representa de modo algum um »estado de natureza«, mas sim

a estrutura básica ou a forma básica da socialização burguesa. Marx troça repetidamente das »robinsonadas« dos economistas burgueses que projetam essa estrutura básica nos primórdios da história humana e, tal como Adam Smith, admitem que os homens têm um impulso natural para o comércio e a troca de bens. Assim, escreve nos *Grundrisse*: »a dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal na produção, bem como a dependência multilateral dos produtores entre si. A produção de todo indivíduo singular é dependente da produção de todos os outros; bem como a transformação de seu produto em meios de vida para si próprio torna-se dependente do consumo de todos os outros. [...] Aquilo que Adam Smith, em autêntico estilo do século XVIII, situa no período pré-histórico, no período que antecede a história, é, ao contrário, um produto da história« (MEW 42, p. 89 e segs.).

Para ele, a questão decisiva não é um »interesse geral« resultante da busca de todos os indivíduos por seus interesses particulares, como afirma Smith, nem, pelo contrário, como supõe Hobbes, se essa busca conduz à guerra de todos contra todos. »A questão«, escreve, é antes »que o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado nas condições postas pela sociedade e com os meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios. É o interesse das pessoas privadas; mas seu conteúdo, assim como a forma e os meios de sua efetivação, está dado por condições sociais independentes de todos« (MEW 42, p. 90).

Esse »ponto de partida« é fundamental para toda a teoria de Marx. A contradição entre o caráter privado (*Privatheit*) abstrato dos indivíduos isolados e a generalidade abstrata do seu contexto social é o primeiro passo da sua crítica da economia política e permite-lhe decifrar a lógica interna da sociedade capitalista. O que caracteriza o »método« de Marx é que ele não rejeita simplesmente as ideias dos pensadores burgueses como »erradas«, mas inverte-as ao mostrar que o alegado »estado de natureza« representa, na realidade, a estrutura básica historicamente específica da sociedade burguesa. Esse passo o mantém ligado à economia política e, ao mesmo tempo, permite virá-la criticamente contra

si mesma. Ele efetua, assim, uma mudança de perspectiva que torna possível a crítica radical da sociedade burguesa.

3.

Marx rompe assim também com um dos pressupostos centrais da economia política clássica, que ainda hoje caracteriza a »economia«: o »individualismo metodológico«.² Embora esse termo só tenha sido cunhado no século XX,³ o procedimento metodológico a que se refere é muito mais antigo e remonta à origem do pensamento burguês. Trata-se basicamente de explicar os processos e estruturas sociais com base nas ações de indivíduos isolados, pressupondo implícita ou explicitamente que estes têm uma determinada »natureza« ou »essência« tomada como evidente, ou seja, ontologizada. No caso da economia política clássica, tal pressuposto é claro: o »homem«, sempre concebido como o homem (*Mann*) branco que pensa racionalmente (cf. Habermann 2008, p. 130 e segs.), é essencialmente um *homo oeconomicus*, ou seja, um indivíduo isolado maximizador de vantagens, que persegue seus interesses privados (incluindo os da sua família nuclear, sempre concebida de modo conveniente como um apêndice) em competição com outros indivíduos e que só entra em contato social com eles quando vê aí algum benefício.

A abordagem de Marx é bastante diferente. Quando fala de indivíduos abstratos ou de produtores privados isolados, pressupõe sempre (mesmo quando não o faz de modo explícito) que se trata, antes de tudo, do resultado histórico de um longo processo de imposição do capitalismo, no âmbito do qual as pessoas eram expulsas das comunidades e dos contextos de produção não capitalistas que foram gradualmente destruídos. O »homem« é, portanto, historicamente

² Michael Heinrich também se refere a este fato, falando de uma »ruptura com o campo teórico da economia política« (Heinrich 1999, p. 154 e segs.). Deixo de lado aqui o fato de ele deslocar a mediação da oposição entre indivíduo e sociedade para a esfera da circulação.

³ O termo foi provavelmente criado e usado pela primeira vez pelo economista político Joseph Schumpeter (1970, p. 90), que reivindicava essa abordagem metodológica.

constituído e não aquele indivíduo abstrato »em si« que a economia política pressupõe como algo natural. Por isso, não passa de um argumento circular querer explicar o funcionamento da sociedade capitalista justamente a partir desses indivíduos, um argumento circular que cumpre também a função de legitimação ideológica. Em segundo lugar, por essa mesma razão, Marx nunca aborda os indivíduos isoladamente, mas sempre apenas como um momento de uma forma de socialização fundamentalmente contraditória, que se distingue precisamente pela fragmentação dos indivíduos isolados e de um contexto social que os confronta como algo que lhes é estranho. Faz parte da essência e da contradição fundamental da sociedade burguesa que, embora os indivíduos existam isolados uns dos outros, eles sejam dependentes uns dos outros como nunca na história. No entanto, sua coesão social é constituída de forma paradoxal pelo fato de perseguirem seus interesses privados uns contra os outros. Ou, parafraseando Marx: »a dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social« (MW 42, P. 92).

Nesta perspectiva, o conceito cunhado por Kant é certamente correto; mas o »antagonismo« que ele atribui aos próprios »homens«, que, de um lado, se esforçam por se socializar e, de outro, resistem a isso porque, em última análise, se sentem comprometidos apenas com seus interesses privados, é uma contradição característica da forma de relação social fundamental da sociedade capitalista, que tem o caráter de uma »sociabilidade insociável« (*Ungesellschaftliche Gesellschaftlichkeit*).⁴ No entanto, através dessa mudança de perspectiva, tal »antagonismo« já não se apresenta como um fato ontológico inevitável, mas como característica essencial de um tipo de socialização absurda historicamente específica; absurda na medida em que as pessoas aqui confrontam suas próprias relações sociais sob a forma de um contexto social exteriorizado que obedece à sua própria lógica reificada. É o que Moishe Postone (2003, p. 61) chama de dominação abstrata

⁴ O termo »sociabilidade insociável« foi utilizado em várias ocasiões em textos de crítica do valor desde os anos 1990 e é geralmente atribuído a Marx. Até onde sei, entretanto, Marx não utiliza esse termo em parte alguma, ainda que sua análise seja bastante precisa em relação à constituição contraditória da sociedade burguesa.

ou, na terminologia de Marx, o fetichismo. A »sociabilidade insociável« é a forma fundamental de relação da sociedade burguesa, à qual, em última análise, podem ser atribuídas todas as suas formas peculiares de fetichismo. É certo que esta é uma antecipação do argumento, que ainda precisa de fundamentação.

4.

Nesse contexto, é bastante surpreendente que Robert Kurz, em seu último livro, acuse Marx de se ter deixado levar pelo individualismo metodológico (Kurz 2012, p. 169). Essa acusação baseia-se apenas na afirmação de que Marx começa *O Capital* analisando »a mercadoria individual ideal-típica« (ibid.) e deriva daí a lógica da relação social global.⁵ Se Marx procedesse realmente dessa forma, ou seja, tal como Max Weber, a crítica de Kurz teria algo de plausível. No entanto, o método de Marx é completamente diferente. Quando toma a mercadoria como ponto de partida de sua análise, não se trata de uma coisa empírica qualquer, nem de um »tipo ideal« à la Weber. Um tipo ideal é uma construção intelectual estabelecida a partir de observações empíricas e serve para organizá-las e diferenciá-las analiticamente. Acima de tudo, tem objetivos heurísticos, ou seja, ela contribui para apreender e descrever sistematicamente o contexto social global através de um refinamento e diferenciação progressivos das observações empíricas e do seu agrupamento. Isso não tem absolutamente nada a ver com o método de Marx de »ascender do abstrato ao concreto« (Rosdolsky 1968, p. 43). A mercadoria com que Marx inicia sua análise é, de fato, uma abstração mental, mas não é formada a partir da síntese e catalogação de observações empíricas,

⁵ Kurz amplia o conceito de individualismo metodológico para que ele se refira não apenas às »ações dos indivíduos«, »mas a algo idealmente individual; ou seja, também no sentido institucional ou categorial« (Kurz 2012, p. 59). Nesse sentido, »a mercadoria individual, por mais que se a entenda de forma ideal-típica, não pode abarcar em si a lógica da própria relação e, por isso, também não pode ser o objeto mentalmente isolado de uma análise essencial« (ibid.). Para uma crítica detalhada à acusação de Kurz de que Marx caiu no individualismo metodológico, ver Lohoff 2017.

mas já é o resultado de um processo de investigação anterior, apresentado então de forma lógico-sistemática.

Quando Marx começa sua exposição em *O Capital* com a mercadoria, não está falando de uma mercadoria empírica qualquer ou de uma suposta »mídia ideal-típica« de todas as mercadorias empiricamente observáveis, mas da mercadoria apenas como representação da forma de relação subjacente à sociabilidade insociável. Isso se torna claro pelo fato de, em toda a primeira seção, ele falar explicitamente de mercadorias que são o produto do trabalho, ou mais precisamente: do trabalho privado isolado: »apenas produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si confrontam-se como mercadorias« (MEW 23, p. 57). Ernst Lohoff (2017) sublinhou que seria absurdo presumir que Marx desconhecia a existência da multiplicidade de outras mercadorias que não são, de modo algum, produto do trabalho privado (em primeiro lugar, a mercadoria força de trabalho, mas também a terra ou a mercadoria dinheiro, etc.). Assim, quando Marx faz essa redução, fá-lo de forma bastante consciente, de acordo com seu método. Ele parte de uma abstração: a mercadoria como expressão e forma de representação da contradição específica entre a sociabilidade e seu caráter privado (*Privatheit*), ou seja, uma sociabilidade que se constitui na forma privada. Isso, porém, só pode ser feito porque, no decurso do processo de investigação precedente, já se obteve uma compreensão do contexto da totalidade capitalista, cuja característica fundamental é girar em torno de um princípio central: o trabalho abstrato e o valor como sua forma reificada de representação.⁶ Só por essa razão ele pode revelar os aspectos básicos da lógica capitalista na mercadoria e, partindo dessa abstração, desdobrar o contexto capitalista global.

⁶ É só por causa dessa centralização que se pode falar de uma totalidade e por isso mesmo a sociedade capitalista é a única na história a qual esse termo pode ser aplicado em sentido estrito (cf. Postone 2003, p. 133).

5.

É, no entanto, uma deficiência da exposição de Marx o fato de não ter tornado tal ligação devidamente explícita e de, com essa falta de clareza, ter possibilitado interpretações altamente divergentes e contraditórias da sua teoria. Isso se aplica sobretudo ao significado e à importância da forma da mercadoria para a análise do contexto capitalista total. Tal deficiência, porém, não se deve apenas a uma apresentação inadequada, mas indica que Marx não pôde desfazer esse nó de forma teórica e coerente nos termos do seu próprio modo de exposição. A essência do problema é que, embora Marx coloque desde o início a mercadoria como produto do trabalho privado, ele não aborda de modo direto o estágio logicamente pressuposto desses mesmos trabalhos privados e da relação deles entre si, abordando-o somente de passagem. Ao fazê-lo, não atribui ao trabalho ou ao trabalho privado a importância sistemática que este deveria ter de acordo com a pretensão de ascensão do abstrato ao concreto. De fato, ao contrário do que se afirma em *O Capital*, Marx ignorou o primeiro nível lógico em vez de partir dele (cf. também Lohoff 2017).

Essa ambiguidade já é visível nos *Grundrisse*. Marx considera aqui a divisão da sociedade em indivíduos isolados. Sua afirmação de que a «dependência recíproca e multilateral dos indivíduos mutuamente indiferentes forma sua conexão social», refere-se ao fato de os indivíduos se relacionarem entre si por meio do seu trabalho. Em seguida, salta imediatamente para o nível do valor de troca e do dinheiro: «essa conexão social é expressa no *valor de troca*, e somente nele a atividade própria ou o produto de cada indivíduo se torna uma atividade ou produto para si; o indivíduo tem de produzir um produto universal – o *valor de troca*, ou este último por si isolado, individualizado, *dinheiro*» (MEW 42, p. 90). Marx ignora aqui completamente o nível da mercadoria. Ele o inclui no início da análise d'*O Capital*, mas sem abordar explicitamente a estrutura básica da sociabilidade insociável e, sobretudo, sem esclarecer a relação entre mercadoria e trabalho privado. Por um lado, como mostrei, em algumas passagens a mercadoria é tratada como produto do trabalho privado e, portanto, toma-se como base a relação entre trabalho privado e produção de mercadorias;

por outro, em algumas passagens parece que essa relação só se estabelece no ato da troca. E, finalmente, em pelo menos um momento, sugere uma interpretação naturalizante, segundo a qual o poder de formação do valor do trabalho pode ser atribuído ao dispêndio de energia («nervo, músculo e cérebro»).

O trabalho privado isolado e seu produto, a mercadoria, são de fato os dois lados da mesma relação social. Em outras palavras, os produtos do trabalho privado isolado assumem necessariamente a forma de mercadoria. Na sociedade capitalista, as pessoas se confrontam umas às outras como indivíduos isolados e são, ao mesmo tempo, absolutamente dependentes entre si. Elas se relacionam produzindo coisas umas para as outras. No entanto, fazem-no de um modo específico que reflete a relação social contraditória básica: produzem essas coisas sob uma forma que é, ao mesmo tempo, privada e social. O que lhes interessa nas coisas que eles próprios produzem não é seu uso material concreto, mas o fato de entrarem em uma relação social com as outras coisas produzidas privadamente, na medida em que são, em certo sentido, equiparáveis. No entanto, essa equiparação a «coisas com valor» ou a representações do valor só é possível porque coisas qualitativamente diferentes têm algo em comum: são produtos do trabalho privado isolado. Só neste sentido historicamente específico é que se pode dizer que o trabalho constitui a relação social e produz a mediação social. O valor, por seu turno, não é mais do que a representação reificada dessa relação social, que remonta à estrutura básica da sociabilidade insociável e não tem absolutamente nada a ver com qualquer tipo de «dispêndio de energia».⁷

O trabalho é, portanto, o lado ativo de uma relação social que se exprime coisificadamente no valor. São os indivíduos isolados que produzem essa relação, atuando de forma historicamente específica no interior da matriz pressuposta

⁷ Nos seus últimos escritos, Robert Kurz seguiu, infelizmente, cada vez mais uma definição naturalizante do trabalho abstrato como o «dispêndio de trabalho humano e de energia vital (nervo, músculo, cérebro» (Kurz 2012, p. 204), ao ponto de fazer a afirmação estranha de que a «energia de trabalho substancial despendida flui ... para um fundo global do capital» (ibid.).

da sociabilidade insociável e relacionando-se entre si nessa matriz.⁸ De um ponto de vista lógico, o trabalho, como forma de ação dos produtores privados isolados, deve, assim, representar o ponto de partida de uma crítica da economia política orientada para o método marxiano de ascensão do abstrato ao concreto. Afinal, as mercadorias só existem como tais porque antes foram produzidas como produtos do trabalho privado. Ao mesmo tempo, os trabalhos privados não podem simplesmente relacionar-se entre si como tais, mas apenas sob a forma de mercadorias. É isso que a máxima de Marx sobre o caráter de fetiche da mercadoria aponta: as pessoas confrontam suas próprias relações sociais como relações entre coisas que adquirem poder sobre elas. Esse caráter de fetiche das mercadorias resulta da mediação do trabalho e não apenas da troca de mercadorias, como se argumenta amiúde.⁹ Em vez de se estabelecer na troca, a relação social entre indivíduos isolados só aparece na forma (*Gestalt*) do valor de troca. Se, por conseguinte, se saltar o nível da mediação pelo trabalho, isso tem de levar à confusão conforme a análise avança.

6.

O que foi dito até agora poderia sugerir que a análise e a crítica da sociedade capitalista como um todo deveriam ser desenvolvidas a partir da categoria do trabalho privado ou da mediação do trabalho. Não é essa a intenção. O objetivo era, antes, determinar o ponto de partida adequado para a crítica da economia política no sentido do método de Marx. A crítica da economia política é, sem dúvida, indispensável para compreender o contexto interno da sociedade capitalista e sua dinâmica histórica. No entanto, não é de forma alguma capaz

⁸ O conceito de matriz pretende mostrar que a sociabilidade insociável é uma constituição ao nível mais profundo da sociedade, que precede as formas de relação nela baseadas e que não pode ser adequadamente apreendida pelo conceito de estrutura.

⁹ Sobre a mediação do trabalho, ver mais detalhes no livro de Moishe Postone (2003, p. 224 e segs.).

de compreender essa sociedade em todos os seus momentos, e estes certamente não podem ser »derivados« da crítica da economia política.

Os indivíduos isolados se relacionam entre si e com seu contexto social não só pelo trabalho e levando seus diversos trabalhos moldados pela mercadoria ao denominador comum do valor, mas igualmente relacionando-se uns com os outros socialmente de outros modos. Embora estejam internamente relacionados com a mediação pelo trabalho e pela produção de mercadorias, não podem ser diretamente reduzidos a ela. Pelo contrário, sua conexão interna reside no fato de que todos eles estão inseridos na matriz da sociabilidade insociável e resultam dela. A onipresença da categoria do interesse aponta para essa conexão interna. Estamos habituados a utilizá-la sem problemas para caracterizar as relações entre as pessoas, com as coisas ou com o ambiente – em um sentido muito amplo que não se esgota de modo algum no significado econômico comum da palavra. Na verdade, a onipresença de relações de interesse na sociedade é tudo menos algo natural; ela se refere antes ao modo historicamente específico como as pessoas interagem entre si na sociedade burguesa.

A categoria de interesse exprime o fato de um terceiro fator mediador se interpor entre o indivíduo e as suas manifestações da vida, bem como entre os indivíduos entre si e seu contexto social (Neuendorff 1973, p. 18). As necessidades não se expressam como tais, mas como interesse em algo (em certas coisas ou meios) que satisfazem tais necessidades. O interesse propriamente dito permanece uma caixa preta. Ele já não precisa de justificativa; é reconhecido como uma expressão de indivíduos que, por princípio, não têm de dar conta dos seus impulsos, motivos e necessidades: »o interesse aparece, assim, como algo que fundamenta a si próprio. É simultaneamente causa e consequência da mediação entre dois seres que, por suposição, são essencialmente estranhos um ao outro: o sujeito e seus objetos« (Neuendorff 1973, p. 17). Nesse sentido, o interesse é *par excellence* a forma social de manifestação do indivíduo isolado. O eu como indivíduo isolado não precisa de justificativa para »querer«. As razões para isso são exclusivamente suas. Todos os interesses são reconhecidos como iguais em princípio; são indiferentes em ambos os sentidos da palavra.

O princípio básico de todas as relações na sociedade burguesa é, portanto, a indiferença. As pessoas relacionam-se entre si como estranhos, como exterioridades, que, no fundo, só se interessam umas pelas outras na medida em que podem tirar daí algum benefício privado.¹⁰ Em outras palavras: fazem do outro o objeto dos seus interesses particulares. Ao mesmo tempo, porém, colocam-se mutuamente na condição de sujeitos. Precisamente neste sentido, podemos dizer que a forma fundamental em que os indivíduos isolados se relacionam entre si e com a sociedade é a *forma do sujeito*.

7.

A forma do sujeito, nesta perspectiva, não é outra coisa senão a forma historicamente específica como os indivíduos isolados se relacionam com o mundo, ou, em outras palavras: a forma geral assumida pelos pensamentos, ações e sentimentos das pessoas na matriz da sociabilidade não social. Isso se aplica não só às relações interpessoais e ao seu contexto social, mas também à relação com a natureza e até com o próprio corpo, que aparece como uma coisa moldada e usada de acordo com a própria vontade. O filósofo moderno René Descartes já formulou isso de um modo radical no início da era burguesa, quando invocou a capacidade cognitiva do indivíduo isolado como a única certeza. Aqui, o sujeito reduz-se ao ponto de vista do puro »eu penso«, enquanto todo o resto, incluindo a própria corporeidade, é atribuído ao mundo das coisas externas, a *res extensa*,

¹⁰ É precisamente aqui que reside o caráter profundamente instrumental das relações na sociedade burguesa. Isso geralmente é associado ao trabalho. Essa forma de relacionamento de fato emerge mais claramente na mediação pelo trabalho. É preciso deixar claro, no entanto, que o caráter instrumental não decorre da forma material, concreta, da própria atividade, do uso de ferramentas ou da aplicação da tecnologia, como é frequentemente presumido nas ciências sociais e, por exemplo, na Teoria Crítica clássica, em particular Max Horkheimer (cf. Postone 2003, p. 169 e segs.). Pelo contrário, deve-se ao fato de as pessoas na sociedade capitalista relacionarem-se entre si através da conexão social estabelecida principalmente pelo trabalho. Nesse sentido, o caráter instrumental do trabalho indica a matriz subjacente da sociabilidade insociável.

sobre as quais não seria possível fazer quaisquer afirmações confiáveis, pois se trata de algo estranho ao sujeito. Ao fazê-lo, ele antecipou o que se estabeleceria como forma geral de relação social ao longo dos três ou quatro séculos seguintes (Lohoff 2005, p. 28 e segs.). Não por acaso Descartes é considerado o fundador da filosofia moderna do sujeito.

O conceito de sujeito aqui utilizado representa tanto um estreitamento quanto uma ampliação de seu uso habitual nas ciências sociais e na filosofia. Estreitamento na medida em que o termo é reservado à forma historicamente específica de relação dos indivíduos abstratos na sociedade burguesa, em vez de aplicado à história da humanidade, como ocorre com frequência. Isso, por outro lado, também implica uma ampliação, pois nos permite analisar essa forma de relação com mais precisão e mostrar que ela representa uma ruptura qualitativa em relação às formas anteriores de socialização. No seu uso comum, o conceito de sujeito geralmente representa a diferenciação do homem em face da natureza e a emergência da individualidade, que conduz ao desenvolvimento do indivíduo burguês dotado de livre arbítrio. No entanto, isso sugere uma continuidade no desenvolvimento histórico que (muitas vezes de modo não intencional) ainda se mantém inteiramente na tradição do pensamento histórico-filosófico do progresso e obscurece a ruptura qualitativa representada pela instauração da sociedade burguesa.¹¹ O distanciamento em face da natureza e o desenvolvimento da individualidade adotaram formas muito diferentes ao longo da história, mas é apenas no interior da matriz da sociabilidade insociável que eles assumem o caráter reificado e reificante que pode ser definido em sentido estrito com o conceito de relação sujeito-objeto.

Essa compreensão historicamente específica do conceito de sujeito também significa que ele não é mais, em um duplo sentido, equiparado ao conceito de indivíduo. Em vez disso, denota uma forma específica de relacionamento entre indivíduos essencial para a sociedade burguesa em um sentido mais geral.

¹¹ Esse momento de retroprojeção da forma burguesa do sujeito também pode ser encontrado em Adorno e Horkheimer, em particular na *Dialética do Esclarecimento*, mas também na *Dialética negativa* (ver Trenkle 2002).

Essa forma determina o comportamento dos indivíduos abstratos entre si e em relação ao seu contexto social, porque e na medida em que eles se constituem como indivíduos isolados e confrontam uns aos outros externamente como estranhos. Ela determina também a ação dos atores coletivos como partidos, sindicatos, empresas e, não menos importante, o Estado (Lohoff 2005, p. 42-50), no relacionamento objetivado entre si, com a sociedade e os indivíduos. Por fim, como já referido, molda a relação instrumental com a natureza, que aparece como uma coisa a ser usada e controlada.

Essa distinção entre sujeito e indivíduo também nos permite falar de uma superação da forma do sujeito em sentido emancipatório (ver também Lohoff 2006). Isso não significa a aniquilação do indivíduo no coletivo, como nas ideias filosóficas, políticas e esotéricas do anti-modernismo regressivo, que representam um reflexo obscuro da apologia acrítica do indivíduo burguês-abstrato. Pelo contrário, significa a criação de uma sociedade que desenvolve a individualidade, uma sociedade em que as pessoas não se confrontam em uma alienação radical e na objetivação mútua, mas como indivíduos livremente associados que dispõem em comum acordo do seu contexto social.

8.

Encarar a forma-sujeito neste sentido historicamente específico como uma forma fundamental e geral de relação tem consequências significativas para uma teoria crítica da sociedade burguesa. Antes de mais, significa colocar a forma do sujeito no início da análise do contexto social. Ernst Lohoff apresentou essa ideia há vários anos no ensaio *O encantamento do mundo* (Lohoff 2005), mas infelizmente isso não foi sistematicamente retomado e desenvolvido na teorização posterior da crítica do valor. Essencial no argumento de Lohoff é que a forma do sujeito não seja entendida nem como categoria trans-histórica, como na maioria do discurso das ciências sociais, nem como uma forma determinada pelas categorias da mercadoria e do valor, como tem sido defendido na tradição teórica da

crítica da forma do valor e da crítica do valor¹²; é antes uma forma de ação e de pensamento historicamente específica que permeia todas as formas de relação entre os indivíduos isolados, bem como entre estes, a sociedade e a natureza, dando-lhes uma forma comum. Assim, se pode compreender todas essas formas no seu contexto interno sem »derivá-las« umas das outras. Pelo contrário, sua ligação interna consiste no fato de que elas são manifestações diferentes da forma comum de relação que resulta da matriz subjacente da sociabilidade insociável.

Esse fato já deveria estar bastante claro para a mediação pelo trabalho e para a forma da mercadoria baseada nele. Na forma jurídica, como outra forma central de relação na sociedade burguesa, a conexão é muito semelhante, o que, infelizmente, só pode ser indicado aqui. No discurso marxista refletido (como a »Nova Leitura de Marx«) ou na linha teórica crítica do valor, a forma jurídica está diretamente associada à forma da mercadoria. Não há dúvida de que há uma conexão interna entre as duas. A argumentação que apresentei aqui, porém, resulta em que a forma jurídica não pode ser »derivada« da forma da mercadoria (ou mesmo do processo de troca), mas que ambas as formas estão logicamente situadas no mesmo nível. São formas diferentes através das quais as pessoas se relacionam no âmbito da matriz da sociabilidade insociável, que pode ser

¹² Cf., por exemplo, Bolay/Trieb (1988, p. 75 e segs.), que formulam uma crítica da identidade do Eu, mas defendem um conceito positivo de sujeito. Na tradição teórica da *Krisis* a forma da mercadoria também muitas vezes precedia a forma do sujeito. Embora tenhamos enfatizado que a forma mercadoria não é de maneira alguma apenas uma categoria econômica, mas representa antes uma forma de conexão social, o nexo entre as duas formas permaneceu vaga. A título de exemplo, cito um texto que escrevi em 1993: »Na perspectiva dominante da ciência social positivista, bem como na do marxismo clássico, ela [a forma do valor e da mercadoria; NT.] é uma simples »categoria econômica«, e não teria, portanto, muito a ver com o problema do qual nos ocupamos aqui, nomeadamente o da subjetividade e da dicotomia de gênero. A forma do valor ou da mercadoria, porém, é muito mais do que isso. É um modo como as pessoas se relacionam entre si, um *princípio formal*, uma *estrutura básica* que está sempre pressuposta em todas as categorias sociais e em todos os comportamentos humanos na sociedade burguesa. Ao dividir o contexto social em nada mais do que mônadas concorrentes de compradores, vendedores e de trabalho, constitui uma »relação objetivada [*sachlich*] entre pessoas« e »uma relação social entre coisas« (Trenkle 1993, p. 100 e segs.).

rastreada até à forma do sujeito como a forma básica de relação na sociedade burguesa.

Isso fica claro quando olhamos novamente para o padrão lógico básico de como os indivíduos isolados se relacionam. Enquanto indivíduos externos e alheios uns aos outros e voltados apenas para seus interesses privados, só estabelecem uma relação entre si caso ambos esperem algum benefício dela. Essa relação implica obrigações mútuas, definidas com a maior exatidão possível, e termina quando tais obrigações são cumpridas (Neuendorff 1973, p. 26). No entanto, isso descreve apenas uma relação contratual, ou seja, o padrão básico da forma jurídica. A troca de mercadorias ou o ato de compra é certamente o tipo clássico dessa relação, pois aqui fica clara a obrigação mútua, mas é apenas um tipo particular de contrato entre muitos outros. Em princípio, toda relação entre indivíduos isolados assume a forma de um contrato e tem, portanto, um caráter jurídico. A universalidade da forma jurídica na sociedade burguesa exprime, assim, a socialização indireta das pessoas, que precisa se desviar por meio de um terceiro elemento mediador interposto entre elas.

O que foi dito sobre a forma jurídica aplica-se também essencialmente às demais formas de relação dos indivíduos isolados com o mundo. Embora tenham uma conexão interna com a forma da mercadoria, não podem ser »derivadas« dela, surgindo, em vez disso, conjuntamente da forma de socialização pressuposta. Isso se aplica à coisificação das relações pessoais e à relação com o próprio eu, bem como ao tratamento objetivante da natureza interna e externa ou às formas de pensamento e conhecimento da ciência moderna. A sua conexão interna consiste na forma comum, a forma historicamente específica de ação e pensamento do sujeito, cuja característica essencial é tratar o mundo inteiro como objeto externo. O modo específico como isso acontece varia de acordo com as diferentes conexões e conteúdos da ação e, por conseguinte, está igualmente sujeito a diferentes trajetórias. Por exemplo, a objetivação mútua nas relações pessoais tem lugar em moldes diferentes dos de um desenvolvimento teórico-científico ou da acumulação de capital. A crítica social também deve ter isso em conta, analisando os diferentes domínios com métodos teóricos diferen-

tes, sem esquecer, porém, que se trata de manifestações distintas de uma forma comum de ação e de pensamento e, como tal, de momentos de um contexto social comum.

O mesmo se aplica a todos os momentos da sociabilidade que escapam ao alcance objetivante do sujeito sobre o mundo e que são cindidos como um reverso »irracional« da racionalidade unidimensional dessa forma de ação e de pensamento. Tais momentos formam uma parte inseparável do contexto social. As pessoas constituem-se como sujeitos não apenas se transformando mutuamente em objetos, mas também criando, como contrapartida, várias figuras de um »outro«, um não-sujeito, no qual é projetado tudo o que não se enquadra na lógica da objetivação. A história de constituição do sujeito está sedimentada nas figuras centrais do não-sujeito, a »mulher« e o »negro«. Estes são construídos como antítese da figura histórica principal do sujeito, o homem branco, ocidental e burguês, e aparecem de diferentes formas como não racionais, emocionais-sensíveis e apegados à natureza (Habermann 2008, p. 176 e segs.; Lohoff 2005, p. 23 e segs.; Scholz 1992; Böhme/Böhme 1985). Finalmente, além disso, surgiu a figura do »judeu«, imaginado, ao mesmo tempo, como não-sujeito e um super-sujeito, alguém que teria transformado a incapacidade de se integrar nas exigências contraditórias que a forma de sociabilidade insociável coloca para as pessoas em uma luta insidiosa e oculta pelo poder visando a dissolução da integridade do sujeito. Mesmo que tais construções projetivas tenham se modificado no decurso da generalização histórica da forma de socialização capitalista, seus princípios básicos ainda continuam válidos. Isso porque a forma do sujeito depende em um sentido constitutivo de um »outro« como contrapartida da sua própria lógica reductiva.

A lógica básica dessa cisão pode ser inicialmente situada ao nível da constituição do sujeito, mas permeia todas as esferas sociais e reproduz-se aí de uma forma específica. A forma do trabalho é paralela às atividades de cuidado e de relação invisibilizadas como »não-trabalho« socialmente inscritas como »femininas«. O lado obscuro da forma jurídica é aquilo que Giorgio Agamben descreveu com o conceito de »vida nua«, ou seja, o estado de absoluta ausência de direito e

vulnerabilidade em que as pessoas estão completamente expostas à arbitrariedade dos outros, como nas condições de corrosão do Estado ou na figura do apátrida e do refugiado (Lewed 2004). E a contrapartida da ciência positivista moderna é formada pelos mais diversos tipos de esoterismo e ideologias conspirativas. Todos esses elementos têm o seu próprio caráter, que deve ser analisado em separado, e mesmo assim formam um contexto negativo como diferentes variantes do »outro« cindido. Para que sejam adequadamente compreendidos, devem ser sempre analisados em relação à forma constitutiva de pensar, agir e se relacionar da sociedade burguesa.

9.

A abordagem aqui delineada representa uma mudança em relação à perspectiva habitual da crítica do valor, na qual a forma da mercadoria ou o valor e o trabalho abstrato constituem o ponto de partida da análise. Para a crítica da economia política, isso leva a um ajuste, com o trabalho privado e a mediação do trabalho sendo colocados no início. É preciso ter em conta que isso não diminui em nada a crítica da relação de fetiche e a respectiva teoria da crise (Lohoff 2013), antes contribui para torná-la mais precisa. O que muda, contudo, é a perspectiva sobre o contexto capitalista global. Se fizermos da forma do sujeito como forma geral de relação o ponto de partida da crítica, podemos compreender todos esses momentos da sociedade burguesa na sua conexão interna e, ao mesmo tempo, analisá-los em seu caráter específico. Com a forma do sujeito, a ação é colocada no início da análise; não a »ação« em sentido ficcional supra-histórico, como no individualismo metodológico, mas ação em uma forma já historicamente específica, que resulta da matriz da sociabilidade insociável.

O individualismo metodológico pressupõe sempre essa forma de socialização como supra-histórica. Representa um método das ciências sociais cego em relação à forma. Ele coincide, por outro lado, com o paradigma oposto da teoria estrutural, que insiste no primado da estrutura social sem ser capaz de relacioná-la com a forma de socialização subjacente. Também o marxismo amiúde se

deixou enredar nessa falsa dicotomia entre teoria estrutural e teoria da ação. Aliás, isso também se aplica – embora não inteiramente – à crítica do valor e àquilo a que mais tarde se veio a chamar de crítica do valor-cisão. Se começamos a análise pela socialidade insociável e pela forma-sujeito, podemos superar essa contradição. Por enquanto, isso só pode ser formulado aqui provisoriamente como um programa que ainda precisa ser concluído.¹³

¹³ Julian Bierwirth (Bierwirth 2015) já se debruçou sobre estas questões há alguns anos e traçou algumas pistas que devem ser seguidas. Devo ao seu ensaio muitas sugestões para a redação deste texto.

Bibliografia

- Bierwirth, Julian (2015): Henne und Ei. Der Wert als Einheit von Struktur und Handlung, *Krisis* 1/2015,
<http://www.krisis.org/2015/henne-und-ei/>
- Böhme, Gernot/Böhme Hartmut (1985): Das Andere der Vernunft, Frankfurt/M. 1985.
- Habermann, Friederike (2008): Der homo oeconomicus und das Andere, Baden-Baden, 2008.
- Heinrich, Michael (1999): Die Wissenschaft vom Wert, Münster 1999.
- Kant, Immanuel (1784): Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht, in: Der Bonner Kant Korpus, Band VIII, S. 15 – 31.
<https://korpora.zim.uni-duisburg-essen.de/kant/>
- Kurz, Robert (2012): Geld ohne Wert, Berlin 2012.
- Lewed, Karl-Heinz (2004): Von Menschen und Schafen, in: *Krisis* 28, Münster 2004.
- Lohoff, Ernst (2005): Die Verzauberung der Welt, in: *Krisis* 29, Münster 2005.
- Lohoff, Ernst (2006): Ohne festen Punkt. Befreiung jenseits des Subjekts, in: *Krisis* 30, Münster 2006.
- Lohoff, Ernst (2013): Auf Selbstzerstörung programmiert. Über den inneren Zusammenhang von Wertformkritik und Krisentheorie in der Marx'schen Kritik der Politischen Ökonomie, *Krisis* 2/2013,
<http://www.krisis.org/2013/ernst-lohoff-auf-selbsterstoerung-programmiert/>
- Lohoff, Ernst (2017). Zwei Bücher – zwei Standpunkte,
<http://www.krisis.org/2017/zwei-buecher-zwei-standpunkte/>
- MEW 23 = Marx, Karl, Das Kapital, Band 1.
- MEW 42 = Marx, Karl: Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie.
- Neuendorff, Hartmut (1973): Der Begriff des Interesses, Frankfurt/M. 1973.
- Postone, Moishe (2003): Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft, Freiburg 2003.

Roman Rosdolsky (1968): Zur Entstehungsgeschichte des Marxschen Kapital, Frankfurt 1968

Scholz, Roswitha (1992): Der Wert ist der Mann, in: *Krisis* 12, Bad Honnef 1992.

Schumpeter, Joseph (1970): Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie. 2. Aufl. Berlin 1970.

Simmel, Georg (1908): Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Frankfurt/M., 1992.

Schumpeter, Joseph (1970): Das Wesen und der Hauptinhalt der theoretischen Nationalökonomie. 2. Aufl. Berlin 1970.

Trenkle, Norbert (1993): Fragmente zur Selbstkritik der Männlichkeit, in: *Krisis* 13, Bad Honnef.

Trenkle, Norbert (2002): Gebrochene Negativität. Anmerkungen zu Adornos und Horkheimers Aufklärungskritik, in: *Krisis* 25, Bad Honnef 2002, S. 39 – 65.

Licença para matar o clima¹

Por que a crença no imposto de carbono é ilusória e não pode haver »economia de mercado ecológica«

1.

Dizer que o imposto sobre carbono não produz os efeitos prometidos é pouco. No geral, ele não levará à redução significativa das emissões nocivas para o clima, nem iniciará uma »transformação ecológica« da economia de mercado; pelo contrário, é uma carta branca que a sociedade se dá para continuar como antes. Compreender isso não requer muita imaginação; um pouco de conhecimento prático é suficiente. Mesmo que o imposto conduza aqui e ali a alguma poupança nas emissões de carbono, é bastante previsível que esta seja compensada por um consumo ainda maior de recursos em outros lugares. Esse mecanismo é bem conhecido e amplamente discutido na literatura pós-crescimento. Poupanças relativas no consumo de energia (por exemplo, motores mais eficientes) são sobrecompensadas pelo aumento do consumo absoluto (por exemplo, carros maiores e em maior quantidade). É o chamado efeito rebote material. Além disso, as medidas políticas com fachada ecológica legitimam a manutenção do modo de vida e de produção atual e estimulam ainda mais o crescimento econômico, uma vez que já teria sido dada uma contribuição relevante para a conservação da natureza e do meio ambiente. Esse é o efeito rebote político. Um exemplo típico foi a introdução de catalisadores de escape na década de 1980, que tornariam os carros »sustentáveis«, mas que na realidade apenas serviu de alibi para o aumento do fluxo de automóveis (desde então, ele duplicou na Alemanha). Finalmente, existe o efeito rebote psicológico, que proporciona aos consumidores a consciência tranquila para que continuem a comprar sem inibições o ferro-velho produzido em massa.

¹ Publicado em *krisis.org*, 2019: <https://www.krisis.org/2019/lizenz-zum-klima-killen>

O debate atual nos dá uma prova de que o imposto de carbono funcionará exatamente assim. Líderes políticos de todo o espectro partidário apressam-se a elogiar os efeitos esperados de poupança, apenas para acrescentar prontamente que o imposto não pode ser um fardo social muito pesado. Ainda mais absurdas são as propostas de distribuir imediatamente à população as receitas do novo imposto. Pois aqueles que fossem recompensados por ter uma pegada de carbono um pouco inferior à média certamente reinvestiriam prontamente a renda adicional em mais consumo, de modo que ocorreria apenas um deslocamento do uso de recursos. Foi mais uma vez o partido «ecologista» CSU, na figura do seu principal ativista ambiental, Markus Söder, que levou a melhor, propondo, sem qualquer intento de humor involuntário, que o peso do imposto sobre o CO₂ fosse compensado por um aumento do subsídio de transporte. Isso significa que quem usa o carro para trabalhar receberá de volta em sua declaração de impostos o que pagou no posto de combustível.

2.

Para produzir realmente um efeito ecológico significativo, o imposto de carbono deveria ser elevado a ponto de restringir maciçamente o consumo de todos os bens e serviços de grande intensidade energética. No entanto, isso abrangeria quase toda a gama do consumo, desde carros e aquecimento até o transporte aéreo e a maioria dos produtos industriais e agrícolas. Claro que isso não vai ocorrer. Não somente porque seria travado de todas as formas por grupos de interesse da indústria e das empresas, mas porque nenhum partido político relevante irá contra a lógica interna de um sistema econômico-social cuja essência se baseia no imperativo do crescimento ilimitado. Esse imperativo resulta da sujeição da produção de riqueza social no sistema da economia de mercado a um único propósito: fazer do dinheiro mais dinheiro. O dinheiro, porém, exprime uma forma historicamente muito específica de riqueza social. Representa *riqueza abstrata*, riqueza indiferente em relação aos fundamentos materiais e concretos e às condições de sua produção. O que conta é apenas o fato de o mecanismo

de multiplicação do dinheiro, ou seja, a acumulação de capital, permanecer em movimento, porque a sociedade inteira se agarra nele como um viciado à agulha.

A produção de riqueza abstrata, no entanto, tem sempre um lado concreto-material. Bens são produzidos, transportes são realizados, máquinas são postas em movimento, matérias-primas são extraídas, florestas são desmatadas e, naturalmente, utiliza-se sempre força de trabalho; mas tudo isso é apenas um *meio* para o *objetivo* real da produção. O mundo material-concreto subordina-se, assim, à produção de riqueza abstrata. E isso nos leva ao cerne do problema. Ao contrário do mundo material-concreto, o mundo da riqueza abstrata não tem limites. Neste, impera a lei da multiplicação sem fim. Se uma soma de capital produziu um lucro, no período seguinte este funciona como capital e deve, por sua vez, gerar lucro, que precisa então ser reinvestido, e assim por diante. É óbvio que essa dinâmica de coerção não é compatível com os limites naturais do mundo material-concreto. Pelo contrário, a produção de riqueza abstrata implica inevitavelmente a destruição dos fundamentos naturais da vida. Quanto mais o modo de produção capitalista se estabelece em todo o globo e mais ele se expande, mais rapidamente avança a destruição. Por isso, há um crescimento exponencial da fome da produção de riqueza abstrata por recursos materiais. Esta constatação não é nova. Já no século XIX alguns autores chamaram a atenção para esse fato - entre eles, um certo Karl Marx. E o mais tardar desde o primeiro relatório do Clube de Roma, em 1972, a percepção de que há »limites para o crescimento« penetrou também na consciência geral.

O fato de, apesar disso, seguirmos como se tudo aquilo fosse um detalhe não se deve à incapacidade dos políticos ou à sua relutância em levar descobertas científicas a sério, como acreditam muitos membros do movimento *Fridays for Future*. A razão é, antes, a enorme inércia de um modo de vida e de produção social que já se estabeleceu em todo o mundo e que, por isso, parece não ter alternativa. Embora a maioria das pessoas não disponha de capital, elas são igualmente dependentes da continuidade do processo de acumulação. Para sobreviver nas condições dominantes, têm de vender sua força de trabalho ou dependem de outros fluxos de dinheiro, por exemplo, sob a forma de benefícios

sociais, que também são alimentados pelo ciclo do capital. É por isso que a maioria das lutas de interesses gira em torno da distribuição do dinheiro e toma como natural o mecanismo por trás dele. Essa é a razão mais profunda pela qual o crescimento econômico goza do estatuto de religião, questionado seriamente apenas por minorias sociais. Não é que a maioria das pessoas seja estúpida ou mesquinha. Elas apenas estão cientes de que, nas condições dominantes, uma retração da economia não seria nada boa.

Uma rápida e consistente mudança radical na base energética seria uma ruptura tão grave que, especialmente nos centros capitalistas, não poderia ser implementada sem as mais graves convulsões econômicas, sociais e políticas. A desvalorização maciça de instalações e infraestruturas industriais existentes provocaria um choque econômico e traria consigo uma crise grave, cujos custos seriam distribuídos também de forma muito desigual. Ela afetaria sobretudo as regiões e as camadas da população particularmente dependentes das indústrias e estruturas fósseis. Haveria ainda enormes custos do lado do consumo. Milhões de carros convencionais seriam desvalorizados, as moradias teriam de ser equipadas em larga escala com novos sistemas de aquecimento e isoladas termicamente em meio a uma disparada dos preços de praticamente todos os alimentos e bens de consumo. Mais uma vez, isso afetaria principalmente pessoas com renda baixa e média, sem qualquer margem de manobra financeira.

3.

Portanto, quando os opositores do imposto de carbono o acusam de «antissocial», eles têm fortes argumentos a seu favor. Na maioria das vezes, se trata de pessoas indiferentes à «questão social» e que a instrumentalizam por motivos políticos e ideológicos claros. No entanto, eles apontam um problema que precisa ser levado a sério. É certo que as disparidades sociais e regionais já existentes aumentariam bastante e, com elas, os conflitos sociais distributivos, como já foi demonstrado pelos protestos dos *coletes amarelos*. Além disso, a disputa em torno da política climática está há muito tempo carregada ideológica e politicamente, e

polariza a sociedade. Não por acaso, a negação ou relativização total da mudança climática faz parte do núcleo da ideologia populista de direita. Esta representa essencialmente uma forma regressiva de reação à experiência dos limites atingidos pela supremacia mundial do homem branco ocidental. É por isso que os adeptos do populismo de direita odeiam com fervor especial todos que lhes recordam a perda dos seus privilégios supostamente naturais. Para além dos refugiados, dentre estes estão os defensores e as defensoras do clima, que se opõem a que os custos do estilo de vida nos centros capitalistas sejam transferidos para o resto do mundo e para as gerações futuras.

Essa situação política e social tensa explica por que o discurso político, sob pressão do movimento *Fridays for Future*, retomou o apelo a um imposto de carbono, mas apenas para reduzi-lo imediatamente a um nível homeopático. Os *Verdes* não são uma exceção. Já estão pisando no freio e o farão ainda mais caso retornem ao governo. Em relação à estreita margem da ação política nas condições capitalistas, isso é perfeitamente racional. Um governo que agisse de outro modo desencadearia uma dinâmica de conflito social incontrolável e seria rapidamente derrubado. Aqueles que defendem mais imposto sobre carbono no fundo também sabem disso. No entanto, se omitem ao afirmar que ele seria perfeitamente compatível com o crescimento e a criação de novos empregos; tratar-se-ia apenas de um instrumento de controle para reorientar as atividades da economia de mercado e para a mudança em direção a formas «sustentáveis» de energia. Com essas e outras medidas semelhantes, seria possível até mesmo implementar uma «economia de mercado ecológica».

Em princípio, quase todos os economistas compartilham a visão de que basta um pouco de competência política para conciliar economia de mercado e ecologia. A controvérsia consiste apenas em quais medidas seriam mais adequadas para alcançar esse objetivo. O comércio de licenças de emissão é particularmente elogiado como alternativa ou complemento ao imposto de carbono. Por um lado, porém, ele já existe há quase 15 anos no âmbito da UE, onde provou ser um grande fracasso, naturalmente sempre atribuído pelos seus adeptos a uma aplicação incorreta. Por outro, essa medida, mesmo que funcione até certo ponto,

enfrenta o mesmo dilema que o imposto de carbono. Se o preço das licenças fosse suficientemente elevado para ter um impacto grave nas emissões de carbono, isso sufocaria o «crescimento» e, assim, a dinâmica da acumulação de capital. É evidente que isso não pode acontecer; não é de admirar, portanto, que o preço por tonelada de carbono seja atualmente de apenas 25 euros. E surge finalmente a pergunta: se os governos são capazes de controlar as emissões de carbono das empresas, por que não impõem logo limites adequados ao invés de tentar criá-los por meio do desvio absurdo de um mercado extremamente opaco?

No interior da lógica capitalista, são apenas essas disposições estatais diretas que podem, quando muito, alcançar algum efeito. Em contrapartida, a tentativa de aplicar um mecanismo de preços significa apenas tomar um desvio que, na melhor das hipóteses, produz efeitos mínimos e sempre efeitos secundários negativos. Isso se aplica ao imposto de carbono e às licenças de emissão, bem como à ideia de que a pressão moral poderia provocar uma mudança no comportamento individual capaz de alterar o modo de produção. Tais ideias só são populares porque se enquadram na ideologia hegemônica segundo a qual o mercado é controlado pela soma das decisões supostamente soberanas de indivíduos e empresas. A verdade é que o mecanismo de propulsão da dinâmica capitalista reside na acumulação de capital e, portanto, na esfera da produção, enquanto as decisões de compra vêm sempre *a posteriori* e dependem dessa dinâmica.

4.

A «economia de mercado ecológica» não passa de uma bolha de sabão. Em princípio, o capitalismo pode ser regulado e «contido» de muitas maneiras, mesmo que isso se torne cada vez mais difícil na era da globalização (um «mercado livre» sem regulação nunca existiu nem existirá, a não ser nas fantasias de terror dos liberais *hardcore*). Mas a lógica básica de compulsão pelo crescimento, baseada no fim em si da acumulação de capital, não pode ser simplesmente eliminada, já que ela constitui o núcleo do sistema da economia de mercado. Portanto, mesmo que a curto prazo fosse realmente possível alterar a base energética, isso,

na melhor das hipóteses, reduziria um pouco o ímpeto da destruição ecológica, que seria deslocada para outras áreas. Já quase todos os recursos estão se tornando escassos, desde a água potável até a areia que serve de matéria-prima para a indústria da construção. E se de fato a maior parte do transporte individual fosse convertida à eletromobilidade, isso levaria a gargalos extremos na »produção sustentável de energia« e também agitaria ainda mais a já feroz batalha por matérias-primas escassas, mas necessárias, como lítio e »terras raras«. Todos esses exemplos se referem, em última instância, à contradição fundamental insolúvel de um sistema produtivo e econômico baseado no imperativo da acumulação ilimitada de capital, que simplesmente não é compatível com a finitude natural do mundo.

Então estamos num beco sem saída? A destruição dos recursos naturais é inevitável? A resposta é sim, caso aceitemos a lógica do sistema capitalista como irreversível. Se nos ativermos a questioná-la no seu fundamento e a quebrá-la na prática, abrem-se novas perspectivas. É claro que a alternativa à economia de mercado não pode ser uma economia de Estado planejada, tal como a conhecemos dos tempos do felizmente desaparecido »socialismo real«, que não era nada além de um capitalismo estruturado de forma autoritária e organizado pelo Estado. Ele também tinha no seu cerne a produção de riqueza abstrata. A diferença é que preços, salários e lucros eram estabelecidos pela autoridade do planejamento estatal em vez de se formar no mercado. E também o crescimento econômico era o critério de sucesso, só que as estruturas estatais foram simplesmente rígidas e pesadas demais para competir com o Ocidente, que de fato só foi ultrapassado em termos de destruição ambiental.

A questão que hoje se coloca não é mais ou menos Estado ou mercado. Ela vai muito além dessa falsa alternativa. A transformação social necessária tem um caráter muito mais fundamental. Ela não afeta apenas a »economia« e sua relação com a »ecologia«, mas visa também um conceito amplo e qualitativamente determinado de riqueza social. De um lado, isso inclui uma orientação para a riqueza material e, portanto, significa necessariamente a abolição da produção de riqueza abstrata; de outro, a riqueza social não deve ser reduzida à produção

material de bens em sentido restrito. A riqueza social significa também, e acima de tudo, riqueza nas relações sociais; significa a possibilidade de decidir livremente a forma de ser socialmente ativo. São cidades, povoados e paisagens nas quais as pessoas se sintam bem; é a preservação do ambiente natural e muito mais.

A transformação da forma social da riqueza inclui uma transformação fundamental na forma do vínculo social. Trata-se de uma relação completamente diferente das pessoas entre si, com o seu contexto social e com o ambiente natural. Na sociedade capitalista, as pessoas se enfrentam como indivíduos isolados que buscam seus interesses particulares uns contra os outros. A sua relação é de concorrência geral e de alheamento mútuo; ao mesmo tempo, o contexto social aparece diante delas como um objeto externo e estranho, em relação ao qual se comportam de modo instrumental, da mesma forma que elas próprias são apenas um meio a serviço da produção de riqueza abstrata. Expressão disso é a transformação de quase todos os vínculos em relações mercantis, que obriga cada indivíduo a se adaptar constantemente à comercialização e à venalidade. A indiferença dos seres humanos entre si, bem como para com a sociedade e os fundamentos naturais da vida é, portanto, um princípio estrutural do capitalismo. A alternativa só pode ser uma sociedade baseada nos princípios da livre cooperação e da auto-organização, na qual a individualidade não se baseie na delimitação e autoafirmação, mas no desenvolvimento de cada um como pré-requisito para o desenvolvimento individual dos demais.

Isso pode soar utópico, mas, no fundo, o terreno já está preparado. A sociedade capitalista não produz só enormes perigos e ameaças; ela também potencialidades que apontam na direção indicada acima; mas estas só podem ser realizadas em uma oposição consciente à lógica da economia de mercado. Caso contrário, elas não apenas serão neutralizadas, como também se transformarão em forças motrizes para a aceleração da dinâmica capitalista e para a destruição dos fundamentos naturais da vida.

Isso é especialmente válido para a importância crescente do conhecimento como força produtiva para a sociedade e a produção da riqueza. Se for usado de modo sensato, ele não só permite reduzir radicalmente o tempo gasto na produção

de bens em geral, como ainda pode proporcionar às pessoas no mundo inteiro (e realmente a todas elas) o suficiente em termos de riqueza material. Além disso, traz o potencial de uma produção compatível com a ecologia e a conservação dos recursos. Por exemplo, a descentralização geral dos ciclos de produção aliada a uma cooperação global (livre fluxo de conhecimento, intercâmbio de recursos não disponíveis regionalmente, etc.) não só reduziria as rotas de transporte ao mínimo necessário, como também tornaria as inter-relações de produção e os fluxos de recursos muito mais manejáveis e mais facilmente acessíveis ao controle consciente.

Sob a lógica da rentabilidade capitalista, porém, acontece o contrário. Em primeiro lugar, embora o tempo de trabalho nos setores centrais da indústria tenha sido reduzido de forma extrema, isso apenas tornou »supérflua« uma massa de operários forçada a relações de trabalho precárias, enquanto aumentava a pressão por desempenho para os que permaneceram. Em segundo lugar, a produção só foi »descentralizada« em sentido negativo: as várias fases de produção foram distribuídas pelo globo segundo critérios de custo, o que não só vem junto com a exploração extrema da força de trabalho na periferia, como também é ecologicamente catastrófico por causa da enorme necessidade de transporte. Em terceiro lugar, muitas tecnologias ecológicas e de aplicação descentralizada foram rejeitadas como »não rentáveis« ou rapidamente descartadas por empresas interessadas em se defender da concorrência.

Do mesmo modo, capacidades de cooperação e de trabalho autônomo, de importância crescente nas empresas modernas, são constantemente obstadas pela concorrência total e pela pressão de desempenho, assim como pela pressão permanente da comercialização (que se manifesta sobretudo no aumento acentuado do sofrimento psicológico). Também a ideia, razoável em si, de não possuir todos os tipos de bens, mas de compartilhá-los e usá-los conjuntamente, logo se transformou em um novo campo de negócios que inverte a idéia básica da Economia Compartilhada. Assim, por exemplo, a *Uber* agravou as já precárias condições de trabalho no setor dos transportes e, de resto, contribuiu não para a redução, mas para o aumento do tráfego de carros nas cidades, já que muitas

pessoas preferem ser carregadas por um escravo de serviço a utilizar o metrô ou o ônibus. E, finalmente, a Internet há muito se transformou em um enorme campo de negócios para a indústria do entretenimento, da publicidade e de todo tipo de esquemas criminosos, bem como em um gigantesco instrumento de vigilância, enquanto o potencial de cooperação global em rede e o livre fluxo de conhecimento nela contido (inicialmente celebrado com euforia) fica reduzido a uma utilização em nichos.

6.

Seria possível continuar quase infinitamente. Trata-se da enorme flexibilidade e força de atração da lógica capitalista, que consegue repetidamente integrar tendências e impulsos relutantes e utilizá-los para continuar sua própria dinâmica de acumulação. Por outro lado, há sempre indivíduos, grupos e iniciativas em oposição a essa lógica, mesmo que em regra permaneçam marginais e só possam ganhar importância no quadro de movimentos sociais fortes. Há outro ponto: embora o sistema capitalista consiga protelar repetidamente os limites de sua existência, o preço disso é uma intensificação do potencial de crise e do seu ímpeto destrutivo. Não se trata apenas da contradição indissolúvel entre o impulso infinito de acumulação de capital e os limites naturais do mundo, que, por meio de medidas simbólicas e compensatórias como o imposto de carbono ou a moralização do consumo, é ignorada até alcançar uma escala que põe em causa as condições da vida humana na Terra.

Também na dinâmica econômica, o capitalismo atinge os seus limites históricos. A automação e a digitalização em larga escala da produção, desde a década de 1980, não só provocaram um enorme aumento da pressão no trabalho e no desempenho, mas tiveram, igualmente, um impacto no movimento do fim em si da valorização do capital. Como esta se baseia essencialmente na aplicação de força de trabalho na produção de mercadorias, a expulsão em massa da força de trabalho desencadeou inevitavelmente um processo de crise fundamental que continua até hoje. Também aqui o sistema capitalista demonstrou sua

capacidade de deslocar suas próprias contradições; o centro da acumulação de capital foi transferido para os mercados financeiros, onde o capital fictício, ou seja, a antecipação de »valor futuro« sob a forma de títulos, ações e outros instrumentos do mercado financeiro, marca o compasso da economia mundial há quase quarenta anos. Mesmo que isso tenha adiado mais uma vez os limites históricos da acumulação de capital, o preço para tal é a multiplicação do potencial de crise, descarregado em crises recorrentes do mercado financeiro. Cada um destes impulsos de crise se resolve regularmente por meio da »produção« de ainda mais capital fictício, ou seja, com a acumulação de ainda mais material explosivo, de modo que cada explosão subsequente torna-se fatalmente ainda mais violenta. O próximo *crash* nos mercados financeiros já está no horizonte e eclipsará em muito os efeitos econômicos, sociais e políticos da crise de 2008.

7.

O fato de a dinâmica capitalista atingir seus limites históricos de várias maneiras não é em si uma boa notícia. O sistema capitalista não desmorona e desaparece pura e simplesmente, mas, na tentativa de prolongar sua própria existência, desdobra novamente uma enorme força destrutiva e, se não for impedido de fazê-lo, deixará para trás o planeta como uma terra arrasada. Isso só pode ser evitado por um movimento global que se oponha firmemente à lógica capitalista e, ao mesmo tempo, conquiste o terreno para uma sociedade auto-organizada e cooperativa, para além da produção de riqueza abstrata.

O caminho para uma sociedade assim não passa pelos parlamentos nem pela revolução clássica da época burguesa, no padrão de 1789 ou de 1917, que sempre teve como objetivo ocupar o aparelho de violência do Estado e usá-lo como agente de uma transformação social a partir de cima, reproduzindo a relação de poder existente em vez de aboli-la. Uma sociedade cooperativa e auto-organizada baseia-se no princípio da associação voluntária de indivíduos sociais e, portanto, não pode ser decretada a partir de cima, mas apenas desenvolvida por um movimento de emancipação global em uma disputa cheia de conflitos com a

sociedade existente. As margens de ação para isso têm de ser conquistadas: pela apropriação dos recursos necessários para o desenvolvimento das próprias estruturas (terra, edifícios, meios de produção e de comunicação, etc.) e pela rejeição ativa da produção de riqueza abstrata e da sua dinâmica autoritária e destrutiva.

A luta pela hegemonia na interpretação dos processos sociais e políticos também será decisiva. Os adversários estão claramente definidos. De um lado, a pós-política liberal, que apela a »restrições objetivas« e declara não haver alternativas ao sistema capitalista da economia de mercado. Ela se dispõe, no máximo, a correções cosméticas. De outro lado, está a Nova Direita, que se perfila como contra-modelo do liberalismo, embora represente apenas o seu reflexo regressivo e uma agudização autoritária, racista e abertamente violenta da dinâmica de crise. No meio, porém, encontra-se um campo amplo e heterogêneo de discursos, movimentos e iniciativas, a partir do qual poderia se formar um contrapoder social, caso uma nova perspectiva de emancipação social se torne visível e praticamente tangível e se desdobre em uma força de síntese.

O movimento *Fridays for Future* tem certamente o potencial para ser uma centelha desse contrapoder. Tem consciência da dimensão existencial e mundial da crise, está globalmente em rede e se organiza de modo não hierárquico para mudar praticamente a sociedade – e teve uma experiência importante de impacto social e político a partir da pressão vinda de baixo. A sua fraqueza reside no fato de ter mantido até agora suas críticas e exigências inteiramente no quadro do funcionamento social dominante e de, em termos políticos, exigir uma aplicação especialmente rigorosa do imposto de carbono e instrumentos políticos similares, bem como de propagar a renúncia ao consumo. Isso faz com que seus manifestantes estejam derrocados de antemão, pois é fácil demonstrar a incompatibilidade entre tais demandas e a lógica do sistema da economia de mercado. Se o movimento *Fridays for Future* pretende continuar na ofensiva, deve, portanto, passar a questionar radicalmente essa lógica. Se não o fizer, testemunhará a transformação do seu protesto contra as mudanças climáticas em uma licença para matar o clima.

Os produtos da imaginação do sr. Alain de Benoist¹

Notas sobre a tentativa de apropriação
da crítica do valor pela direita

Dois ensaios de Alain de Benoist foram publicados no livretinho *Marx von Rechts* (2018), no qual ele se refere direta («Wertkritik») e indiretamente («Karl Marx und der Warenfetischismus») a posições da crítica do valor. Ele tenta torná-las frutíferas para o discurso de direita. Embora Benoist não expresse essa intenção diretamente nos ensaios, ela fica clara, em primeiro lugar, pelo contexto e, em segundo, pelos demais textos do livro, nos quais fica evidente como e de que forma essa conexão deve ser feita. O autor da revista *Sezession*, Benedikt Kaiser, conhecido por sua «terceira via» (*Querfront*), defende abertamente um «anticapitalismo de direita» sem, no entanto, abordar ele mesmo a crítica de valor. Kaiser, que já lidou com teorias de esquerda em várias ocasiões (aparentemente ele também está na origem desse livretinho) e foi rotulado pelo «desvio de esquerda» em alguns círculos direitistas, escreve: «de acordo com essa máxima, a tarefa da direita política é mergulhar na complexidade do pensamento de Marx e, ao mesmo tempo, absorver o espírito da crítica radical. Essa aceitação inicial de Marx e de uma mentalidade crítico-radical, que difere enfática e fundamentalmente daquelas que prevalecem no mundo da inautenticidade e da alienação» (Alain de Benoist: *Am Rande des Abgrunds*, 2012, p. 174), significaria aceitar a crítica do capitalismo ou, de forma mais ampla, o anticapitalismo. Somente a partir dessa posição é possível, para dizê-lo em termos militares, dar «o próximo passo, »leninista« – em direção ao anticapitalismo politicamente organizado» (Zizek). Um anticapitalismo de direita que se tornasse, assim, prática política, que estaria associado a ideias europeias e disposto a um recomeço fundamental, bem como à superação dos erros do anticapitalismo de esquerda, teria um

¹ Publicado em Krisis.org., 2019

impacto sobre as melhores mentes dos antigos campos políticos, especialmente com relação à juventude europeia, que está cada vez mais à procura de algo novo. Isso seria o começo do fim tanto para a direita neoliberal quanto para a esquerda atual« (p. 63 e segs.).

Como já mencionado, Kaiser não se refere aqui explicitamente às ideias da crítica do valor, mas argumenta a favor de um »ponto de vista anticapitalista« em geral. Ao fazer isso, ele é bastante pródigo, usando e abusando de tudo que vê pela frente (isso também fica claro em seu livro *Querfront*, de 2017), mas sempre gosta de citar Slavoj Žižek; talvez os autores da crítica do valor logo tenham a honra um tanto duvidosa de que ele os utilize diretamente. Kaiser expõe suas intenções com bastante clareza: quer destronar a esquerda, torná-la desnecessária, ou seja, não quer estabelecer uma frente transversal com ela, mas assimilar as ideias de esquerda em sua própria estrutura ideológica. É possível supor algo semelhante no caso de Benoist.

Mais interessante do que a questão das intenções desses gênios da direita é a maneira como eles usam a crítica de valor ou a teoria de Marx para torná-las úteis a seus propósitos. Quais suas reinterpretações e lacunas? E mais: em quais argumentos da teorização da crítica de valor eles se baseiam e interpretam à sua própria maneira? Olhemos mais de perto a argumentação de Benoist.

Em primeiro lugar, nota-se que, no ensaio »Wertkritik«, Benoist aparentemente se esforça para apresentar a posição da crítica de valor de forma razoavelmente coerente, sem que se percebam distorções ou reinterpretações deliberadas. Ao fazer isso, ele segue uma leitura ou percepção muito comum da nossa crítica, mesmo na esquerda, que normalmente inclui antes de tudo apenas determinados recortes da estrutura teórica da crítica de valor: no debate de esquerda da década de 1990 e do início dos anos 2000, em particular, a crítica do valor foi entendida principalmente como teoria da crise, crítica da economia e crítica do trabalho, enquanto outros aspectos de nossa teorização, como a crítica do sujeito, a crítica da forma jurídica, da política, do Estado e da nação, ou mesmo a crítica do Iluminismo, foram em grande parte deixados de lado. E, em segundo lugar, a crítica do valor sempre foi recebida como uma leitura fortemente marcada por

uma teoria estrutural. Isso não se deve apenas a uma recepção reducionista, mas também remete ao fato de que há nos primeiros textos de crítica do valor, pelo menos até meados da década de 1990, uma tendência que poderia ser descrita como teórico-estrutural em um sentido mais amplo.

Em contraste com o marxismo tradicional, com sua fixação nas relações de vontade na forma da dominação de classe e da luta de classes, enfatizamos na época, corretamente, a ausência de sujeito do processo social, que era alimentado pelo «sujeito automático». Isso foi feito, porém, de uma forma que, implícita ou explicitamente, reduzia os membros da sociedade a meros apêndices, quase sem margem de manobra, da lógica do valor. Não estávamos preocupados apenas em criticar o marxismo da luta de classes em particular, mas, de modo mais geral, em destruir a apologia dominante do sujeito. Nós criticamos nos indivíduos da sociedade da mercadoria, em primeiro lugar, a cegueira em relação à sua própria constituição como sujeitos monetário-mercantis e as respectivas ilusões de liberdade e igualdade, bem como a estreiteza de visão da orientação pelo interesse. Em contrapartida, demos pouca atenção ao reverso irracionalista do sujeito moderno e suas tendências regressivas. Isso só mudou no decorrer da década de 1990 e, principalmente, durante os anos 2000. No entanto, a virada no sentido de uma crítica da forma burguesa do sujeito, questionando-a em seus fundamentos, dificilmente se refletiu na recepção ou na compreensão que se tinha da crítica do valor. Em face do *boom* de irracionalismo e da política de identidade, o fato de ela vir acompanhada por uma crítica fundamental do Iluminismo foi percebido por grande parte da esquerda, que permaneceu ao lado da razão burguesa, como uma provocação «indefensável» a ser descartada.²

Não surpreende que a leitura que Benoist faz da crítica do valor também ignore completamente essa crítica ao irracionalismo do sujeito burguês e, em

² »É preciso uma nova perspectiva de emancipação social«, Entrevista com Norbert Trenkle e Ernst Lohoff, por Marcos Barreira e Javier Blank (2018). Disponível em: <https://www.krisis.org/2018/preciso-uma-nova-perspectiva-de-emancipao-social/>

vez disso, tome como base uma interpretação estrutural-teórica distinta³, o que lhe permite criticar a subjugação das pessoas à lógica estrutural abstrata do valor como »alienação«, entendendo esta no sentido familiar que sempre foi usado na direita, ou seja, como alienação de algo »real«. Em primeiro lugar, deve-se observar que o conceito de »alienação« dificilmente aparece na teorização crítica do valor da *Krisis* (pelo menos não em um sentido sistemático e categorial), precisamente porque ele abre espaço para tais interpretações. Quando falamos do caráter fetichista da produção de mercadorias e do modo de socialização que se baseia nela, ou do valor como um »sujeito automático«, então – tal como em Marx – isso sempre significa inequivocamente que as pessoas na sociedade burguesa são confrontadas com suas próprias relações sociais como uma força estranha e objetiva que as domina. Não se trata de alguma »essência« misteriosa da qual elas estão »alienadas«, mas do fato de que elas não podem dispor livremente de seu próprio contexto social e de que foram despojadas da possibilidade de usar seu próprio potencial social no sentido da emancipação humana geral e do desenvolvimento individual.

Para Benoist, por outro lado, a crítica da lógica estrutural do valor se resume ao fato de que as pessoas são separadas de um pertencimento comunitário supostamente anterior. »A mercadoria é um »objeto fetiche« que oculta o caráter sócio-histórico e *orgânico* das relações interpessoais. Esse fetichismo se expressa por meio da »reificação« das relações sociais« (p. 71, ênfase NT). O que significa esse »caráter orgânico« não está claro, mas podemos imaginar. A referência a Heidegger, que usa o conceito de alienação (aliás, com recurso a Lukács) reforça essa ideia: »(...) a sociedade global se torna uma »sociedade de mercado« na qual a lógica do lucro domina todos os aspectos da vida social, bem como uma intensa mercantilização (...) Heidegger descreve isso como uma »com-posição« [*Gestell*], como o dispositivo geral de desocultamento [*Entbergung*] do mundo.« (p. 74).

³ Por exemplo: »o capitalismo é, na realidade, um sistema em que predominam as mercadorias e as pessoas são meros executores da sua lógica sob a compulsão abstrata do valor em movimento« (p. 91).

Isso é reforçado pela interpretação de Benoist das afirmações do jovem Marx sobre a alienação: »seguindo Hegel, Marx afirma que a sociedade moderna produziu indivíduos »livres« de qualquer vínculo duradouro, de fato, que ela é composta de indivíduos isolados que levam vidas cada vez mais separadas e só se conectam mutuamente por meio da troca de mercadorias. Ele quer criar um novo vínculo social, uma vez que – como reconheceu Aristóteles – a primeira necessidade humana é formar uma comunidade. Portanto, ele postula a primazia da comunidade sobre o sujeito individual abstrato e a primazia do social (*Sozialen*) sobre o »societal« (*Gesellschaftlichen*).⁴ Ele nos lembra que »o indivíduo só pode existir nas e por meio das relações sociais (*sozialen Beziehungen*) que o constituem« (p. 69). Embora seja verdade que o jovem Marx trouxe à tona a alienação do »ser genérico«, ele certamente não pretendia afundar o »indivíduo abstrato« na »comunidade«; pelo contrário, ele estava preocupado com o pleno desenvolvimento da individualidade, que seria possível apenas em uma sociedade liberada (»realização do ser genérico«). E naturalmente ele não propagou a primazia da »comunidade« sobre »a sociedade«⁵ quando celebrou de modo explícito o capitalismo por varrer as comunidades pré-capitalistas.

Portanto, Benoist tem de usar alguma força interpretativa para se apropriar de Marx, porque sua »crítica« do indivíduo abstrato é diametralmente oposta ao ponto de vista de Marx, bem como ao da crítica do valor. O que ele quer é simplesmente a subjugação do indivíduo à identidade coletiva de uma comunidade imaginada. Ele expressa isso muito claramente em uma entrevista conduzida pelo já referido Bendikt Kaiser em 2014: »O que é liberalismo? É a

⁴ O termo *Gesellschaft*, que pode ser traduzido como »sociedade« (e *gesellschaftliche* como »social«), possui um sentido mais geral que o termo *Sozial*. Enquanto este diz respeito às interações entre indivíduos em uma sociedade, o primeiro está relacionado com o quadro social mais abrangente no qual as interações são formadas. [NdT.]

⁵ Aliás, parece haver aqui um erro de tradução (como em muitos outros lugares do texto), porque a afirmação »prioridade do social sobre o »societal« não faz realmente sentido. No entanto, segue-se do exposto que deve se tratar da oposição »comunidade – sociedade«. Infelizmente não disponho do original. No entanto, a tradução extremamente pobre mostra que os editores de *Sezession* estão muito menos familiarizados com Marx do que o seu mentor francês.

ideologia que tem suas origens na filosofia do Iluminismo (mas cujas raízes são muito mais antigas), que vê o indivíduo e seus direitos »naturais« como as únicas instâncias normativas da vida em sociedade, o que equivale a elevar o indivíduo à única fonte dos valores e propósitos de vida que ele escolhe. Esse indivíduo considera a si mesmo para além de qualquer contexto social ou cultural. É por isso que o liberalismo não reconhece a condição autônoma das comunidades, povos, culturas ou nações«. ⁶

Como Benoist consegue se referir a Marx e à crítica do valor com essa visão, apesar de lutar pelo oposto da emancipação humana universal e da associação de indivíduos livres? Isso só é possível por meio de omissões oportunas e de uma leitura seletiva, que não se deve apenas ao fato já referido de ele seguir uma leitura estrutural-teórica da crítica do valor. Mesmo quando Benoist cita fontes para sua interpretação, ele só vê o que quer ver e ignora o que não se enquadra no seu conceito. Em ambos os textos, Benoist menciona e cita explicitamente apenas o *Manifesto contra o Trabalho*, um texto bem pouco teórico da *Krisis*, que, no entanto, é bem amplo e resume de forma popular a posição da crítica do valor da década de 1990. Em vez de seguir de forma coerente essa visão global, Benoist escolhe apenas o que se adapta ao seu ponto de vista.

A princípio ele afirma corretamente que o trabalho é uma forma historicamente específica de atividade cuja função é mediar as relações sociais (pp. 87-89)⁷; ele também se refere ao tempo abstrato como uma forma histórica específica de tempo (pp. 88 e segs.); e refere-se à dinâmica histórica criada pela autocontradição do trabalho, que leva o capitalismo ao seu limite absoluto (pp. 90 e segs.). Quanto a isso, pode-se dizer que ele foi mais longe do que muitos na esquerda que se apegam à ontologia do trabalho ou a naturalizam e não querem saber da crise fundamental do modo de produção capitalista. Antes de tudo, porém, Benoist ignora sistematicamente todos os aspectos centrais da crítica

⁶ »Der Hauptfeind heißt Liberalismus – Alain de Benoist im Gespräch über sein Lebenswerk«. Interview mit Benedikt Kaiser, 3. Dezember 2014 (Sezession.de). Disponível em: <https://sezession.de/47402/der-hauptfeind-heisst-liberalismus-alain-de-benoist-im-gespraech-ueber-sein-lebenswerk/2>

⁷ Aqui ele se refere também a Moishe Postone.

do trabalho que não são compatíveis com sua visão, como o caráter fetichista do trabalho, a crítica da ética do trabalho, do nacionalismo e do racismo, do antissemitismo ou da cisão de gênero.⁸ Em vez disso, ele novamente usa apenas seu conceito geral de alienação⁹, embora esse conceito não apareça no *Manifesto*, que sempre se refere ao fetichismo no sentido de que as pessoas estão separadas de seu próprio poder social. Em segundo lugar, ele não aborda de modo algum o que o *Manifesto* entende por abolição do trabalho, porque, nesse caso, seria obrigado a dizer que se fala explicitamente da livre associação de indivíduos e, é claro, da abolição do Estado e da nação. Em vez disso, Benoist cria uma »crítica do trabalho« extremamente reduzida, objetivista e estéril, que pode ser usada pelo seu pensamento comunitário etnicista.

Ele procede de maneira muito semelhante com a crítica do liberalismo, embora não se refira explicitamente à crítica do valor, mas sim aos primeiros escritos de Marx: »em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos, de 1844, Marx já havia acusado o liberalismo de querer substituir as formas anteriores de poder e dependência por uma nova forma de domínio abstrato imposto aos indivíduos, considerados »livres e iguais« (ou seja, livres de todas as formas tradicionais de interdependência que impediam sua alienação), por meio da lei do valor« (p. 81). Também aqui encontramos a alienação como conceito favorito de Benoist, embora dessa vez ele expresse claramente sua ideia de que os indivíduos não eram alienados nas »formas tradicionais de interdependência« (porque estavam anulados em »comunidades orgânicas«). Ele contrasta isso com a »dominação abstrata« que é »imposta« aos indivíduos »pela lei do valor«.

Além da perspectiva reiterada a partir da qual Benoist acolhe a teoria de Marx e a crítica do valor, também se destaca aqui uma leitura teórico-estrutural - que

⁸ Benoist também trata Postone apenas como um intérprete interessante da teoria de Marx, ignorando completamente sua visão de que o antissemitismo é uma forma de »anti-capitalismo fetichista«.

⁹ »A luta entre capital e trabalho ocorre dentro do sistema capitalista, mas não permite sair dele. Por outras palavras, todo o trabalho hoje é alienado simplesmente porque é trabalho. Qualquer objetivação da atividade humana no trabalho moderno constitui uma alienação« (p. 91).

corresponde a uma caricatura dos textos de crítica do valor. A fragmentação da sociedade em indivíduos isolados torna-se um efeito externo da »lei do valor«. Mesmo se ignorarmos com boa vontade que a referência à lei do valor já é uma redução economista e que, na verdade, deveríamos falar da forma do valor ou do valor como »sujeito automático«, ela aparece aqui como um poder estranho e não como uma representação autonomizada da forma de relação fundamental da sociedade capitalista. No entanto, a fragmentação em indivíduos isolados não é o efeito posterior de uma instância independente deles, mas a condição lógica e histórica da mediação por meio da mercadoria e do trabalho, que, por sua vez, encontra sua expressão perfeita no movimento de fim em si mesmo do valor. Se, em vez disso, o valor é visto como um poder exterior, isso não apenas permite pontos de partida para um conceito de alienação baseado nas ideias de comunidade, como também pode parecer um caso de »dominação externa« instalada por qualquer grupo influente.

Para Benoît, tais forças são idênticas ao liberalismo, que ele descreve como o inimigo principal (cf. a entrevista citada acima). Como o »liberalismo« supostamente conseguiu substituir »as formas anteriores de poder e dependência por uma nova forma de dominação abstrata« (p. 81) ainda não está claro. Pode-se supor que Benoît pensa aqui, tal como grande parte da esquerda tradicional, na influência das poderosas facções do capital e nos *think tanks* que elas apoiam. É óbvio que esse argumento está aberto a todos os tipos de teorias conspiratórias e delírios antisemitas. Benoît se opõe explicitamente a uma crítica personalizante do capitalismo e rejeita a ideia de que a »ganância« de uma »elite sem escrúpulos« seja culpada pela mercantilização de todas as relações sociais e até mesmo se opõe à »busca por bodes expiatórios«. ¹⁰ No entanto, isso de modo algum excluiu a ideia de que haveria realmente forças poderosas em um nível mais elevado responsáveis pelo capitalismo e seus males. Benoît não o diz, mas sua leitura da

¹⁰ »Esta tendência para maximizar sempre as trocas não resulta da »ganância« da elite sem escrúpulos, como pretende uma crítica superficial sempre à procura de bodes expiatórios (banqueiros, especuladores, etc.), mas de uma tendência inerente ao sistema capitalista« (p. 93).

crítica do capitalismo está sem dúvida aberta a uma identificação da »dominação abstrata« com »os judeus« ou, nas palavras de Carl Schmitt, com o »inimigo absoluto« a ser destruído.¹¹

Se Benoist agora acredita ter encontrado em Marx um cúmplice para essa crítica do liberalismo, isso não passa de um desejo, pois mesmo que Marx tenha criticado duramente a ideologia liberal, ele certamente não o fez da maneira sugerida por Benoist, na qual o liberalismo se torna uma espécie de meta-sujeito que introduziu »uma nova forma de dominação abstrata«. Assim, Benoist tem de se limitar a uma referência muito vaga aos primeiros escritos de Marx, uma vez que ele não poderia encontrar qualquer evidência aplicável à sua interpretação. E, é claro, ele também não encontra nada nos textos da crítica do valor, uma vez que nela a crítica do liberalismo é sempre e inequivocamente formulada em uma perspectiva oposta à visão de mundo da direita.

Benoist opõe ao universalismo o horrível imaginário de um mundo particularizado segundo critérios étnicos. A abordagem crítica do valor, por outro lado, visa exatamente o oposto: o universalismo do valor sempre representou uma forma de dominação abstrata e, além disso, baseia-se estruturalmente (e continua a se basear) em vários tipos de exclusão, sejam elas sociais, racistas e sexistas e, sendo assim, não pode, *por princípio*, cumprir a promessa de emancipação humana projetada nele. Além disso, a lógica da crise no interior da autocontradição capitalista não apenas mina os fundamentos econômicos do sistema mundial

¹¹ A identificação dos »judeus« com o lado abstrato do capitalismo é, como Moishe Postone demonstrou, um elemento central do antisemitismo. Isso não exige necessariamente uma personificação direta em »especuladores« ou »banqueiros«. O antisemitismo que se apresenta como filosoficamente sofisticado despreza essas identificações »vulgares« e justifica o »poder dos judeus« de uma forma mais fundamental. Por exemplo, no seu livro de 1938 sobre Thomas Hobbes, Carl Schmitt acusou Spinoza de perverter o pensamento de Hobbes em favor do »individualismo«. »Isto teria causado, portanto, um ponto de viragem decisivo, que teria sido continuado por uma »frente judaica«, à qual pertenciam principalmente os juristas liberais da Prússia do século XIX« (Thomä 2016, p. 219). Em um congresso sobre »Judaísmo no direito« organizado por Schmitt em 1936, ele enfatizou: »os advogados judeus têm corrompido os »jovens alemães« há gerações, o »pensamento jurídico judaico« passou a dominar »todas as áreas da vida jurídica« e agora deve chegar ao fim« (ibid.).

produtor de mercadorias, mas também as condições para a existência do seu próprio universalismo, pois a decomposição progressiva do funcionamento da produção mercantil e do estatismo destrói seus fundamentos materiais. Está em aberto se será possível realizar a emancipação humana universal, que é possível apenas na forma de uma associação global de indivíduos livres contra a dinâmica destrutiva do capitalismo de crise. As fantasias de Benoist, no entanto, nada mais são do que um momento ideológico dessa mesma dinâmica e, como tal, devem ser combatidas.

Bibliografia

Alain de Benoist: »Karl Marx und der Warenfetischismus«, in: Kaiser, Benedikt; de Benoist, Alain; Fusaro, Diego: *Marx von Rechts*, Dresden 2018, S. 65-78.

Alain de Benoist: *Der Hauptfeind heißt Liberalismus – Alain de Benoist im Gespräch über sein Lebenswerk*, Interview mit Benedikt Kaiser, 3. Dezember 2014

<https://sezession.de/47402/der-hauptfeind-heisst-liberalismus-alain-de-benoist-im-gespraech-ueber-sein-lebenswerk/2>

Ernst Lohoff/Norbert Trenkle (20018): »Es bedarf einer neuen Perspektive gesellschaftlicher Emanzipation«, Interview mit Marcos Barreira und Javier Blank,

<http://www.krisis.org/2018/es-bedarf-einer-neuen-perspektive-gesellschaftlicher-emanzipation/>

Dieter Thomä: »Wie antisemitisch ist Heidegger?«, in: Marion Heinz/Sidonie Kellerer (Hg.): *Martin Heideggers »Schwarze Hefte«*, Frankfurt/M. 2016.

Adiante na regressão¹

Para uma crítica do nacionalismo de esquerda

1.

A crítica usual ao capitalismo culpa a especulação nos mercados financeiros pelas crises econômicas das últimas décadas e especialmente pela grande crise financeira e econômica de 2008 e seus efeitos sociais catastróficas. É uma visão profundamente errada. Não só não reconhece as verdadeiras causas da crise, mas também tem consequências políticas perigosas. A ideia por trás disso é que uma economia em bom funcionamento estaria sendo destruída pelas ações implacáveis de uma pequena oligarquia financeira global. O mundo retornaria aos eixos se essa camarilha fosse colocada em seu devido lugar, de preferência por um »homem forte« e por medidas duras.

Esse tipo de »crítica do capitalismo« pode ser encontrado em todo o espectro político, da extrema direita à extrema esquerda, e as consequências políticas que daí decorrem também são, em princípio, muito semelhantes. Os críticos fantasiam sobre um retorno à sociedade do »trabalho honesto« e da produção real, na qual o poder dos bancos seria eliminado e o dinheiro voltaria a »servir a economia real«. Isso está sempre associado à invocação do »povo«, imaginado como o coletivo dos espoliados e explorados. As diferentes variedades desse populismo surgem principalmente da forma como se interpreta a comunidade imaginada do povo, quem se define como parte dela e como ela é invocada. Na sequência imediata do *crash* de 2008, diferentes variantes do populismo de esquerda ganharam certa hegemonia no discurso público. O mais marcante foi, sem dúvida, o lema dos 99%, com o qual o movimento *Occupy* construiu um

¹ Texto publicado em 2017 (em: Merlin Wolf (ed.): *Irrwege der Kapitalismuskritik*, Aschaffenburg, Alibri, com o título: *Aus der Krise in die Regression Nationalismus und Populismus von links.*) e revisado para a tradução em português em julho de 2021.

confronto virtual entre a grande massa da população mundial e uma pequena elite do poder global.

Pode ser atribuído ao *Occupy* um conceito tão amplo e heterogêneo de povo que ele acaba por negar a si mesmo. Basicamente, serviu apenas como um grande »eu« ilusório para uma pequena minoria de ativistas das metrópoles que tentaram, de forma inadequada, combinar sua crítica das condições dominantes com uma reivindicação transnacional; mas como o movimento *Occupy* não oferecia perspectivas políticas de longo alcance nem análises teóricas para além do lema midiático dos 99%, seu rápido desaparecimento era inevitável. E como não rompeu com a referência positiva ao »povo« e sua »crítica do capitalismo« nunca foi nem um milímetro além da personificação habitual em banqueiros e especuladores, também não teve nada de substancial para contrapor aos populistas de direita, que desde então têm ocupado cada vez mais posições. A receita para o sucesso dos populistas de direita consiste em grande parte no fato de que seu conceito de povo é definido de forma bastante clássica em termos de pertencimento a uma nação em particular e, portanto, está diretamente ligado à exclusão racista. Essa mensagem chega às pessoas porque, na sociedade capitalista, a nação parece uma segunda natureza, tal como a relação mediada por mercadorias, dinheiro e trabalho. A identificação com um »povo nacional« promete segurança, especialmente em tempos de crise.

É tanto pior que uma parte da esquerda tradicional redescubra o nacionalismo e tente combater o populismo de direita em seu próprio terreno. Isso não é apenas um cálculo tático, mas se refere, antes de tudo, a uma compreensão truncada da crítica do capitalismo em grande parte do marxismo tradicional; em segundo lugar, a referência »ao povo« (*das Volk*) sempre foi problemática na esquerda, porque este foi erroneamente idealizado (uma ideia que remonta a Rousseau). Daí a origem de algumas semelhanças fundamentais, muitas vezes ignoradas, com a direita nacionalista e populista.

O objetivo deste texto é traçar esses pontos em comum e esclarecer seus pressupostos teóricos. Farei isso usando o exemplo de Sarah Wagenknecht, uma das figuras mais influentes do partido *Die Linke* [A Esquerda] na Alemanha.

Há alguns anos, Wagenknecht segue uma linha abertamente nacionalista de esquerda que, felizmente, ainda não foi capaz de se impor ao conjunto do partido. Entretanto, ela exemplifica uma forte tendência da esquerda tradicional com equivalentes em muitos outros países europeus (Jeremy Corbyn, Jean-Luc Mélenchon, etc.). A seguir, traçarei inicialmente os padrões ideológicos básicos de Wagenknecht a partir do livro *Reichtum ohne Gier* [Riqueza sem cobiça], de 2016. Vou tentar explicar, então, por que essa posição se tornou tão popular no discurso social atual, mesmo que já não tenha muito a ver com uma crítica radical do capitalismo e com a emancipação social.²

2.

Um dos elementos centrais do nacionalismo de esquerda é a idéia de uma conspiração de elites transnacionais contra a democracia e o Estado social, da qual deriva a justificativa para a defesa do Estado-nação. Também é o caso de Sarah Wagenknecht: «a democracia e o Estado de bem-estar foram conquistados por boas razões no âmbito dos Estados nacionais individuais e estão desaparecendo com a perda de poder de seus parlamentos e governos. Não por acaso, as instituições de Bruxelas degeneraram nesse pântano tecnocrático, opaco e mais controlado que qualquer governo nacional por lobbies empresariais, no qual a maioria dos europeus perdeu toda a confiança. [...] Portanto, para o futuro previsível, há sobretudo uma instância na qual a verdadeira democracia pode

² Nota para os leitores da tradução em português: este texto foi publicado em alemão em 2017 e revisado para esta tradução. Sarah Wagenknecht era então a líder do grupo parlamentar do partido *Die Linke*, onde desfrutava de grande influência. Ela perdeu essa posição em 2019 porque não pôde impor suas posições. Entretanto, permaneceu no Bundestag e no partido (até 2023) onde concorreu como candidata líder em Nordrhein-Westfalen, o Estado federado com mais habitantes. Em 2021 publicou um novo livro, no qual aprofundou suas posições de 2016; por exemplo, ela apresenta um clássico argumento de direita e culpa os imigrantes pela precariedade das condições de trabalho na Alemanha. Após conflitos crescentes com *Die Linke*, criou a «Aliança Sahara Wagenknecht», que resultaria, em 2024, em um novo partido.

viver [...]: é o Estado historicamente constituído» (Wagenknecht, 2016a, p. 23 e segs.).

Wagenknecht legitima, assim, seu projeto de divisão nacionalista da Europa com uma invocação da democracia, que deve ser salva dos estrategistas neoliberais da UE.³ Essa perigosa nostalgia do Estado-nação é acompanhada por uma glorificação da »economia de mercado«, que deve ser liberada dos grilhões do »capitalismo«. Ela entende que a economia de mercado é uma ordem social racional na qual as pessoas produzem bens para a troca geral entre si; há concorrência leal, cada um é medido por seu desempenho, e isso resultaria no melhor para a sociedade. Essa ordem, porém, seria ameaçada pelo »capitalismo«, marcado pela busca implacável do lucro e pela pura ganância de uma pequena elite transnacional. Segundo Wagenknecht, nas últimas décadas, essa elite conseguiu impor a »ordem capitalista« à grande maioria da população mundial, destruindo a democracia e a »economia de mercado«. Portanto, quem quiser salvar esta última deve restaurar ou fortalecer o Estado nacional, o único em condições de colocar o pequeno grupo de poderosos em seu lugar e devolver os direitos ao povo »que trabalha honestamente«: »Tanto no discurso de esquerda quanto no discurso conservador, o capitalismo é frequentemente equiparado à economia de mercado. Isso está fundamentalmente errado. A essência do capitalismo não é que a troca seja mediada pelos mercados, mas que as empresas sejam meros objetos de investimento para valorizar o capital e gerar renda. O funcionamento dos mercados e a concorrência real tendem a impedir a maximização dos rendimentos, e é por isso que a tendência é de aumento do domínio do mercado por parte de algumas grandes empresas. Pode-se dizer sem rodeios: não é só a democracia que deve ser salva do capitalismo, mas também a economia de mercado«.

³ »Que os tratados e instituições europeias poderiam ser um instrumento viável para envolver a política de cada país, independente de seus resultados eleitorais, com uma agenda pró-corporativa, era algo do qual o veemente neoliberal Friedrich August von Hayek já estava convencido. Por essa razão, ele defendeu enfaticamente a ideia de uma Federação Europeia que fosse superior aos Estados europeus individuais, não para conquistar a capacidade de elaborar políticas, mas para *impedir* a elaboração de políticas e, portanto, a democracia« (Wagenknecht, 2016a, p. 25; ênfase no original)

Na perspectiva de uma crítica da economia política orientada por Marx, essa contraposição parece bastante estranha, uma vez que mercado e capital não são opostos, mas estão necessariamente ligados. O capital persegue o fim em si da valorização do valor (a acumulação de capital) e para isso precisa produzir mercadorias e colocá-las no mercado, realizando o valor nelas representado. Wagenknecht ignora essas idéias básicas da teoria de Marx (a quem, no entanto, ela se refere ocasionalmente) e transforma o vínculo entre mercado e capital em dois polos opostos identificados com o bem e o mal. Ao mesmo tempo, personifica os imperativos objetivados da valorização do capital e os atribui a um grupo particular: os capitalistas. Wagenknecht então os contrapõe à figura do empresário, que aparentemente não está sujeito aos imperativos capitalistas e é descrito de forma extremamente positiva: »para um capitalista, uma empresa não é mais do que um meio de valorizar o capital e obter rendimento. Tal como a antiga aristocracia vivia de seus servos, o capitalista vive do rendimento de seu patrimônio, que muitas vezes ele simplesmente herdou. Um empresário é alguém que constrói e dirige uma empresa, com suas próprias idéias, potência e criatividade. Toda economia racional precisa de bons empresários, não de capitalistas« (Wagenknecht 2016c).

Essa construção de oposições falsas entre mercado e capital, ou empresário e capitalista, não é apenas um erro teórico. Infelizmente, ela tem, ao mesmo tempo, uma preocupante afinidade ideológica com a clássica oposição do »capital rapinante« e do »capital criador«, um dos padrões básicos do antissemitismo. Em seu ensaio clássico, Moishe Postone mostrou que a eficácia da ideologia antisemita deriva da forma particular, *regressiva* e conformista de »anti-capitalismo« que ela representa.⁴ No antissemitismo, »os judeus« são identificados com todos os fenômenos da sociedade capitalista percebidos como negativos e ameaçadores, especialmente com seu lado abstrato; além do trabalho abstrato, do valor de troca, do dinheiro e do pensamento racional, isso se aplica acima de tudo ao capital financeiro. Em contrapartida, o lado concreto da relação capitalista,

⁴ Moishe Postone, *Antissemitismo e nacional-socialismo. Escritos sobre a questão judaica*, Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2021. [NdT]

especialmente na forma do trabalho concreto e na produção de valor de uso, é naturalizado e, assim, declarado supra-histórico e »orgânico«. Isso dá origem à falsa oposição entre »capital criador« e »capital rapinante«. O primeiro, que tem conotação positiva, é imaginado como a unidade quase natural da mão de obra e de empresas vigorosas para a produção de coisas socialmente úteis; o segundo, por outro lado, é identificado com capital monetário e financeiro »judeu«, que vive da exploração parasitária de quem produz.

Sarah Wagenknecht não diz outra coisa quando glorifica o »empresário« e declara o »capitalista« dispensável. Embora não seja uma antisemita, ela reproduz o padrão ideológico básico que pertence ao núcleo do antisemitismo. Ela separa os diferentes momentos da relação social intrinsecamente contraditória e os declara como opostos externos do bem e do mal. É um feito paradoxal: ela critica de modo aparente a sociedade baseada na produção geral de mercadorias, apenas para afirmá-la, no mesmo instante, entusiasmadamente. Dessa forma, as coerções, ameaças e perigos inerentes ao modo capitalista de produção e vida podem ser definidos como externos e atribuídos a um grupo de pessoas »gananciosas«.

Essa dicotomia ressoa em muitas pessoas que, por um lado, não podem mais imaginar uma vida além da sociedade capitalista, mas que, por outro, sentem diariamente que estão à mercê de uma dinâmica autônoma sobre a qual não têm qualquer influência. É sem dúvida difícil suportar o fato de ser confrontado o tempo todo com coerções anônimas pelas quais, em última análise, ninguém é realmente responsável. Ao atribuir essas coerções a um grupo de pessoas que puxam os fios nos bastidores, os sentimentos de impotência e desamparo podem se dissipar. As relações sociais são assim ideologicamente invertidas. A objetivação das relações sociais, da qual decorre a incapacitação fundamental das pessoas na sociedade produtora de mercadorias, é negada em vez de ser criticada. Ela é declarada mera aparência que esconde estratégias e técnicas de dominação planejadas por uma camarilha ou elite poderosa. Justamente por isso, as ideologias conspiratórias são tão populares e proliferam descontroladamente em tempos de crise como os atuais. Elas permitem restaurar de forma regressiva a

ilusão de agência, uma vez que a frustração e a raiva contra a própria impotência são dissipadas pelo ódio e pela agressão contra aqueles identificados como culpados. Em casos extremos isso pode levar até mesmo à aniquilação física.

O quadro pintado por Wagenknecht é o de uma sociedade capitalista com tudo que a constitui em sua essência: as pessoas estabelecem relações sociais por meio da produção de mercadorias e do trabalho, vendem sua força de trabalho às empresas e aplica-se o princípio geral da concorrência e do desempenho. Wagenknecht considera isso uma ordem econômica e social racional e quase natural, que em princípio beneficia todas as pessoas. Em sua opinião, mesmo o dinheiro é um instrumento útil, mas infelizmente ele é utilizado apenas para acumular lucros infinitos pelos bancos internacionais, que Wagenknecht prefere chamar de casas de jogo. É por isso que ela propõe uma reforma do sistema bancário com base na referida divisão entre bem e mal: »o dinheiro é um bem público. O fornecimento de dinheiro na economia não deveria estar nas mãos de casas de jogo irresponsáveis e sim nas mãos de instituições que eu chamo de bancos de bem comum e que trabalham com uma missão de interesse público, que se veem como servidoras da economia real« (Wagenknecht, 2016c).

A ideia de que o dinheiro seria apenas um meio para facilitar a troca geral pode ser encontrada em quase todos os livros de economia. Afirmam-se regularmente que, na economia de mercado, o objetivo da produção é fornecer à sociedade bens úteis e que a troca no mercado serve apenas para a alocação »eficiente« de recursos. A produção de mercadorias e o dinheiro seriam, portanto, instrumentos neutros de coordenação de uma sociedade complexa baseada na divisão do trabalho. Visto dessa forma, Wagenknecht não propaga nada além da ideologia habitual que nega que o objetivo da produção capitalista é apenas o fim em si da multiplicação do dinheiro, sendo as mercadorias um simples meio. Mas há uma diferença. Na ciência econômica corrente essa ideologia legitima as condições dominantes, mas não tem nenhum papel nas análises e orientações práticas; aqui, é claro, o foco está sempre em como o capital pode ser investido e multiplicado de forma lucrativa. Wagenknecht, por outro lado, toma a ideologia ao pé da letra e quer aplicá-la à realidade.

Não há como isso funcionar na prática, mas política e ideologicamente encontra muita ressonância. A ideia de que o dinheiro deve «voltar» a ter uma «função subordinada» tornou-se lugar comum na discussão midiática e é considerada uma crítica consistente do capitalismo. No caso de Wagenknecht, isso é combinado com a ideia de um Estado forte controlando bancos e comprometendo-os com o «bem comum»; em outros contextos, o debate é assombrado pela ideia do dinheiro sem juros ou regional (Paech 2012, p. 117 e ss.; Kennedy, 2011), ou pela ilusão de uma economia do bem comum, como em Christian Felber. Apesar das diferenças, o padrão básico é sempre muito semelhante: um conceito idealizado da sociedade organizada pela economia de mercado é contrastado com a sua pretensa perversão na realidade. Wagenknecht certamente se move em um campo discursivo que lhe garante bastante apoio. Em seguida, esboçarei uma tentativa de resposta sobre de onde vem esse amplo consenso básico no qual ela pode se apoiar.⁵

3.

O fato de a maioria das pessoas hoje achar óbvio que a sociedade só pode ser organizada como economia de mercado - seja na forma dada ou como idealização - deve-se, principalmente, à imposição universal do modo capitalista de produção e vida, que se tornou uma «segunda natureza». Por isso é difícil pensar uma sociedade em que as pessoas *não* se relacionem por meio de mercadorias e dinheiro. Embora a grande maioria tenha apenas *uma* mercadoria para viver (sua força de trabalho), elas são, é claro, possuidoras de mercadorias. Como tais, perseguem seus objetivos particulares, que consistem, antes de tudo, em vender sua própria mercadoria o mais caro possível e se impor na concorrência em relação aos demais vendedores de força de trabalho. É esse ponto de vista do vendedor da força de trabalho que promove a visão invertida do contexto

⁵ Cf. Felber 2015. Daqui surge também a ideia dos chamados bancos do bem comum, que entusiasma Wagenknecht (Wagenknecht 2016, p. 223 e segs.).

capitalista da sociedade, naturaliza a produção geral de mercadorias e faz do dinheiro um »servidor« dessa forma social de troca.

A posição central do dinheiro no sistema moderno produtor de mercadorias tem como base sua função como *finalidade* da produção e não como *meio*. O objetivo da produção é a *multiplicação* do valor (representado em dinheiro), ou seja, a acumulação de capital. Isso é evidente do ponto de vista de uma empresa. A empresa não produz mercadorias como bens de troca para receber outros produtos, mas sempre como uma etapa transitória necessária da multiplicação de uma determinada soma de capital. A mercadoria é, portanto, o *meio* para um fim pressuposto: o dinheiro deve se tornar mais dinheiro, caso contrário, a produção não teria sentido sob esse ponto de vista. O mesmo se aplica a *todas* as empresas e não apenas aos agentes da esfera financeira ou às corporações que operam globalmente, para as quais Wagenknecht reserva o termo »capitalista«. Qual de seus fabulosos empresários no maravilhoso mundo da economia de mercado investiria de livre vontade milhões de euros em uma fábrica se não esperasse ter pelo menos algum lucro? O lucro é a força motriz da sociedade capitalista, mesmo que a chamemos de »economia de mercado« e se o lucro for ideologicamente enobrecido como »salário empresarial«, como no linguajar ideológico da ciência econômica.

Os vendedores de força de trabalho, por sua vez, estão incondicionalmente sujeitos a esse processo e o mantêm funcionando por meio de seu trabalho, mas, de seu ponto de vista particular, o movimento global representa algo diferente. Para eles, sua mercadoria é apenas algo trocável, que eles lançam no mercado a fim de adquirir outras mercadorias; neste sentido, é também só o meio para um fim externo, mas tal fim não consiste na multiplicação de certa soma de dinheiro e sim na sua garantia de subsistência. O dinheiro, desse ponto de vista, simplesmente interpõe-se entre o ato de venda e o ato de compra e, portanto, o movimento que ocorre aqui parece à primeira vista corresponder ao que Marx descreve como troca simples de mercadoria: a troca da mercadoria por dinheiro e do dinheiro por outra mercadoria (M-D-M). E ainda assim há uma diferença significativa: embora o vendedor individual da força de trabalho utilize sua

mercadoria apenas para trocá-la (passando pelo dinheiro) por meios de consumo, esse ato de troca é, ao mesmo tempo, parte integrante do movimento geral de valorização do capital, cujo ponto de partida e de chegada é sempre o valor em sua *forma aparente do dinheiro*.

Se essa conexão for apagada e o ponto de vista particular for tomado pelo todo, pode parecer realmente muito »natural« que todo ser humano tenha de viver da venda de sua força de trabalho ou dos produtos do trabalho. Parece, assim, igualmente natural que uma sociedade especializada só pode funcionar como produção de mercadorias. O valor que se autovaloriza, isto é, o capital, já não aparece como essência e centro dinâmico desta sociedade ou como seu »sujeito automático« (Marx, MEW 23, p.189), mas como um mero poder externo que, através de seus interesses particulares, perturba ou até destrói a ordem econômica »natural«. Essa é uma forma clássica de consciência que fetichiza a mercadoria. As pessoas percebem as condições sociais de modo invertido, porque tomam pela realidade suas formas invertidas de manifestação.

Isso não significa que a consciência das pessoas formatadas em termos capitalistas esteja totalmente determinada. As formas distorcidas que aparecem na superfície da sociedade capitalista, porém, são extremamente poderosas. Elas parecem tão evidentes e naturais que o bom senso resiste em questioná-las. Por isso, é sempre mais difícil levar adiante a crítica social radical do que a agitação populista *à la* Wagenknecht, já que esta consiste fundamentalmente em confirmar nas pessoas a falsa aparência já existente, em vez de torná-la transparente. É parte da natureza do populismo se apresentar como crítica polêmica das condições dominantes; mas o que se passa por crítica aqui é exatamente o oposto: o populismo tem êxito porque se serve do padrão clássico da rebelião conformista e apresenta a afirmação das condições dominantes como uma aparência de superação.

4.

A aparência fetichista distorcida das relações sociais também explica a rejeição geral e especialmente pronunciada em relação ao capital acumulado nos mercados

financeiros e seus atores, os bancos e investidores financeiros. O caráter autorreferencial do movimento do capital se apresenta aqui na sua forma mais pura. Se o capital é destinado à chamada economia real, ou seja, à esfera da produção de bens, ele precisa fazer o desvio por meio dessa produção para realizar o fim em si da multiplicação do dinheiro. O ciclo da acumulação só se completa quando o capital vende as mercadorias produzidas e realiza a mais-valia representada nelas. O movimento do capital segue assim o esquema D-M-D' (dinheiro - mercadoria - mais dinheiro), no qual o valor adicional se origina, na produção, por meio do dispêndio de força de trabalho. Os mercados financeiros, dispensam essa etapa intermediária. O dinheiro refere-se imediatamente a si mesmo e executa o movimento D-D', gerando a aparência de criação adicional de valor a partir de si mesmo. Marx fala a este respeito de «capital fictício». Não se deve crer, a partir daí, que esse capital seja de alguma forma «irreal». É tão real quanto qualquer outro capital, exceto que, ao contrário do «capital funcionante» (Marx), não acumula valor que já foi criado através do dispêndio de força de trabalho na produção de mercadorias, mas antecipa valor ainda a ser produzido.⁶

Essa antecipação do valor a ser produzido no futuro sempre foi um momento necessário no ciclo geral da produção capitalista. No entanto, desde o fim do *boom* fordista de acumulação e o início da Terceira Revolução Industrial nos anos 1970 e 1980, ela ganhou um significado totalmente novo. A eliminação em massa de força de trabalho na produção, ocorrida desde então, reduziu a base da valorização do capital e este tem se deslocado cada vez mais para os mercados financeiros. O capital fictício tornou-se, assim, o motor da acumulação global de capital; ele mantém a economia mundial em movimento, impondo-lhe um ritmo sempre mais acelerado e intensificando de forma descomunal a concorrência globalizada; ao mesmo tempo, acumulou um potencial de crise crescente que precisa ser descarregado com regularidade, como no grande *crash* financeiro de

⁶ Na prática, isso se dá por meio da venda de dinheiro enquanto capital-dinheiro na forma de títulos de propriedade negociáveis que certificam o direito a uma determinada soma de dinheiro mais a sua multiplicação. Ernst Lohoff cunhou para isto o conceito de mercadorias de segunda ordem (Lohoff, 2014, p. 38 e segs.; Lohoff/Trenkle 2012, p. 124 e segs.).

2008. Isso não só reforça a aparência de que o capital financeiro é a fonte do mal capitalista, mas também alimenta uma profunda insegurança em toda a sociedade, fornecendo um terreno fértil para a agitação populista.

Em tais circunstâncias, a promessa de restaurar a «economia social de mercado» a nível nacional obviamente atende ao desejo geral de segurança e de uma política que retome sua capacidade de ação. Pouco importa se essa promessa não será cumprida por falta de fundamento na realidade, pois a vontade de acreditar nela é mais forte. Em tempos de crise, as ilusões estão em alta. Se nas décadas de 1920 e 1930, havia a romantização retroativa das condições pré-capitalistas, que serviu de pano de fundo para a ideologia nazista da «comunidade nacional» (*Volksgemeinschaft*), hoje a chamada era de ouro do capitalismo, ou seja, o período do imediato pós-guerra, torna-se o ponto de fuga idealizado das abordagens políticas regressivas.

No entanto, as condições estruturais dessa época fordista do capitalismo, baseada no trabalho industrial em massa, na qual a produção ainda era essencialmente organizada no âmbito do Estado-nação, foram definitivamente destruídas; nenhum ato de vontade política pode restaurá-las. A Terceira Revolução Industrial iniciada nos anos 1970 não só eliminou em larga escala a força de trabalho dos setores centrais da produção de mercadorias, desencadeando uma crise fundamental de valorização do capital, mas, ao mesmo tempo, impulsionou a globalização e rompeu o quadro de referência nacional-estatal do capital. Isso se aplica, por um lado, às estruturas de produção e aos mercados de venda de mercadorias que, no nível atual de desenvolvimento das forças produtivas, podem ser organizados apenas em forma transnacional. Por outro, a «financeirização» do capital não pode ser revertida; ela representa uma resposta à automação radical da produção de mercadorias, que estabelece limites cada vez mais estreitos para a valorização do capital por meio do uso da força de trabalho. Uma vez que o capital tem de se multiplicar permanentemente para não sucumbir à desvalorização, ele é desviado para os mercados financeiros globais, onde pôde inicialmente continuar seu movimento de fim em si da multiplicação do dinheiro na forma de capital fictício (Lohoff/Trenkle, 2012, p.209 e segs.).

O capital fictício nada mais é que a antecipação de valor a ser produzido, representado por títulos de propriedade como ações, obrigações e todo tipo de títulos financeiros. Essa antecipação permite, por assim dizer, que valor futuro seja bombeado para o presente. Aqui não se acumula apenas garantindo a multiplicação lucrativa do capital; as reivindicações relativas ao futuro também são gastas em consumo ou no investimento, induzindo assim a atividade econômica real. Esse mecanismo mantém a economia mundial em funcionamento desde os anos 1980 e proporcionou ao modo de produção capitalista uma nova margem histórica de desenvolvimento que simplesmente já não existia a partir da valorização do capital na produção industrial. O impulso geral da modernização industrial na China e em outros Estados anteriormente periféricos tem esse mesmo fundamento (Lohoff/Trenkle, 2012, p.98 e segs.; Trenkle, 2016, p. 17 e segs.).

É claro que essa base é extremamente precária, pois a enorme antecipação de valor futuro durante quase quatro décadas jamais será compensada por uma criação de valor correspondente e o *boom* só continuará enquanto se acumularem constantemente novas reivindicações de futuro; portanto, é preciso criar novas referências para tais expectativas, de modo que o gigantesco potencial de crise acumulado não seja descarregado de uma só vez e arraste a economia mundial para o abismo, como quase aconteceu em 2008.

Sem dúvida, as políticas do neoliberalismo contribuíram muito para a fuga em direção à esfera do capital fictício e, assim, para o adiamento do processo de crise. Essa reorientação, porém, não seguiu um plano consciente dos estrategistas políticos neoliberais, como seus críticos afirmam, mas ocorreu mesmo contrariamente às suas intenções declaradas (Lohoff, 2016, p. 19 e segs.; Lohoff/Trenkle, 2012, p. 216 e segs.). Nos anos 1980, o neoliberalismo se propôs a tornar novamente lucrativa a *economia real*, que estaria sendo inibida pelo excesso de regulação e precisava de uma liberalização radical. Na prática, essa política levou à destruição generalizada das estruturas industriais na maioria dos Estados capitalistas centrais, enquanto a dinâmica da acumulação de capital se transferia para os mercados financeiros; e isso apesar da crença ideológica neoliberal de que

o dinheiro é apenas um »véu« que encobre a produção de bens e que, portanto, a política monetária não precisa ter nenhum papel ativo. Foi precisamente essa cegueira em relação às suas próprias ações que, de modo paradoxal, as tornou mais eficazes no adiamento da crise. Embora os estrategistas neoliberais não tivessem a menor ideia disso, a superação provisória da crise dependia de uma nova base da acumulação de capital: o uso da força de trabalho na produção de mercadorias, ou seja, a acumulação de valor na forma de »trabalho morto« (Marx) *passado*, tinha de ser substituída pela antecipação de valor *futuro*.

A ideologia neoliberal do »véu do dinheiro« foi finalmente desmoralizada com o *crash* de 2008, quando o *boom* do capital fictício atingiu seu limite e a política não teve outra escolha a não ser o socorro ao sistema financeiro e bancário em colapso através de gigantescos programas de auxílio, com os quais se evitou uma crise descontrolada da economia mundial. Desde então, a acumulação de capital fictício só funciona porque é apoiada em peso pelos governos e, sobretudo, pelos bancos centrais, que bombeiam enormes quantidades de dinheiro sem custos (agora até com taxas de juros negativas) nos mercados financeiros. Que isso seja feito a partir de uma premissa completamente diferente, a do combate a uma suposta deflação iminente, só mostra mais uma vez a cegueira dos atores capitalistas em relação às suas próprias ações, que, justamente por isso, foram funcionais ao sistema.

Seria ingênuo pensar que a ciência econômica dominante compreenderia esse contexto subjacente, dadas as contradições permanentes entre intenção proclamada e prática real. Se a ideologia neoliberal perdeu claramente sua hegemonia, seu lugar foi ocupado por um keynesianismo reformulado, muitas vezes mesclado com elementos populistas de esquerda, que apenas reproduz de modo invertido os erros da ideologia neoliberal. A enorme influência da política na acumulação de capital fictício confirma, em sua opinião, que processos econômicos podem ser controlados politicamente de forma mais ou menos arbitrária, desde que exista a respectiva vontade e que seja possível implementá-la socialmente. Para essa visão de mundo, a financeirização e a globalização do capital foram impostas de modo consciente pelas forças neoliberais e pelas

elites transnacionais, de modo que esse desenvolvimento também pode ser revertido. Em outra correlação das forças sociais, seria possível pôr a «economia real» novamente no centro e recolocar os mercados financeiros em sua «função subordinada».

O populismo nekeynesiano de esquerda não se deixa abalar pelo fato de que os governos e bancos centrais não reduziram em nada o poder dos mercados financeiros após o *crash* financeiro de 2008, embora isso tenha sido exigido inclusive na declaração final da Cúpula de crise do G20 em fevereiro de 2009.⁷ Como qualquer ideologia, a da esquerda populista se vê confirmada pelos desenvolvimentos da realidade social, porque percebe todos os processos e fatos de uma forma que se encaixa na sua visão de mundo. A gestão da crise após 2008 não é vista como um sinal de que não há mais fundamento material para um capitalismo baseado no uso em larga escala da força de trabalho; em vez disso, ela é vista como prova da ação bem sucedida dos lobbies do capital bancário e financeiro. O aparente fracasso da política é, portanto, personalizado da mesma forma que antes da crise, que teria sido causada pela ganância excessiva dos especuladores. Desse ponto de vista, a gestão da crise só prova mais uma vez que o «establishment» político é controlado pelas elites globalizadas e pelo capital financeiro de acordo com seus interesses particulares. O populismo de esquerda reflete fielmente a opinião predominante e quanto a isso quase não se distingue de seu irmão populista de direita.

5.

O populismo não seria tão bem sucedido atualmente se, em sua forma ideologicamente distorcida, não apontasse para algo correto. Se a política proclama fixamente, desde 2008, que não se pode agir de outra forma, isso é de fato uma

⁷ »A reunião do G20 em Pittsburgh [em setembro de 2009] foi um 'marco decisivo', disse Merkel. Deve ser possível implementar os acordos alcançados em cúpulas anteriores sobre um maior controle dos mercados financeiros. Lições tiveram que ser tiradas da crise financeira e foi preciso garantir que nada parecido pudesse acontecer novamente«, *Spiegel Online* 24.9.2009.

declaração de falência. O que se afirma, basicamente, é que foi revogado o sempre louvado ideal da democracia. É verdade que a margem de ação da política sempre foi muito limitada pelas coerções objetivadas da produção geral de mercadorias e da acumulação de capital. Nas atuais condições de crise fundamental, porém, essa margem é ainda menor. A famosa frase »não há alternativa« refere-se precisamente a isso, embora ideologicamente; pois aqui o modo capitalista de produção e vida é pressuposto como um quadro de referência natural que não pode ser ultrapassado. As coerções estabelecidas por esta forma de socialização são definidas como leis quase naturais às quais toda pessoa razoável deve se submeter. Por outro lado, não é menos ideológico negar essas coerções objetivadas e sugerir que tudo é apenas uma questão de vontade política e que as »restrições« infames foram inventadas pelas elites para disfarçar seus interesses.

É verdade, no entanto, que no desenvolvimento histórico da sociedade capitalista a margem de manobra política foi, por vezes, consideravelmente maior do que a atual. Isso vale sobretudo para o *boom* fordista, que precisamente por isso se tornou o ponto de referência para fantasias políticas escapistas. Como a produção industrial em massa ainda dependia em grande parte da estrutura nacional-estatal, a política possuía um poder relativamente grande. Através da política fiscal e social, podia exercer influência sobre as empresas localizadas em seu território e, em troca, protegê-las da concorrência estrangeira com barreiras comerciais. Em contraste, na era do capital fictício, com o deslocamento da dinâmica da acumulação para os mercados financeiros, a política se tornou uma variável bem dependente. O capital fictício investido na esfera financeira pode passar de uma ponta a outra do planeta em poucos segundos, as instalações industriais podem ser transferidas em pouco tempo devido a estruturas de produção transnacionais e redes de fornecimento flexíveis, e parte consideráveis do setor de serviços já está organizada em escala global com base nas tecnologias de comunicação e informação. Em resumo: enquanto o mercado mundial já se tornou o quadro de referência imediato para a acumulação de capital, a política permanece em grande parte confinada ao Estado-nação e está, portanto, em uma posição estruturalmente dependente.

Mesmo nestas condições, a política não está de forma alguma determinada em todas as suas decisões; ela certamente tem margem de manobra enquanto o capital fictício continuar a se acumular, tanto maior quanto mais um determinado país se beneficia dessa acumulação (Lohoff, 2016). Mas quando a acumulação de capital como tal é ameaçada, como na crise de 2008, os governos precisam usar de todos os meios para recolocá-la nos trilhos, dando amplo apoio ao sistema financeiro. Portanto, a noção de um renascimento do Estado de bem-estar e regulador keynesiano, no modelo do período do imediato pós-guerra, não tem fundamento. E o programa político do populismo de esquerda, que à primeira vista pode parecer um retorno do bom e velho reformismo, é apenas uma triste caricatura (Bierwirth 2017). O reformismo do século XX tinha uma perspectiva histórica real. Seu programa político podia ser implementado, pelo menos até certo ponto, porque existiam condições econômicas e políticas para tal.⁸ Essa perspectiva histórica não existe mais. Nos poucos países que continuam entre os vencedores na crise, podem ser implementadas melhorias sociais pontuais, mas já não há base para um amplo programa reformista. E, como as causas disso residem na dinâmica histórica e na lógica de crise do próprio capitalismo, essa base não pode ser renovada pelo fortalecimento da soberania nacional. Quem pensa assim confunde causa e efeito. O êxito do reformismo não se baseou na soberania relativa dos Estados nacionais; ao contrário, estes eram relativamente soberanos por causa da acumulação baseada no trabalho industrial em massa e no consumo em massa, que lhes dava grande margem de manobra para a política de reformas.

Não pode haver, portanto, um retorno a essa era; mas principalmente, um retrocesso do nível de interconexão transnacional alcançado seria tudo menos desejável. Embora o enfraquecimento da soberania estatal no curso da financeiraização e da globalização do capital obviamente não tenha sido uma superação

⁸ Isso não quer dizer que esses êxitos, sem dúvida consideráveis, tenham simplesmente caído no colo do reformismo. Obviamente, foi preciso lutar por eles. As condições estruturais para isso, no entanto, eram muito favoráveis. Em particular, era necessário reforçar o poder de compra das massas para que fosse vendido o enorme volume de bens industriais em cuja produção se baseava a acumulação de capital.

emancipatória do Estado, é um avanço fundamental o fato de a dinâmica capitalista ter rompido os limites estreitos do Estado-nação. Qualquer política que fique aquém deste nível é regressiva. Uma perspectiva de emancipação social e de apropriação da riqueza social para além da mercadoria e do dinheiro deve, especialmente hoje, ter um caráter transnacional. Isso se torna ainda mais necessário quando já não se pode descartar uma desintegração violenta do sistema capitalista global em conflitos de interesses nacionalistas e políticas de identidade como reação ao processo de crise (Lohoff, 2016).

As fantasias da restauração de uma suposta era dourada do capitalismo centrada no Estado-nação constituem um dos motores ideológicos desse desenvolvimento que marca a entrada em uma fase qualitativamente nova do processo de crise. A renacionalização não traz de volta o capitalismo social e economicamente regulado, com sua relativa prosperidade; em vez disso, significa o estabelecimento de administrações autoritárias-nacionalistas de crise que, precisamente por já não cumprirem suas promessas de política econômica e social, tem de se concentrar ainda mais na delimitação agressiva do inimigo, tanto interna quanto externamente. Os governos da Rússia, da Hungria e da Polônia, tal como a administração de Donald Trump até aqui, nos mostram essa direção. Que a esquerda pense que pode ocupar à sua maneira a questão da soberania nacional para se opor a essa estruturação da direita, é algo não apenas regressivo como também condenado ao fracasso. O populismo de direita joga de maneira muito mais desinibida e bem-sucedida no terreno da identidade nacionalista, da demarcação racista e do ressentimento. É precisamente nisso que se baseia seu sucesso. No fundo, os eleitores de direita suspeitam que as promessas de política econômica e social, muito semelhantes às do populismo de esquerda, são inalcançáveis; mas eles se agarram à sensação de segurança das identidades coletivas nacionalistas («*Volkes*») e da construção de supostos «inimigos» ameaçadores. Uma esquerda que se junta a essa tendência, mesmo moderadamente, já renunciou a qualquer pretensão de emancipação.

Bibliografia

- Bierwirth, Julian. Keine Kritik ist auch keine Lösung, <https://www.krisis.org/2017/keine-kritik-ist-auch-keine-loesung/>
- Felber, Christian (2015): La economía del Bien Común, Deusto, Barcelona.
- Kennedy, Magrit (2011): Occupy Money: Damit wir zukünftig ALLE die Gewinner sind, Bielefeld, 2011.
- Lohoff, Ernst (2016): Die letzten Tage des Weltkapitals. Kapitalakkumulation und Politik im Zeitalter des fiktiven Kapitals, Krisisis-Beitrag 5/2016 www.krisis.org/2016/die-letzten-tage-des-weltkapitals/
- Lohoff, Ernst (2014): Kapitalakkumulation ohne Wertakkumulation. Der Fetischcharakter der Kapitalmarktwaren und sein Geheimnis, Krisisis-Beitrag 1/2014 www.krisis.org/2014/kapitalakkumulation-ohne-wertakkumulation/
- Lohoff, Ernst/Trenkle, Norbert (2012): Die große Entwertung, Münster 2012.
- MEW 23 = Marx, Karl (1983a): Das Kapital, Band 1, Marx-Engels-Werke Bd. 23, Berlin 1983.
- Paech, Niko (2012): Befreiung vom Überfluss, Munique 2012.
- Trenkle, Norbert (2016): Die Arbeit hängt am Tropf des fiktiven Kapitals, Krisisis-Beitrag 1/2016, www.krisis.org/2016/die-arbeit-haengt-am-tropf-des-fiktiven-kapitals
- Wagenknecht, Sahra (2021): Die Selbstgerechten. Mein Gegenprogramm für Gemeinsinn und Zusammenhalt; Frankfurt/Nova Iorque.
- Wagenknecht, Sahra (2016a): Reichtum ohne Gier. Wie wir uns vor dem Kapitalismus retten, Frankfurt 2016.
- Wagenknecht, Sahra (2016b): Entrevista com Albrecht Müller (Nachdenkseiten), 29.März 2016, www.nachdenkseiten.de/?p=32548
- Wagenknecht, Sahra (2016c): »Warum sollen wir uns mit so einer wirtschaftlichen Ordnung abfinden...«, Entrevista com Paul Schreyer (Telepolis) 23.04.2016 www.heise.de/tp/artikel/48/48034/1.html

Miséria informalizada¹

Sobre a relação entre o setor informal e a moderna produção mercantil

A tendência à informalidade da economia mundial deve acelerar enormemente e, em grande medida, também vai abranger as metrópoles ocidentais. Na superfície, isso pode parecer um retorno aos primórdios do capitalismo, mas o que está emergindo de fato é uma crise muito mais fundamental.

As condições de trabalho e de vida nas pequenas empresas, oficinas de quintal e fábricas de parafuso, nas favelas e moradias em ruínas no Sul Global, Oriente e, cada vez mais, no Ocidente, lembram em termos fenomênicos as condições de vida da Europa no início e meados do século XIX: quase 24 horas de trabalho, exploração extrema sob condições de imenso perigo para a saúde, salários muito baixos ou simples escravidão, grande quantidade de trabalhos domésticos combinados com as mais variadas atividades de subsistência, condições miseráveis de habitação etc. De modo geral, poder-se-ia dizer que não há nada de novo sob o sol capitalista. A miséria em massa sempre na periferia e, nas metrópoles, ela só foi temporariamente suprimida nas poucas décadas de fordismo e «Guerra Fria». O capitalismo retornaria agora também nas metrópoles à sua »normalidade« estrutural de superexploração.

Embora seja verdade que o capitalismo sempre gerou prosperidade apenas para uma pequena parte da população mundial, mergulhando ou deixando a maior parte desta em imensa miséria, e que o setor informal sempre foi parte integrante do contexto capitalista geral, essa afirmação genérica não é suficiente para explicar o desenvolvimento atual. A diferença principal fica ofuscada: se a miséria no início do capitalismo na Europa e nas colônias europeias era um momento de *imposição* e *ascensão* da sociedade capitalista, a atual produção globalizada da miséria em massa resulta de um processo secular de *deterioração* e

¹ Informalisiertes Elend. Über den Zusammenhang von informellem Sektor und moderner Warenproduktion. Publicado em: blätter des iz3w, N° 267, 2003.

decadência dessa formação social que, em seu *declínio*, volta a desencadear todo o seu poder destrutivo.

A integração fracassada

O núcleo desse processo de crise reside na agudização de uma contradição interna fundamental da moderna produção de mercadorias. De um lado, ela precisa colocar em movimento a maior quantidade possível de força de trabalho para valorizar o capital. De outro, é permanentemente pressionada a aumentar a produtividade, o que significa, em última instância, a eliminação de trabalho vivo. Esse dilema se resolveu durante mais de duzentos anos por meio de uma rápida expansão. Com a revolução microeletrônica, no entanto, o ritmo da racionalização econômica acelerou-se tanto que, apesar do volume crescente de produtos, os setores-chave da produção mundial precisam de cada vez menos força de trabalho. Desse modo, o desenvolvimento das forças produtivas chegou a um ponto no qual, em termos *absolutos*, a expansão da produção torna supérflua mais força de trabalho do que passa a requerer adicionalmente a cada período de expansão. Sob as condições capitalistas, esse aumento da produtividade não pode ser empregado para melhorar a vida das pessoas ao redor do mundo. Ao contrário, ele leva à redução da massa de valor e, portanto, solapa a capacidade funcional da valorização do capital. A consequência é não apenas uma crise econômica em sentido estrito, mas uma crise funcional fundamental do sistema produtor de mercadorias, na qual certas regiões do mundo, bem como setores sociais crescentes no interior das metrópoles, estão excluídos do acesso aos recursos e ao reconhecimento social. Eles se tornam meros objetos de repressão, abandonados à própria miséria.

O mecanismo de exclusão em si não é novo. A tendência básica global, no entanto, não é mais de inclusão capitalista parcial de alguns setores da população, ainda que progressiva, e de exclusão de outros, mas um *processo de exclusão em massa* que também abrange aqueles segmentos da sociedade que haviam sido incluídos pelo fordismo; e tal processo não se reverte de forma imanente

pelo capitalismo, apenas se acelera. Em outras palavras: a perspectiva de uma integração no trabalho em massa e no consumo em massa, tal como ocorreu durante algum tempo nos centros do mercado mundial e que também orientou o conceito de modernização recuperadora no »Terceiro Mundo«, já não existe e não voltará a existir.

Os limites da valorização

O fato de que nunca foi tão grande o número de pessoas que ganham a vida exercendo atividades voltadas para o mercado ou para a produção de mercadorias é, nesse caso, apenas uma contradição aparente. Em termos estatísticos, provavelmente nunca houve tantos sujeitos econômicos, desde o especialista em computadores até camelôs em favelas. Como conciliar isso com o diagnóstico de crise apresentado?

Primeiro: se a valorização capitalista alcançou seus limites absolutos, em seu processo histórico de imposição, ela também conseguiu transformar a maioria da população mundial em sujeitos da mercadoria e do dinheiro. Ou seja, as pessoas são obrigadas a ganhar dinheiro de alguma maneira (ainda que sejam centavos por dia). Isso porque os fundamentos sociais, culturais e materiais de outras formas de reprodução social (por exemplo, a economia agrária de subsistência) foram quase completamente destruídos. Alguns desses elementos foram preservados nas favelas sob a forma de ajuda mútua ou estão sendo em parte reconstruídos. Mesmo assim, a reprodução cotidiana não pode ser integralmente assegurada, pela simples razão de que a produção de alimentos nas cidades é muito pequena. Se as pessoas vendem latas de refrigerante e chicletes nas ruas ou oferecem algum tipo de »serviço« barato, há de fato um ciclo mercadoria-dinheiro, mas não há valorização do capital e, portanto, tampouco a acumulação capitalista. São circuitos de segunda e terceira ordem que dependem, em última instância, do funcionamento da produção globalizada do mercado mundial, pois estão ligados a ela por vários estágios de mediação; eles dependem de pelo menos um pequeno influxo de mercadorias e dinheiro proveniente dela. Por isso, esses circuitos

de mercadoria-dinheiro dependentes são totalmente afetados sempre que um país ou região se desacopla do mercado mundial, como, por exemplo, grande parte da África. A existência ao nível da subsistência, nesse caso, transforma-se muito rapidamente em fome em massa, pois desaparecem os últimos restos da economia de mercado.

Segundo: não podemos esquecer que, desde o colapso dos anos 1970 (o fim do fordismo), a valorização do capital não funciona mais por uma dinâmica de acumulação autossustentável, mas é alimentada artificialmente pela injeção cada vez maior de »capital fictício« (especulação e crédito). Essa foi a única maneira que se encontrou para evitar provisoriamente o impacto da crise nos setores centrais da valorização e nas metrópoles. Portanto, grande parte da produção de mercadorias, mesmo quando formalmente criadora de valor, é, na realidade, baseada em contas a descoberto na criação de valor futuro, que, no entanto, nunca acontecerá. Apenas por essa razão foi possível a enorme mudança em direção ao setor terciário, celebrada no plano sociológico superficial como transição da sociedade industrial para a sociedade de serviços. Trata-se apenas de uma consequência do adiamento capitalista da crise por meio do inchaço do mercado financeiro. O setor informal também depende direta ou indiretamente da bolha financeira – na medida em que precisa da injeção de dinheiro e de mercadorias do setor formal.

Até agora, apenas uma pequena parte do »capital fictício« foi destruída pelo colapso da »Nova Economia« (ou seja, parte da acumulação fictícia de valor desde 1996), mas só isso já abalou profundamente a estabilidade da economia mundial. A desvalorização real da montanha de crédito especulativo acumulada desde a década de 1970 só não ocorreu porque governos ocidentais e bancos centrais injetam liquidez sem garantia nos mercados financeiros. O dinheiro do banco central agora é praticamente gratuito nos EUA, tal como no Japão desde 1991. No entanto, dado o explosivo déficit estatal, esse keynesianismo da bolsa não pode se sustentar para sempre. Mas o estouro da bolha financeira significa não só o retorno do potencial de crise há muito adiado sobre a economia real, o orçamento estatal, os sistemas sociais e, portanto, a vida das pessoas nas

metrópoles. Tais acontecimentos também terão forte impacto na periferia. E isso vale igualmente para os circuitos mercadoria-dinheiro de segunda e terceira ordem do setor informal, ou seja, para os muitos milhões de pessoas que ainda são indiretamente dependentes, em um nível de miséria, da economia mundial.

Terceiro: os muitos milhões de assalariados e subcontratados mal remunerados que produzem direta ou indiretamente para corporações transnacionais de modo algum contradizem esse diagnóstico de crise. É certo que desempenham um papel importante nas estratégias brutais de redução de custos, mas isso não significa que o trabalho barato massificado desempenha para a valorização do capital o mesmo papel que desempenhou na Primeira Revolução Industrial do século XIX, na fase de ascensão do sistema produtor de mercadorias. Com um nível muito baixo de produtividade naquele momento, a acumulação de capital em grande escala só era possível em condições de jornadas de trabalho muito longas e salários extremamente baixos. Como se sabe, Marx definiu esse período como o da «mais-valia absoluta». Com a ampliação da força produtiva, no entanto, passou a predominar outra forma de utilização da força de trabalho: a «produção de mais-valia relativa». As horas de trabalho diminuíram, mas o trabalho ficou mais intensivo. A proporção do salário (mais precisamente: o «capital variável») na massa total de valor produzido diminuiu relativamente, significando um crescimento relativo da mais-valia; ao mesmo tempo, porém, graças ao aumento global da produtividade do trabalho (ou seja, a produção de mais mercadorias por unidade de tempo), os operários podiam comprar a mesma quantidade ou até uma quantidade maior de mercadorias com esse salário.

Miséria high-tech

A situação atual é inteiramente diferente. Na existência em massa de trabalho miserável, extremamente mal pago e informalizado, não se expressa uma força produtiva social relativamente pequena; ao contrário, ela é o reverso da aplicação extremamente avançada da ciência na produção. Trabalho precário em massa

e alta tecnologia complementam-se no contexto das estratégias globalizadas das corporações, mas a dinâmica está sempre do lado do desenvolvimento da força produtiva. O abismo entre os dois segmentos é portanto cada vez maior, com um padrão de produtividade crescendo constantemente e a quantidade de valor representada em uma hora de trabalho caindo progressivamente. Se na Europa, por exemplo, uma confecção altamente automatizada produz milhares de peças por hora, uma costureira numa favela chega talvez a três ou quatro peças por dia, o que está muito acima do padrão de tempo de trabalho socialmente necessário estabelecido pela fábrica *high-tech*. Isso significa que seu trabalho representa uma quantidade quase desprezível de valor em relação ao padrão de produtividade vigente. Por isso, as longas jornadas de trabalho da força de trabalho precarizada não representam de modo algum uma grande massa de valor e, portanto, não podem servir de base para um novo impulso autônomo da acumulação de capital – mesmo que, naturalmente, aumentem os lucros das empresas individuais e das cadeias comerciais envolvidas. Não compensam a eliminação de força de trabalho pelo capital nos segmentos mais avançados da produção do mercado mundial, são apenas outra forma pela qual se expressa esse processo de eliminação. Embora esse tipo de exploração, no sentido da teoria neoliberal, substitua o capital dispendioso pelo trabalho barato, ele não amplia a valorização do capital no nível da sociedade como um todo, não neutraliza o processo de crise secular baseado na diminuição da massa de valor em escala global, sendo apenas uma das suas formas de desenvolvimento.

Para os afetados, essa questão pode parecer irrelevante, embora tenha consequências decisivas para suas perspectivas de trabalho e de vida, bem como para a organização das lutas sociais. Em primeiro lugar, significa que os empregados e empregadas sofrem uma pressão crescente para que se ofereçam por ainda menos dinheiro e condições de trabalho ainda piores. Isso não ocorre apenas em razão do aumento da concorrência mundial, mas, acima de tudo, porque é a única maneira de competir ao menos temporariamente com os segmentos de alta tecnologia da produção. O desenvolvimento das forças produtivas exerce uma pressão exatamente oposta à do período de ascensão do sistema produtor

de mercadorias nas metrópoles ocidentais do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Se o movimento operário conquistou uma melhora substancial das condições materiais de vida para amplos setores da população – acompanhada da formalização das relações sociais (direitos trabalhistas, Estado social, direitos civis, etc.) –, isso se deve em grande parte ao fato de que, em termos econômicos, ele estava a favor do vento. As lutas mantinham-se no contexto de um duplo movimento, que não se pode reproduzir historicamente, de desenvolvimento acelerado da produtividade e expansão simultânea do modo de produção capitalista.

Um movimento emancipatório no início do século XXI teria de partir de premissas completamente diferentes. Mesmo se quisesse, já não poderia tratar-se da integração em massa no setor formal do sistema mundial produtor de mercadorias. Este não tem a oferecer nem mesmo a mísera proteção social do Estado e a proteção legal da existência enquanto burro de carga, mas apenas degradação progressiva e exclusão de mais e mais pessoas e regiões. Só por isso as lutas sociais atuais, mesmo que de início pretendam girar »somente« em torno da aplicação e da manutenção de padrões materiais e civilizatórios simples, só terão uma perspectiva caso se voltem contra a sociedade da mercadoria e suas instituições.

Ruptura qualitativa¹

Sobre a atualidade da crítica radical do trabalho

A coerção do trabalho é a coerção fundamental do capitalismo. Para sobreviver nesta sociedade, é preciso trabalhar, seja por conta própria, como artesão que produz suas mercadorias, seja como pequeno trabalhador autônomo ou como vendedor da força de trabalho, fazendo de si próprio uma mercadoria. O trabalho não é apenas uma atividade que produz coisas (úteis ou nocivas), como geralmente o entendemos. É uma forma historicamente específica de mediação social. Por meio do trabalho, as pessoas estabelecem seu contexto social capitalista, que depois aparece diante delas como violência objetivada.

A dominação capitalista objetivada também é vivida diretamente no trabalho. É aqui que indivíduos isolados têm de se submeter diretamente às imposições da concorrência, da »racionalidade« e do »desempenho«. E aqui eles precisam desconsiderar o que produzem e os danos que podem causar. Trata-se, em última análise, de conseguir vender o produto da sua força de trabalho ou a força de trabalho propriamente dita, já que não se pode sobreviver sem dinheiro na sociedade da mercadoria. Quando estamos no trabalho, fazemos parte diretamente da máquina social que obedece ao fim em si da acumulação de capital e temos de acatar suas leis.

Não é de admirar, portanto, que desde os primórdios do capitalismo há conflitos violentos no campo do trabalho. No início, ainda se tratava da obrigação geral ao trabalho. As pessoas arrancadas à força de suas condições de vida e de produção tradicionais resistiram em massa a essa coação, pois não podiam se deixar afundar o dia inteiro nela sem nenhuma autonomia. Foi somente após séculos de disciplina brutal por meio da fome, da violência e da doutrinação ideológica que o trabalho se tornou algo natural, como ainda parece ser. E a vontade de escapar dele nunca foi totalmente suprimida.

¹ Jungle World 2022/41

Isso porque nem mesmo o rápido aumento da produtividade fez desaparecer o sofrimento causado pela pressão do trabalho. É verdade que, nos últimos quarenta anos, quando o conhecimento se tornou a força produtiva principal, o capital tem se desvinculado progressivamente do dispêndio direto de trabalho e a acumulação ocorre principalmente nos mercados financeiros. Com os fundamentos dos modos de produção e de vida não capitalistas quase totalmente destruídos, a maior parte do mundo é obrigada a viver da venda da força de trabalho ou de alguma outra mercadoria; ao mesmo tempo, porém, como o capital depende cada vez menos do trabalho, as condições dessa venda como um todo só podem piorar.

A contradição central hoje em dia já não é entre capital e trabalho, mas entre o impulso do capital para devorar o mundo inteiro e o número crescente de pessoas que de fato não servem mais para esse propósito destrutivo. Em grandes partes do Sul Global, há muito que a maioria tem sido declarada »supérflua« para esse fim. Ela só pode sobreviver através da combinação de trabalho muito precário no setor informal e da subsistência não menos precária, realizada principalmente pelas mulheres.

Nos centros capitalistas, foram, antes de tudo, a camada operária tradicional do antigo fordismo e o novo proletariado de serviços os afetados pela desvalorização econômica e moral da força de trabalho; mas mesmo os vencedores relativos no mundo do trabalho pós-fordista, as chamadas novas camadas médias, tiveram que lutar cada vez mais para manter sua posição social e não cair fora da máquina de trabalho em aceleração permanente. Nos últimos anos, as empresas foram obrigadas a fazer concessões em termos de remuneração e jornada de trabalho, porque há escassez de mão de obra, principalmente por razões demográficas; mas se trata de um fenômeno temporário que deve terminar, o mais tardar, com a crise econômica global que já está se tornando visível.

Não só os perdedores sociais, mas também grande parte das camadas médias está pressionada pelo custo elevado da moradia, que se torna inacessível, bem como pelo aumento vertiginoso dos custos de vida em geral. O motivo, mais uma vez, é que o capital ocupou toda a superfície da terra para os seus próprios

fins, levando à destruição dos meios de subsistência, que impacta diretamente os processos econômicos.

Quem ainda faz elogios ao trabalho e faz de conta que a crise pode ser resolvida apertando os cintos, diminuindo o aquecimento nas casas e arregaçando novamente as mangas sofre de uma perda quase grotesca da realidade. Tudo que se exige aqui é que a máquina capitalista continue a funcionar, mesmo que ela já não ofereça nada além de mais destruição e condições de trabalho e de vida ainda piores. O que precisamos é exatamente o oposto. Trata-se de disputar com o capital o tempo de vida e os recursos que ele nos rouba permanentemente e transforma em meios de destruição do mundo. Essa é a única forma de abrir espaço para um modo de produção e de vida baseado na atividade livre, autodeterminada, na cooperação e na solidariedade.

As demandas por infraestrutura social gratuita e a socialização dos setores de energia e habitação apontam nessa direção. Elas visam retirar do mercado áreas centrais de subsistência e organizá-las em termos comunitários, ou seja, como bem comum em seu sentido mais amplo. Ao mesmo tempo, passos nessa direção ampliam as margens de manobra para reduzir a coerção do trabalho, sobretudo por meio da ampla redução do tempo de trabalho e do fechamento dos setores mais destrutivos da produção capitalista, como a indústria automobilística.

Isso não teria nada a ver com »renúncia«, como se prega agora por toda parte. Pelo contrário, seria um ganho em qualidade de vida e tempo disponível; este poderia ser usado para uma nova divisão das atividades reprodutivas sem diferenças de gênero, uma vez que estas têm funcionado como uma espécie de fundamento oculto e inferior do trabalho. A superação do trabalho é, portanto, muito mais do que uma simples redução quantitativa do trabalho assalariado, como é barganhado nas atuais utopias tecnicistas; é uma ruptura qualitativa com a forma de atividade e de relação social reificada subjacente à dominação capitalista e uma condição necessária para a emancipação social.

Bater a meta com mais equilíbrio¹

A crítica do trabalho da geração Y

Os jovens já não querem trabalhar! Quando, no final dos anos 1970, a primeira geração crescida no chamado milagre econômico, os *baby-boomers*, chegou ao mercado de trabalho, eram grandes as preocupações da geração mais velha. Dizia-se que crianças nascidas nos anos 1950-60 já não tinham a disciplina de trabalho necessária, não estavam dispostas a se encaixar na hierarquia corporativa, não tinham um *ethos* de desempenho e que, em geral, preferiam desfrutar suas vidas em vez de dar duro no trabalho. A psicologia diagnosticou um «novo tipo de socialização» com traços de narcisismo, hedonismo e consumismo; e a sociologia falou em «mudança de valores» fundamental (Ronald Inglehart), que andava de mãos dadas com uma orientação «pós-materialista» voltada para ideias de autorrealização, autonomia individual e qualidade de vida.

Nem as previsões sombrias dos conservadores, que mais uma vez temiam um declínio do Ocidente, se realizaram (vide a teórica da comunicação Elisabeth Noelle-Neumann), nem tampouco as esperanças da esquerda liberal de que a mudança geracional traria «um mundo do trabalho humanizado» ou mesmo um desenvolvimento rumo à sociedade humana. Verificou-se, pelo contrário, que as necessidades da geração mais jovem eram bastante compatíveis com aquilo que o então emergente regime pós-fordista exigia dos vendedores da força de trabalho.

Já não se buscava aquele soldado da empresa que repetia de boa vontade as mesmas e monótonas sequências de atividades e sim o indivíduo flexível, capaz de tomar suas próprias decisões, lidar com situações imprevisíveis e controlar processos complexos. O fato de que tais pessoas não levam as horas de trabalho muito a sério, mas ficam felizes em permanecer mais tempo na empresa se lhes for dada a sensação de trabalhar «sob sua própria responsabilidade» e «criativamente», foi um efeito colateral bem-acolhido da reestruturação da produção. A rebelião contra normas de trabalho fordistas logo se transformou

¹ Jungle World 2022/24

em uma revolução na produtividade do trabalho, permitindo a continuidade da acumulação de capital apesar das fortes crises. A pressão do trabalho aumentou em vez de diminuir, pois cada vez mais responsabilidade era transferida para os indivíduos e a avaliação do desempenho tornou-se ainda mais individualizada. E também o tempo de trabalho, cuja redução, nos anos 1980, ainda era considerada uma contribuição importante para a melhoria da qualidade de vida e o combate ao desemprego, foi, desde então, ampliado novamente, mesmo na maioria dos setores cobertos por acordos coletivos – sem mencionar o crescente setor de trabalho precário, onde, em todo caso, 60 horas (ou mais) por semana se tornaram o padrão miserável.

As consequências desastrosas desse desenvolvimento foram demonstradas de forma impressionante pelo estudo conjunto da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentado no ano passado: cerca de 750.000 pessoas no mundo inteiro morrem de ataque cardíaco ou derrame todos os anos porque trabalharam pelo menos 55 horas semanais. »Encontramos o fator de risco mais mortal no mundo do trabalho. Não são as máquinas, não é a poeira fina e sim a carga excessiva de trabalho«, diz Frank Pega, chefe do estudo, citado no *Der Spiegel*.

É mais do que compreensível, portanto, que a geração dos chamados *Millennials*, ou seja, aqueles que têm hoje entre 27 e 41 anos, aparentemente não esteja mais disposta a sacrificar sua vida inteira por uma carreira em detrimento das demais áreas da vida. Pelo menos é isso o que apontam vários estudos recentes, por exemplo, o relatório »Working Better Together« da empresa dinamarquesa *Workday*, que, entre outras coisas, desenvolve uma »tecnologia de *feedback*« interativa, ajudando a »aumentar o engajamento e a produtividade dos funcionários« a fim de melhorar o »desempenho empresarial«.

Também fica claro que a atitude de receio em relação ao trabalho é muito individualista. Não se questiona o trabalho remunerado como tal, como ainda era o caso, pelo menos até certo ponto, no contexto dos Novos Movimentos Sociais dos anos 1980; em vez disso, busca-se um »equilíbrio entre trabalho e vida pessoal« – em outras palavras, as pessoas querem ter tempo e energia para o

lazer e a família, ao lado do trabalho. Além disso, o trabalho deve »ter sentido«, embora o significado disso permaneça vago; mas se o »sentido« aparece, a geração Y se mostra ainda mais identificada com sua atividade e bem disposta para longas jornadas de trabalho, como mostra um estudo do Allensbach Institute for Public Opinion Research (IfD) de 2020. Não se pode falar, portanto, de uma recusa fundamental da pressão capitalista para o trabalho e o desempenho, mesmo que esta seja parcialmente criticada.

Essa atitude individualizada e contraditória não surpreende. Afinal, trata-se de uma geração que cresceu na era do neoliberalismo e foi ensinada desde o início que pode contar apenas com seu próprio desempenho. Na sociedade baseada na produção geral de mercadorias, o trabalho é o centro da participação e do reconhecimento social. Isso não foi modificado pela profunda transformação pós-fordista no mundo do trabalho. Pelo contrário: a flexibilização geral, bem como o aumento da concorrência e a pressão pelo desempenho, fizeram com que os indivíduos se voltassem ainda mais para si e seus interesses privados.

Como a perspectiva do todo social tem se diluído, discussões sobre »equilíbrio entre trabalho e vida pessoal« tendem a ignorar que a maioria das pessoas geralmente quase não tem opções reais no interior do sistema de trabalho. Não se pode escolher uma atividade dotada de sentido, nem se pode renunciar à »carreira« para ter mais tempo para si mesmo. A sobrevivência obriga a suportar empregos de miséria com longas jornadas na caixa do supermercado, na equipe de limpeza ou no serviço de entregas.

No momento, os centros capitalistas podem contar com a alta demanda por força de trabalho, de modo que se pode escolher mais facilmente entre diferentes empregos mais ou menos precários. Essa situação está chegando ao fim. Além disso, a escassez de força de trabalho no setor precário pode ser facilmente atenuada pela imigração adicional. E, por último, a inflação consome rapidamente os ganhos salariais relativos.

A escassez relativa de força de trabalho e a diminuição da motivação para o trabalho nos países ocidentais também têm razões demográficas. À medida que os *baby boomers* se aposentam, mais postos de trabalho ficam vagos, pelo

menos no segmento especializado, do que aqueles que podem ser ocupados por profissionais mais jovens qualificados. Uma solução empresarial astuta para esse problema está sendo testada no Reino Unido. Lá, teve início um projeto-piloto em grande escala para introduzir a semana de quatro dias em 70 empresas, desde grandes bancos até restaurantes de *Fish-and-Chips*. A idéia partiu do empresário do ramo imobiliário e das finanças, Andrew Barnes, que fundou a ONG »4 Day Week Global«. Ele está convencido de que pessoas podem ser tão produtivas em quatro dias quanto em cinco dias, pois elas ficariam mais motivadas e descansadas. A remuneração, assim, deve permanecer a mesma, mas os funcionários também devem se comprometer a fazer o mesmo de antes em menos tempo.

No projeto-piloto britânico, que está sendo acompanhado cientificamente, cabe agora examinar se esse cálculo realmente funciona. Se for esse o caso, vai ficar claro para onde ele nos levará caso a ideia vingue: aos poucos, se generalizaria o novo padrão de produtividade, baseado no trabalho mais intenso e compacto, enquanto os salários, apesar das promessas em contrário, cairiam pouco a pouco, por exemplo, por falta de reajuste das perdas inflacionárias.

O conceito de 4 Day Week Global significa, portanto, precisamente o oposto do progresso emancipatório prometido. Não representa um libertar-se dos ditames do trabalho e do desempenho, mas uma intensificação. Algo bem diferente é a demanda pela redução radical do horário de trabalho, como a levantada pela *4-Stunden-Liga*, uma aliança fundada em 2016 que defende a jornada de 4 horas. Trata-se de fazer recuar o trabalho assalariado para ter mais tempo para aproveitar a vida, para uma redistribuição justa das atividades de cuidado e para colocar um fim à destruição da natureza. Em outras palavras, não uma nova revolução da produtividade, mas uma ruptura com a lógica capitalista da eficiência e do desempenho. Para a geração *boomer*, essa crítica do trabalho pode parecer um fantasma de sua própria juventude. Na verdade, ela é mais atual do que nunca.

Falsa oposição¹

É preciso buscar um novo universalismo emancipatório
contra Putin

A invasão da Ucrânia faz parte de uma ofensiva em larga escala por parte de um regime autoritário movido pela idéia ameaçadora de que ele deve mudar a ordem mundial a seu favor. Essa ofensiva é dirigida não apenas contra um país, mas contra tudo que, aos olhos de Putin e seus seguidores, representa o »Ocidente corrompido«. Isso inclui especialmente a »decadência sexual«, isto é, a homossexualidade, e a chamada ideologia de gênero, bem como a destruição dos »valores culturais tradicionais«. Por trás disso há uma ideologia claramente fascista, como foi demonstrado detalhadamente, por exemplo, pelo historiador Timothy Snyder.²

Para as forças emancipatórias, na verdade, deveria ser uma questão natural opor-se ao regime de Putin. É certo que isso os alinha com quem iguala a luta contra o autoritarismo à defesa dos chamados valores universais da democracia, da liberdade e da economia de mercado. O problema não é só que essa frente unida inclua forças que não estão livres de tendências antidemocráticas, mas também que o tão apregoado universalismo há muito foi desmoralizado pela realidade e essa é uma das principais razões para a ofensiva global autoritária.

Os valores democrático-liberais são universais apenas em sua exigência abstrata. Sua base material, a sociedade produtora de mercadorias, assenta em formas sistemáticas de exclusão e na clivagem social entre vencedores e perdedores. Portanto, ela nega o tempo todo essa aspiração abstrata. É verdade que a sociedade produtora de mercadorias é universal na medida em que se impôs como um grande impulso por todo o planeta. Ao mesmo tempo, porém, mostrou que se tratava de algo feito para minorias: só uma parte relativamente

¹ Jungle World 14/2022

² Timothy Snyder, *O caminho para o fim da liberdade: Rússia - Europa - América*. Lisboa: Edições 70, 2019.

pequena da população mundial pode levar uma vida até certo ponto confortável e segura e ter acesso ao que promete a Carta dos Direitos Humanos. Esse modo de vida para minorias se baseia, por outro lado, na pilhagem implacável e global dos recursos naturais.

A tentativa, depois da ruptura de 1989, de estabelecer uma »Nova Ordem Mundial« baseada na democracia e na economia de mercado estava, portanto, destinada a terminar em desastre. Após o fracasso dos projetos de modernização capitalista-estatal recuperadora sob o sinal ideológico do socialismo, a ofensiva neoliberal dos anos 1990 deixou um rastro de devastação em grande parte do mundo. Nas ruínas dessas tentativas fracassadas de modernização, floresceram regimes cleptocráticos e autoritários, bem como movimentos fundamentalistas, que contribuíram para a desintegração das respectivas sociedades. As tentativas de controlar militarmente essas tendências, onde elas se tornaram perigosas demais para os Estados ocidentais, só agravaram a situação. A guerra do Iraque de 2003, em particular, devastou ainda mais o país já combalido, desestabilizando toda a região e mergulhando-a no estado de guerra permanente.

Também o regime de Putin é um produto da transformação catastrófica da Rússia a partir das ideias radicais de mercado, mas com a diferença considerável de que o país foi novamente estabilizado. Putin contou com forças significativas no aparato de segurança e militar e colocou sob controle os chamados oligarcas, que enriqueceram imensamente durante a privatização selvagem dos anos 1990. Embora tivessem permissão para continuar a conduzir seus negócios, eles foram obrigados a reconhecer a autoridade do Estado e a ceder parte de seus lucros a fim de construir sua legitimização. Depois que os preços da energia subiram, foi possível colocar novamente em dia os salários no grande setor estatal, assim como as pensões e alguns pagamentos de transferências sociais. A infraestrutura também foi modernizada, pelo menos nos principais centros.

Isso explica a popularidade de Putin, que continua até hoje, assegurada pela eliminação da oposição e pela reestruturação autoritária do Estado e da sociedade. Mas ele também ganhou forte apoio popular ao prometer fazer da Rússia novamente uma grande potência, que dominaria uma »União Eurasiática«.

Por trás disso está o desejo de vingança pela queda do Império Soviético e o período seguinte de transformação em economia de mercado, que provocou em muitas pessoas um sentimento profundo de vergonha. Essa é a base subjetiva da megalomania nacionalista e do ressentimento arraigado contra o »Ocidente«.

Portanto, o ataque à Ucrânia não deve ser explicado como uma reação às alegadas provocações por parte da OTAN ou dos EUA. Esse ataque segue um impulso completamente diferente, mais profundo, que pode ter sido reforçado pela política ocidental, mas não foi criado por ela. Muitas vezes são exatamente os derrotados na concorrência capitalista (ou aqueles que se sentem derrotados) que mobilizam mais energias regressivas para restaurar seu antigo *status* ou pelo menos para se vingar dos vencedores (ou de grupos substitutos) – ainda que o preço seja a destruição mútua. Esse é também o motivo pelo qual Putin é tão popular na direita e na extrema-direita em todo o mundo. O ressentimento deles se alimenta de fontes semelhantes: ele surge da afronta identitária causada pela perda real ou aparente de uma posição de poder na sociedade.

O masculinismo acentuado que Putin representa também deve ser visto neste contexto, já que, na sociedade burguesa, a perda de poder toca o núcleo identitário da condição de sujeito masculino, definido principalmente pela autoafirmação na concorrência generalizada e assegurado pela construção de uma feminilidade subordinada, que representaria exatamente o oposto dessa forma de subjetivação. Homens no mundo todo reagem com extrema agressividade ao abalo dessa ordem binária e hierárquica de gênero pelos movimentos feministas e pelas mudanças econômicas estruturais nas últimas décadas. O que está em jogo é o próprio núcleo do seu senso de identidade, que é defendido de modo agressivo, como evidencia o aumento assustador da violência sexual ao nível mundial. Também neste sentido, Putin é a figura de identificação ideal. Ele representa um tipo de homem diminuído que resiste à dissolução da hierarquia burguesa de gênero e que é bastante poderoso em termos políticos e militares para conduzir essa luta com sucesso.

Essa visão regressiva do mundo, que combina autoritarismo, masculinismo e culturalismo agressivo, não se opõe como algo externo aos tão invocados

valores da democracia e da liberdade; ela forma, por assim dizer, seu reverso irracionalista. Em vista do conflito atual, isso precisa ser lembrado com urgência. Se o público ocidental interpretar o conflito como uma luta entre dois sistemas de valores, a ameaça autoritária tem de aparecer como algo estranho que irrompe de fora em direção ao mundo das democracias liberais.

Várias tendências preocupantes são reforçadas por essa visão. Primeiro, a culturalização invertida do debate; o próprio falar sobre valores ocidentais é problemático, pois sugere, falsamente, que eles têm um caráter culturalmente específico. Em segundo lugar, um isolamento ainda mais forte dos centros capitalistas, ou seja, uma vigilância mais rígida das fronteiras junto com a exacerbação do nacionalismo. E terceiro, por fim, a militarização da sociedade (por exemplo, através do seu próprio rearmamento) e uma correspondente remasculinização, que já é evidente na heroização da resistência ucraniana.

O autoritarismo não pode ser derrotado dessa maneira. Em vez disso, as chamadas sociedades ocidentais tornam-se cada vez mais semelhantes ao inimigo aparentemente externo e o universalismo dos valores democrático-liberais é novamente desmentido. É preciso defender as liberdades relativas permitidas pela vida nos centros capitalistas contra a ameaça autoritária. Isso só é possível se elas forem desvinculadas da lógica da sociedade mercantil e, portanto, impelidas para além de si mesmas. É preciso exigir uma solidariedade transnacional de todas as forças que querem barrar o autoritarismo e, ao mesmo tempo, colocar um fim à mercantilização radical do mundo. O que é necessário é um novo universalismo da emancipação social.

Armadilhas da transição energética¹

Uma mudança na tecnologia não pode evitar a crise climática

É considerado o projeto ecológico central do novo governo: a chamada transição energética. Até 2045, a Alemanha pretende cobrir todo o seu consumo de energia com fontes renováveis. Do ponto de vista político, esse objetivo não é particularmente ambicioso. Ele se limita a atualizar a Lei de Proteção do Clima da Grande Coligação, alterada em resposta à decisão do Tribunal Constitucional Federal em abril de 2021.

Não foi necessária muita habilidade de negociação por parte dos Verdes para incluir esse plano no acordo de coligação. No entanto, eles assumiram agora a responsabilidade principal pela sua concretização, que provavelmente será muito difícil. A tentativa de reconverter a produção de energia sem intervir, pelo menos até certo ponto, nas estruturas básicas do modo de produção e de vida capitalista envolve todo um conjunto de contradições quase impossíveis de resolver.

Um dos problemas centrais é a enorme quantidade de terra necessária. Algo em torno de 2% da superfície do país deve ser destinado à construção de turbinas eólicas, ou seja, cerca de 7000 km², o que representa 4000 a mais do que atualmente. Essa demanda adicional corresponde a quase o dobro da área do Sarre. Tal objetivo precisa ser alcançado, entre outras coisas, por meio de procedimentos de autorização simplificados. O novo governo pretende também »tornar clara a relação entre proteção do clima e conservação das espécies«, o que significa, provavelmente, que a conservação da natureza e da paisagem precisa ficar em segundo plano por causa da energia eólica.

É óbvio que isso levará a conflitos graves. Na Alemanha, são utilizados anualmente cerca de 190 km² para a construção de novas zonas suburbanas, estradas e zonas industriais. Essa demanda adicional criada pelas energias renováveis significa um enorme aumento da concorrência por terras disponíveis.

¹ Jungle World 51/2021

Esse fato não pode ficar sem consequências. Uma delas é um novo aumento do preço dos terrenos, que já se alastrou dos centros urbanos às zonas rurais. Desde 2009, o preço de compra dos terrenos agrícolas mais do que duplicou. Um dos motivos é que eles se tornaram populares como investimento de capital seguro. No entanto, a terra destinada à energia eólica e solar também desempenhou um papel importante. Cresce o número de fazendas agrícolas com dificuldades econômicas ou que faliram devido aos custos com arrendamento. É fácil imaginar o que acontecerá se as empresas de energia eólica provocarem uma nova alta nos preços e a especulação fundiária ganhar ainda mais força. As consequências sociais da chamada transição energética não podem de forma alguma ser reduzidas a um aumento dos custos com eletricidade e aquecimento.

O novo governo enfrenta também uma série de objetivos contraditórios. Por exemplo, como se pode promover a agricultura ecológica se os agricultores já não podem pagar pela terra? E como »proteger e aprimorar« a biodiversidade e a diversidade das espécies, tal como acordado nas negociações da coligação, se há cada vez menos espaço para elas? A resistência das organizações de proteção da natureza já constitui um grande obstáculo à expansão da energia eólica.

Nesses conflitos, os conservacionistas são frequentemente acusados de se concentrar demais no pequeno e no local, perdendo de vista o panorama geral. Isso pode ser verdade em alguns casos. No entanto, a preservação da biodiversidade não é menos importante do que o abandono dos combustíveis fósseis. Por outro lado, ela não é redutível a uma quantidade, como as emissões de CO₂ e, portanto, não é tão acessível à gestão ambiental tecnocrática, que se orienta apenas por determinados parâmetros quantitativos que encobrem as dimensões qualitativas da relação com a natureza.

A crítica ao consumo excessivo de terras também é justificada. Há, no entanto, algo de paradoxal quando os habitantes de um bairro residencial no subúrbio se queixam do consumo de terra das turbinas eólicas, apesar de eles próprios terem estragado e impermeabilizado a paisagem com suas casas e jardins de brita.

Esse conflito de interesses indica uma contradição fundamental: uma »transição energética« baseada apenas na mudança de tecnologia está, em última análise,

condenada ao fracasso. A verdadeira causa da crise ecológica é a compulsão do capital para acumular sem limites, que faz parte da natureza do modo de produção dominante. Enquanto esse »imperativo de crescimento« não for minimamente afetado, o abandono dos combustíveis fósseis conduzirá apenas a um deslocamento do problema: se antes as consequências da emissão descontrolada de gases de efeito de estufa eram adiadas para um futuro próximo, agora o custo é literalmente transferido para o campo. Uma vez que o mundo material é finito, ao contrário do fim em si da multiplicação de capital, essa estratégia de evasão atingirá inevitavelmente seus limites.

Um acordo para ilusões verdes¹

Contribuição ao debate sobre o «Green New Deal»

Quem atesta a «notável estabilidade» do capitalismo atual, como fez Alexander Brentler², não apenas fecha os olhos aos sinais de crise e à aproximação de catástrofes visíveis por todo o lado, como também não reconhece a dinâmica destrutiva do sistema produtor de mercadorias. É verdade que este sistema reage de forma extremamente flexível às crises que cria, mas essa flexibilidade resulta sempre na reprodução, em escala superior, de suas contradições internas subjacentes.

Cada suposta solução para uma crise leva regularmente a um novo e maior potencial de crise, que mais cedo ou mais tarde tem de se materializar. A vida do capitalismo não pode ser prolongada para toda a eternidade. Pelo contrário, os limites do adiamento de crise agora se tornam visíveis. Isso vale tanto para o plano econômico quanto para o ecológico.

Reconhecer esse fato não é pensar de modo apocalíptico, mas sim o pré-requisito analítico para responder adequadamente à questão de uma possível transformação social. Esse problema só se coloca concretamente em conexão com a respectiva fase histórica de desenvolvimento da sociedade capitalista. E hoje isso significa que o projeto de emancipação social, para ser bem-sucedido, precisa ser realizado nas condições de um processo de crise fundamental do modo de produção e de vida capitalistas.

Neste contexto, as esperanças, por vezes francamente eufóricas, relativas ao «Green New Deal» precisam ser questionadas. Não há dúvida de que a popularidade desse rótulo indica que uma consciência difusa da crise se espalhou por amplos setores da sociedade, até os níveis de gestão das empresas globais, e que as pessoas estão desesperadamente à procura de saídas. De alguma forma, está claro que as coisas não podem continuar como antes; no entanto, como a

¹ Jungle World, 2021/25

² Alexander Brentler, «Der Sozialismus kommt nicht durch die Hintertür», *Jungle World*, 2021/24

produção geral de mercadorias como base da sociedade não é questionada, são feitas tentativas de reestruturação para torná-la »ecologicamente sustentável«. E, como a crença na onipotência do mercado perdeu muito do seu poder de influência, só há um ator para cumprir essa tarefa: o Estado.

As expectativas no poder de ação estatal, porém, são mais do que exageradas. Mesmo a analogia com o *New Deal* de Franklin D. Roosevelt não funciona. Por um lado, como salientou Peter Bierl, dado o nível elevado de produtividade já alcançado, não é de se esperar que os investimentos estatais em infraestruturas criem massas de novos empregos (para não falar de empregos protegidos por acordos coletivos). Acima de tudo, a tarefa do »*Green New Deal*« é completamente diferente daquela de noventa anos atrás. Naquela época, tratava-se de enfrentar uma grave crise econômica estrutural causada pelo enorme aumento da produtividade, que conduziu à crise econômica mundial e ao desemprego em massa. Isso foi possível com meios estatais porque os gastos financiados a crédito e os programas de emprego não apenas compensaram a redução do poder de compra causada pela crise, como também lançaram as bases do *boom* fordista, que desenvolveu uma dinâmica autossustentável.

Hoje a tarefa é completamente diferente. O Estado deve agora resolver os enormes problemas ecológicos causados pela produção em massa fordista e pós-fordista. E, para fazê-lo, tem de recorrer essencialmente aos mesmos instrumentos usados naquela época para colocar em marcha essa produção em massa.

A contradição é imediatamente visível. E não diz respeito apenas a certas medidas políticas e administrativas, mas é de caráter fundamental. Trata-se de problemas que resultam da incompatibilidade da produção capitalista de riqueza com as limitações naturais do mundo e que, portanto, estão fora do alcance da ação do Estado; afinal, o Estado é parte integrante e necessária dessa forma de produção de riqueza, não algo externo.

Uma das tarefas principais do Estado é regular e limitar parcialmente a concorrência geral. Essa é uma função sistêmica necessária. Sem esse tipo de intervenção, uma sociedade baseada na produção privada isolada de mercadorias

e, portanto, na oposição geral de interesses particulares, não duraria muito tempo. É necessária uma autoridade para assegurar o quadro geral. Isso também significa que o Estado não pode romper esse quadro e sobrepor-se aos princípios básicos da produção de riqueza capitalista.

Isso fica claro principalmente no imperativo de crescimento derivado do fim em si da acumulação incansável de riqueza abstrata, que, por sua vez, é representada no dinheiro. Esse impulso só pode ser abolido junto com a produção geral de mercadorias. A maioria dos adeptos do »*Green New Deal*« reconhece o problema implicitamente, ao pintar o quadro de um »capitalismo verde« cujo crescimento seria dissociado do consumo de materiais e de energia. Trata-se, no entanto, de uma bolha de sabão que estoura imediatamente com um simples olhar superficial sobre as medidas propostas. *Na melhor das hipóteses*, elas poderiam reduzir as emissões de CO₂, mas isso com um deslocamento da destruição ecológica para outras áreas. Um caso exemplar é a eletromobilidade, que exige a construção de novas usinas nucleares em grande escala, não só na China, e a pilhagem global de depósitos de cobre, lítio, cobalto e terras raras.

A lógica da externalização, que também está no cerne do sistema capitalista, tampouco pode ser eliminada. A razão para tal, mais uma vez, é que a forma historicamente específica de produção de riqueza tem um caráter demasiado estreito e excludente. O rígido tribunal do valor só reconhece como riqueza social o produto do trabalho privado isolado, que circula no mercado na forma de mercadoria.

Isso se aplica, em primeiro lugar, às variadas atividades vitais, mas não formadas pela mercadoria, especialmente às atividades de cuidados cindidas e conotadas como »femininas«; mas também se aplica ao conjunto da ecosfera, que foi transformada em um »exterior« e pode, por isso, ser usada sem hesitação como um complemento gratuito da produção social privada. Por fim, a produção de riqueza nos centros capitalistas sempre ocorreu sistematicamente em prejuízo das regiões relegadas à periferia.

Embora o Estado possa limitar os excessos dessa externalização no seu território, não pode abolir a lógica subjacente sem colocar em questão a produção de

riqueza capitalista como tal. Um »*Green New Deal*« seria, assim, quando muito, uma estratégia política para garantir por mais algum tempo a uma minoria global uma situação razoavelmente confortável às custas do resto do mundo. Mesmo isso, porém, é altamente questionável. De um lado, tendo em conta o grau de destruição ecológica global já atingido, o crescimento e a externalização estão sujeitos a limites estreitos; já se avizinham conflitos brutais em torno dos recursos e do espaço natural ainda não alocados; de outro, a base financeira também é mais do que precária, porque a dívida pública não pode ser expandida indefinidamente e a política monetária dos bancos centrais já está bastante sobrecarregada.

Essa visão sem ilusões do »*Green New Deal*« não significa que políticas orientadas nessa direção sejam irrelevantes. Mesmo que fracasse nos termos das suas próprias exigências, abre-se um espaço para movimentos emancipatórios que deve ser aproveitado. A estratégia de transformação proposta por Ronja Morgenthaler e Lasse Thiele oferece boas pistas.³ Tendo em conta a crise global do sistema produtor de mercadorias, o foco terá de ser colocado menos em estratégias simbióticas e mais em estratégias de espaços livres e de ruptura. É importante lutar pelos fundamentos de uma cooperação geral e pela auto-organização da sociedade, para além do mercado e do Estado, em oposição à gestão política da crise com verniz ecológico.

³ Ronja Morgenthaler und Lasse Thiele, »Heraus aus den Verhältnissen«, *Jungle World*: 2021/23.

O crítico como economista¹

Crítica a uma interpretação acadêmica de Marx

O grande interesse por Karl Marx, em ocasião do duplo jubileu de 2017/18, deu origem a uma série de publicações sobre a sua teoria que se situam fora do discurso marxista e marxológico habitual. É o caso dessa antologia, nascida de uma conferência organizada pelo Comitê de História das Ciências em maio de 2013, só agora publicada. Reúne contribuições de seis autores que cobrem um espectro temático relativamente amplo. Desde um ensaio pormenorizado sobre a história da *Marx-Engels-Gesamtausgabe* (MEGA) e a sua instrumentalização política no século XX, passando por três contribuições econômicas mais técnicas (sobre a relação entre valor e preço ou mais-valia e lucro, sobre a teoria da crise e sobre o conceito de trabalho improdutivo) e dois textos que abordam, por um lado, a discussão sobre a pobreza antes de Karl Marx e, por outro, o conceito de comunismo em Marx.

Apesar das diferenças temáticas e de ênfase, todos os autores partilham uma perspectiva comum e fundamental: Marx é tratado como um cientista inscrito na tradição da economia clássica e, por isso, é também analisado pela sua contribuição ao desenvolvimento da teoria econômica. Isso fica claro no título do livro, que fala da »Economia Política de Karl Marx e Friedrich Engels«, ignorando o fato de o próprio Marx ter sempre dado grande importância à formulação de uma *crítica* da economia política. Esse detalhe não é acidental, porque, de um lado, remete ao ímpeto da teoria de Marx, que visa nada menos do que a superação do modo de produção capitalista; de outro, porém, a crítica

¹ Resenha de Hans-Michael Trautwein (Hg.): Studien zur Entwicklung der ökonomischen Theorie XXXIV. Neue Perspektiven auf die Politische Ökonomie von Karl Marx und Friedrich Engels, Duncker & Humblot, Berlin, 2019. Publicado em Soziopolis 5. 2. 2020.

é também uma parte essencial do «método», que o próprio Marx entendia como uma «crítica através da exposição» do sistema da «economia burguesa».²

O fato de que Marx é lido de modo geral pelos autores da conferência como um cientista positivo é, a despeito de algumas ideias interessantes nas contri-buições, uma debilidade fundamental dos ensaios reunidos aqui. Não só o potencial crítico da teoria de Marx permanece em grande parte inexplorado, como, acima de tudo, perdem-se ideias fundamentais que só seriam obtidas a partir da perspectiva da crítica. Em particular, as contradições internas do modo de produção capitalista, que para Marx estão em seu cerne, não são consideradas ou aparecem como contradições e inconsistências na sua teoria. Para Marx, porém, essas contradições são centrais, pois indicam a irracionalidade fundamental do capitalismo. Por exemplo, a contradição na mercadoria, entre valor de uso e valor de troca, não é apenas uma clarificação da distinção feita anteriormente por Aristóteles, como quer Bertram Schefold (p. 46), mas aponta também dois aspectos centrais em um nível básico: 1) que as relações sociais se transformam em relações entre coisas e desenvolvem uma dinâmica independente que confronta as pessoas como «segunda natureza»; 2) que o caráter dual historicamente específico da riqueza produzida pelo capitalismo, fragmentada em um lado abstrato e um lado material, já aponta a insustentabilidade fundamental dessa sociedade. A autonomização do lado abstrato em relação ao lado material da riqueza não é apenas a causa primária do caráter de crise do capitalismo, mas também, em última análise, mina as bases econômicas, sociais e ecológicas da vida social.

Essa visão do capitalismo como um sistema irracional que escapa ao controle consciente e que está destinado a colapsar a partir das suas próprias contradições resiste ao tipo de retrato positivo buscado pela teoria econômica. Isso se torna particularmente claro na tentativa de matematizar os teoremas de Marx, como Schefold faz, seguindo Piero Sraffa, no seu ensaio sobre o chamado «problema da transformação do valor em preço». Quando supõe que a intenção de Marx

² Marx em carta a Ferdinand Lasalle de 22 de fevereiro de 1858, in: Marx-Engels-Werke (MEW) vol. 29, Berlim 1978, p. 550.

era »suavizar os descaminhos transcendentais« através de cálculos matemáticos (p. 77), ele não entende o cerne da crítica de Marx. Nos seus esboços d’*O Capital*, Marx debateu-se, de fato, com o problema de como relacionar seus conhecimentos analíticos sobre o valor como »forma elementar« da riqueza capitalista com os movimentos dos mercados e fez toda uma série de cálculos para esse fim. Se chegou a um impasse ao fazê-lo, não foi porque »a moderna teoria dos preços (...) não estava disponível para ele« (p. 47). Pelo contrário, isso aponta que uma relação social reificada, que desenvolve, nas costas das pessoas, uma dinâmica própria incontável, não pode ser calculada – mesmo que seja possível compreendê-la em termos analíticos. Nesta perspectiva, a tentativa de Schefold de provar matematicamente a relação entre preços e valores ou lucro e mais-valia baseia-se em um pressuposto teórico que não está de acordo com a crítica de Marx à economia política. De fato, é o próprio Schefold que o diz, quando sublinha que, nos seus cálculos, »os preços... naturalmente não são derivados dos valores« (p. 57) e, ao mesmo tempo, fala da »redundância formal da teoria da mais-valia« (p. 57). O que resta então – perguntamo-nos – da questão com que Marx se debatia?

No ensaio de Hagen Krämer sobre a »concepção clássica de trabalho improdutivo« na teoria econômica, que é muito claro e qualificado ao traçar a linha dessa discussão desde os fisiocratas até à moderna »sociedade de serviços«, a dimensão crítica fundamental da teoria de Marx infelizmente se perde. Marx é tratado como um cientista positivo, que se encaixa perfeitamente na tradição da teoria econômica. Krämer afirma, com razão, que »Marx utilizou o conceito de trabalho produtivo num sentido diferente do resto dos clássicos da economia« (p. 154), mas apenas para rejeitar essa perspectiva como pouco frutífera e intrinsecamente contraditória. Não se pode afirmar que a resposta de Marx para o problema do trabalho »improdutivo« no sentido da lógica capitalista seja suficiente. Krämer, no entanto, pouco faz para esclarecer essa questão, já que interpreta as categorias de Marx, desde o início, à luz da moderna teoria econômica. Por isso, vê contradições na construção teórica do pensamento de Marx, onde ele tenta apreender analiticamente as contradições na realidade

capitalista. Por exemplo, Krämer pergunta por que razão, para Marx, o trabalho de um ator deve ser produtivo se ele o realiza para um empresário privado, mas improdutivo se o ator vender seu serviço (*Leistung*) diretamente ao público. Para Krämer, trata-se de uma «contradição evidente» (p. 148), já que a atividade é sempre a mesma.

Isso só aparece como contradição teórica se o caráter improdutivo ou produtivo de uma atividade for determinado pelo seu conteúdo (ou seja, na terminologia de Marx: pelo seu valor de uso), tal como é habitual na teoria econômica, que, em primeiro lugar, só vê »bens« (*Güter*) e, assim, obscurece a forma-mercadoria do modo de produção capitalista. Para Marx, por outro lado, é evidente que a produção de riqueza na sociedade capitalista está centrada no valor e, por isso, trata-se de saber se a atividade contribui ou não para o aumento dessa riqueza. Nessa perspectiva, porém, a contradição aparente resolve-se de imediato: no caso do empresário teatral, ele compra força de trabalho para aumentar seu capital, logo é »produtivo« no sentido da acumulação de riqueza abstrata; no caso do ator independente, ele vende seu trabalho a clientes pagantes e imediatamente »destrói« seu valor comprando bens de consumo (logo é »improdutivo« no sentido da ampliação da riqueza abstrata).³ Pode-se criticar a análise de Marx, mas ela é coerente e não pode ser refutada através da reinterpretção das suas categorias nos termos de um paradigma teórico completamente diferente, como Krämer lamentavelmente faz.

O ensaio mais interessante da antologia é o de Birger Priddat sobre »A concepção elitista do »comunismo« em Marx«, não só porque aborda questões sócio-filosóficas fundamentais, mas sobretudo porque, contrariamente ao espírito da época, defende a reabilitação da concepção marxiana do comunismo. Antes de tudo, defende-a contra a suspeita habitual de que ela prepara o terreno para um regime de Estado autoritário, como aquele que ruuiu com o »socialismo

³ Cf Peter Samol: »Arbeit ohne Wert. Über das Scheitern der »Dienstleistungsgesellschaft« und wie es mit der Unterscheidung von produktiver und unproduktiver Arbeit zusammenhängt«, in: *Krisis. Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft* 31 (2007), pp. 90 – 123.

real«. Com inúmeras citações, principalmente dos *Grundrisse* e dos escritos de juventude, prova que Marx não tinha em mente outra coisa senão o »desenvolvimento universal do indivíduo« (p. 208). É também digno de nota que Priddat sublinhe a atitude crítica de Marx em relação ao trabalho, cuja supressão daria acesso à »verdadeira riqueza« (p. 208), o tempo disponível. Por conseguinte, o »comunismo« promete »não a libertação do trabalho, mas o *libertar-se do trabalho*« (p. 215; ênfase no original). Priddat lê aqui Marx de um modo gratificante, na contramão do marxismo tradicional, que sempre se referiu positivamente ao trabalho e ao respectivo »ponto de vista de classe«. É uma pena que não se refira a outras interpretações heterodoxas da teoria de Marx que chegaram a conclusões semelhantes. Em particular, uma referência a Moishe Postone⁴ permitiria definir com mais precisão o conceito de trabalho e a categoria de tempo intimamente associada a ele.

No entanto, Priddat, ao contrário de Postone, não tenta reinterpretar as categorias de Marx no interior da sua própria teoria; em vez disso, reinterpreta Marx à luz de uma filosofia humanista. Embora isso abra perspectivas interessantes, infelizmente também significa que, por vezes, atribui a Marx posições que provêm mais desse contexto do que do próprio pensamento marxiano. É o caso, em particular, da tese segundo a qual a concepção de comunismo de Marx é um »conceito formador« (p. 207) enraizado na filosofia do século XIX e teria um carácter elitista: »só aqueles que se desenvolveram plenamente na seriedade do esforço de formação para »atividades elevadas« podem ser livres e políticos no comunismo. Trata-se de um *conceito de elite*« (p. 218; ênfase no original).

Priddat não fornece qualquer prova convincente para essa interpretação um tanto ousada. Pelo contrário, todas as passagens citadas indicam que a ideia de Marx de um desenvolvimento integral da individualidade tem carácter universal e visa uma sociedade de pessoas livremente associadas. Em momento algum, Marx afirma que um determinado nível de educação seria requisito para uma participação integral na auto-organização social e política. Priddat interpreta o

⁴ Moishe Postone: *Zeit, Arbeit und gesellschaftliche Herrschaft. Eine neue Interpretation der kritischen Theorie von Marx*, Freiburg 2003.

»comunismo« de uma forma que provavelmente corresponde mais à sua própria visão de mundo do que à de Marx. Isso o leva – ao contrário da sua afirmação inicial – a sugerir uma compatibilidade das ideias de Marx com o conceito de vanguarda leninista e suas consequências ditatoriais (p. 221). Enquanto os outros autores da antologia recebem Marx como um economista mais ou menos interessante, Priddat transforma-o em um filósofo humanista com uma »postura de formação aristocrática« (p. 221). Dessa forma, infelizmente, também contribui para desarmar o potencial emancipatório da teoria de Marx.

k